

História contemporânea: do século XVIII ao XIX

História contemporânea: do século XVIII ao XIX

Roberto Resende Simiqueli

© 2017 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente

Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação

Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico

Alberto S. Santana
Ana Lucia Jankovic Barduchi
Camila Cardoso Rotella
Cristiane Lisandra Danna
Danielly Nunes Andrade Noé
Emanuel Santana
Grasiele Aparecida Lourenço
Lidiane Cristina Vivaldini Olo
Paulo Heraldo Costa do Valle
Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

Revisão Técnica

Emiliano Cesar de Almeida

Editorial

Adilson Braga Fontes
André Augusto de Andrade Ramos
Cristiane Lisandra Danna
Diogo Ribeiro Garcia
Emanuel Santana
Erick Silva Griep
Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S588h Simiqueli, Roberto Resende
História contemporânea: do século XVIII ao XIX / Roberto Resende Simiqueli. – Londrina : Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.
192 p.

ISBN 978-85-522-0261-5

1. História. I. Título.

CDD 909

Sumário

Unidade 1 A Europa da Restauração	7
Seção 1.1 - A Revolução Francesa (1789)	9
Seção 1.2 - O Império Napoleônico	24
Seção 1.3 - O Congresso de Viena	39
Unidade 2 Revolução e reforma: as transformações sociais na Inglaterra (1780-1848) e a movimentação política na França (1830 e 1848)	55
Seção 2.1 - A Revolução Industrial e a questão social	56
Seção 2.2 - A Revolução Liberal Francesa de 1830	69
Seção 2.3 - A Primavera dos Povos de 1848	82
Unidade 3 Nacionalismo e cultura: as unificações da Alemanha e Itália	99
Seção 3.1 - O nacionalismo europeu do século XIX	101
Seção 3.2 - A unificação da Alemanha (1871)	114
Seção 3.3 - A unificação da Itália (1870)	128
Unidade 4 Expansão industrial e imperialismo	141
Seção 4.1 - Primeira Revolução Industrial (1750-1860)	143
Seção 4.2 - Segunda Revolução Industrial (1860-1914)	160
Seção 4.3 - O imperialismo inglês	176

Palavras do autor

Bem-vindo aos séculos XVIII e XIX, uma época de rápidas transformações e grandes desigualdades. Muito do que somos e do que vivemos, hoje, é fruto das mudanças acontecidas nesse período. A ideia de democracia e cidadania, a organização econômica da vida, as grandes teorias políticas sobre a sociedade, a distinção entre público e privado – todos esses elementos são, em sua versão atual, resultado do conjunto de revoluções operadas nesses dois séculos.

Nossa principal preocupação, ao lidar com esse período, será a compreensão das várias dimensões dos fenômenos sociais observados a partir do fim do século XVIII e ao longo do século XIX. Logo, é fundamental que você se dedique à leitura deste livro e do material complementar recomendado ao longo do texto. Os acontecimentos discutidos nas páginas seguintes são parte integrante do que somos hoje, e grande parte da história desses séculos está documentada também em romances e livros. Aproveite todas as oportunidades que encontrar para entrar em contato com as importantes obras dos autores que se debruçaram sobre esses momentos.

Prepare-se: este é um período fascinante, e estudá-lo nos ajuda a compreender muito de nossa vida nos dias de hoje! Esperamos que este livro se torne um importante aliado na busca por conhecimento, e que leve você à compreensão da profundidade das mudanças presentes nesse momento de nossa história. Boa leitura!

A Europa da Restauração

Convite ao estudo

As quatro unidades deste livro cobrem o conjunto de transformações que fazem dos séculos XVIII e XIX um período singular na história humana. Na primeira unidade – “A Europa da Restauração” – estudaremos os movimentos que conduziram à Revolução Francesa, seus resultados imediatos, a ascensão de Napoleão Bonaparte, general das tropas revolucionárias, que se torna imperador em meio ao tumultuado fim do século XVIII, e a reação das monarquias europeias em defesa dos ideais republicanos da Revolução.

Agora, qual o impacto dessas mudanças no nosso dia a dia? Os parágrafos seguintes ajudam a ilustrar a importância desse período no nosso cotidiano.

Filho de imigrantes italianos e espanhóis, José trabalha como funcionário público na Secretaria da Fazenda de seu estado. Acorda pontualmente às sete horas da manhã, percorre os seis quilômetros que separam sua casa e seu trabalho, utilizando o transporte público, e trabalha na análise das finanças estaduais até as cinco da tarde, quando retorna para sua residência. Sua rotina se repete cinco vezes por semana, até o momento em que José, como cidadão brasileiro devidamente empregado, desfruta de seu descanso semanal remunerado e aproveita o final de semana para descansar, lendo um livro.

Curiosamente, José mal desconfia que seu cotidiano é drasticamente diferente daquele dos homens dos séculos XIII, XV ou mesmo XVII. Sua vida é marcada pela presença de um conjunto de práticas e instituições originadas ao longo dos últimos três séculos, mais especificamente no período entre 1789 e os dias de

hoje. Sem saber, José é filho e herdeiro da Revolução Francesa e das profundas transformações desencadeadas por esse processo.

Retomando o breve registro de seu cotidiano, temos a ideia de cidadania e de um conjunto de direitos fundamentais, associados ao pertencimento a uma dada nação. A nação, por si só, existe somente a partir da Revolução em questão, com a derrubada das monarquias absolutistas ao longo dos séculos XVIII e XIX – é a partir desse movimento que os homens passaram a identificar-se como italianos, franceses ou espanhóis, e não mais como súditos deste ou daquele rei. A percepção de que aos cidadãos de uma dada nação seria garantida uma série de serviços públicos – da posse e usufruto de todos, fruto de um conjunto de direitos e não resultantes da generosidade do rei – também é um dos resultados marcantes dos embates desse período, assim como a existência de órgãos públicos para gestão das finanças estatais (antes compreendidas como o tesouro real) e o sistema métrico.

Ao longo desta unidade, estudaremos as forças que desencadearam as rápidas transformações trazidas pela Revolução Francesa e pelo Império Napoleônico, responsável por muito da institucionalidade jurídica das mudanças nas nações modernas. Por fim, acompanharemos a reação das monarquias europeias na chamada Santa Aliança e quais foram as reações das forças estabelecidas aos movimentos revolucionários do período.

Seção 1.1

A Revolução Francesa (1789)

Diálogo aberto

Você já leu algumas partes da Constituição da República Federativa do Brasil? Esse documento, cuja última versão foi elaborada em 1988, reúne os direitos fundamentais de todo cidadão brasileiro. A percepção de que somos todos iguais e que temos direito a uma vida digna é defendida nas suas páginas. Aliás, a nossa ideia do que é justo ou injusto, ou de nossos direitos e deveres, passa por esse documento e pela sua elaboração.

Pode parecer estranho, mas nem sempre as pessoas contaram com esse tipo de garantia. Na verdade, os momentos-chave de definição da ideia de cidadão e da percepção de que esse mesmo cidadão teria direitos e deveres ocorreram em meio a um conturbado período de mudanças: a Revolução Francesa. Já dissemos isto antes, mas não custa repetir: muito do que somos, hoje, tem origem nesse período. Enquanto você estuda esse importante momento histórico, pense nas seguintes questões: como esse movimento de canalização das convulsões sociais, na França do século XVIII, marcou o mundo contemporâneo? Quais de seus resultados refletem as aspirações dessas diferentes camadas sociais? Se os direitos não eram um privilégio de todos, antes da Revolução, quem se beneficiava dessa situação?

Não pode faltar

O absolutismo francês

Antes de nos dedicarmos ao estudo das mudanças trazidas pelos séculos XVIII e XIX, faremos uma breve viagem no tempo. Nossa história começa nos séculos XV e XVI, antes da Revolução Francesa, das fábricas na Inglaterra, ou das mudanças na paisagem política, resgatando parte do que você já viu nas disciplinas anteriores. Partimos das chamadas **monarquias absolutas**.

Como você bem sabe, as grandes nações europeias da Idade Moderna – França, Inglaterra, Espanha e Portugal – obedeciam à

figura do rei. Cabia a esse rei conduzir os negócios da nação, tanto no âmbito local quanto nas suas colônias, nas terras distantes da América, da África e da Ásia. Mais do que isso, os reis modernos eram figuras de grande importância religiosa. Sua coroação era marcada por pomposas cerimônias, e os casamentos entre famílias da nobreza serviam para celebrar alianças entre os reinos envolvidos.

Nenhuma família nobre na Europa moderna tinha poder e importância comparável à Casa de Bourbon, tronco de onde provêm importantes reis franceses e espanhóis. Originada em meados do século XIII, a Dinastia Bourbon estabeleceu-se como dinastia real na França em 1589, com a coroação de Henrique IV. Com interrupções entre 1792 e 1814, os membros dessa família ocuparam o trono francês até 1830 – quase dois séculos e meio.

Apesar da importância como primeiro rei Bourbon, Henrique IV governou a França por pouco mais de duas décadas. Coube a um de seus descendentes o papel de mais importante monarca francês na história, Luís XIV, que reinou pelas sete décadas entre 1643 e 1715. Poucas figuras são tão representativas de um momento histórico como esse rei. **Celebre pela frase "L'État c'est moi" (O Estado sou eu), Luís XIV não só moldou o mapa da França como o conhecemos hoje (as fronteiras atuais refletem, a grosso modo, as conquistas militares de seu longo reinado), mas também modernizou a estrutura administrativa e militar de seu território, implantou vastas reformas econômicas, consolidou o poderio francês no novo mundo e afirmou o papel da França como a principal potência do continente europeu, durante sua vida.**

Tão grande era o fascínio exercido por Luís XIV que ele era conhecido como o "Rei Sol" e "o Grande". Sua corte era vastíssima, e todos desejavam sua atenção. Como tal, Luís não poupou esforços em construir uma aura de poder e autoridade em torno de sua figura, e investiu em obras de infraestrutura que refletissem a grandeza do seu reino. A maior dessas foi o Palácio de Versalhes, localizado nas proximidades de Paris. Antes um modesto retiro campestre, Versalhes rapidamente foi convertida no centro do poder real. Seus extensos jardins foram visitados por todos os grandes nomes da nobreza francesa do período, e seus salões cedidos para alguns dos importantes eventos da história mundial. Uma celebração da pujança da França e de seus monarcas, Versalhes é até hoje um monumento

assombroso, não só pelo luxo, pelo cuidado na decoração e pelo rigoroso trabalho de engenharia envolvido em sua construção, mas também pelo profundo incômodo causado por sua mera existência. Não se engane: o Palácio de Versalhes é uma das maravilhas do mundo contemporâneo, um edifício belíssimo. Mas a que custo foi erigido? E a população francesa, como vivia nessa época?

O legado dos reis franceses é duplo – de um lado, a modernização da França, o fortalecimento de sua infraestrutura econômica e de suas instituições políticas; de outro, o empobrecimento de sua população e os exageros da nobreza. Um ponto curioso é a relação entre o rei e o restante da sociedade. Compreendido como a “alma” da nação, o rei fazia circular pelo corpo da França (seu território) sua energia vital. Isso só aconteceria se esse corpo fosse servido por elementos vindos das demais classes sociais, ocupados das diferentes funções do reino. Logo, o rei empregava **nobres** com experiência bélica em importantes posições militares, concedendo títulos, terras e honraria aos comandantes de seu exército. Também recorria a especialistas em questões de direito e economia na tomada de decisões sobre as colônias ou as manufaturas francesas; muitas vezes, esses intelectuais eram educados nas universidades francesas, e eles geralmente eram de origem **burguesa**. Por fim, em cerimônias públicas, o rei abençoava a população mais pobre – os **camponeses** – e proferia discursos exaltando seu esforço e a sua importância. **O poder real envolvia a nobreza, a burguesia e os camponeses, e também dependia do apoio dessas três camadas para se manter.**

E aí chegamos ao segundo ponto – o que acontece quando uma das camadas (nobreza) recebe muito mais privilégios que as duas outras partes envolvidas na construção da nação (burguesia e camponeses)? Ao longo do reinado de Luís XIV, foi construída uma importante nação moderna, mas também foi estabelecida uma vasta rede de privilégios e garantias para os nobres. A crise é adiada pelos “bons ventos” que movem a França; é a Era de Ouro do reino, e o desperdício nos banquetes e na manutenção da vida luxuosa da corte em Versalhes foi pago com os ganhos da guerra e do comércio.



Pesquise mais

A vida sob as monarquias absolutas podia ser muito difícil para os homens comuns. Um exemplo trágico é o caso de François Vatel, importante

cozinheiro e *maitre* francês. Sua história é contada no belíssimo filme *Vatel - Um Banquete para o Rei* (2000). Assista e descubra como era o dia a dia das pessoas que trabalhavam nas festividades reais, e como os caprichos da nobreza causavam sofrimento a essa camada da população.

Mas Luís XIV não pôde reinar para sempre. Foi sucedido por seu bisneto (afinal, foi um reinado muito longo), Luís XV. Apesar de algumas empreitadas bem-sucedidas, o reinado de Luís XV não se compara ao de seu antecessor; seu reinado termina em 1774, com a ascensão de seu neto, Luís XVI, ao trono francês.

Se Luís XIV é até os dias de hoje um símbolo do auge dos monarcas franceses, Luís XVI é o grande representante de sua decadência. Buscando apoio para enfrentar a perda de popularidade da coroa, Luís XVI procura agradar os camponeses com esforços no sentido da abolição da servidão e da *taille*, um imposto rural tradicional; com isso, provoca a ira da nobreza, que impede a implementação dessas medidas. Com suas ambições frustradas, os camponeses sentem a fraqueza do rei em defender sua população, e a hostilidade contra a monarquia e a nobreza aumentam. Envolve-se, também, na Guerra de Independência norte-americana, apoiando os colonos contra os interesses ingleses, endividando-se imensamente. Soma-se à dívida um fracassado programa de modernização do campo francês, encampado por François Turgot, um dos pais do pensamento econômico. A tentativa de liberalizar o mercado de trigo e cereais eleva drasticamente o preço do pão, gênero básico de subsistência, e move a população à revolta. Nesse momento, começou a se formar a tempestade que cairia com a Revolução Francesa.



Pesquise mais

Como viviam os reis franceses antes da Revolução? Qual era a medida do exagero e do desperdício? O filme *Maria Antonieta* (2006), de Sofia Coppola, garante-nos um interessante registro da corte de Luís XVI. Assista com os olhos dos camponeses que descrevemos – você também ficaria indignado?

A Revolução Francesa – das luzes da razão às sombras do terror

A história teria sido muito diferente se fossem só os camponeses os insatisfeitos com a monarquia. Paralelamente às políticas de Luís XVI e ao enfraquecimento da dinastia Bourbon, ocorre o surgimento e a propagação de um conjunto de ideias entre os intelectuais da **burguesia – o Iluminismo**. Definido por um de seus expoentes, o filósofo Immanuel Kant, como “a saída do homem de sua menoridade” (KANT, 1985, p. 100), o Iluminismo representa a tomada de consciência do valor da razão. Cabe aos homens fazer uso dessa razão, de forma corajosa e livre, para compreender e reordenar o mundo.

Muitos dos grandes nomes da intelectualidade (francesa ou não) do período aderiram aos ideais iluministas. No que um dia viria a ser a Alemanha, Kant é o grande representante; na Escócia, Adam Smith e David Hume, pais do pensamento econômico e das teorias sociais modernas; na França, uma vasta gama de pensadores –Turgot, Voltaire, Diderot, D’Alembert, Montesquieu e Rousseau –, entre tantos outros. Cada um deles deu um passo importante na criação de um novo mundo. Turgot desenvolveu uma das primeiras teorias econômicas de renda e investimento; Voltaire foi um incansável defensor das liberdades civis, principalmente as liberdades de religião e comércio; Diderot e D’Alembert foram fundadores e editores da Enciclopédia, um compêndio da reflexão esclarecida de sua época; Rousseau defendeu a liberdade natural dos homens, argumentando que a vida em sociedade, sob instituições perversas, torna-nos perversos. Montesquieu foi fundamental por sua teoria da separação dos poderes em Executivo (o que executa), Legislativo (o que cria leis, que legisla) e Judiciário (o que julga), base das constituições modernas. Se lembrarmos de Luís XIV e de sua célebre frase, veremos quão radicais eram as ideias desse filósofo.

Outro ponto importante diz respeito às origens do movimento. Ainda que alguns de seus membros (como Voltaire) viessem de famílias abastadas, outros eram de origem humilde – Diderot, por exemplo, era filho de um couteleiro. Somente três de seus irmãos chegaram à idade adulta (os outros dois foram vitimados pela miséria e pela doença, ainda na infância). Logo, além de seus muitos méritos científicos, **o Iluminismo representava a insatisfação da burguesia esclarecida com os atrasos de sua época, e ligava a indignação dessa camada social ao sentimento de revolta dos camponeses.**

A Revolução Francesa é, muitas vezes, explicada a partir de uma sequência de acontecimentos. Antes de avançarmos sobre essa cronologia, quero chamar sua atenção para algo muito importante: mais do que as datas, é fundamental que você se concentre nos **processos** que ligam essas datas, nos **movimentos** das diferentes camadas sociais e nos **interesses** envolvidos nessa movimentação. Só pela compreensão dessa **dinâmica** é possível avançar no estudo desse importante momento da história contemporânea.

Movidos pela crise e pela insatisfação generalizada com as políticas de Luís XVI, membros da nobreza convocaram, em maio de 1789, a Assembleia dos Estados Gerais, uma espécie de assembleia composta por nobres, pelo clero e pela burguesia, para discutir saídas para a crise. A articulação dos dois primeiros estados (clero e nobreza) contra os burgueses agrava a indignação desse grupo, o qual via na criação de uma constituição que limitasse a atuação do rei e os privilégios da nobreza a solução da inspiração iluminista para o déficit francês. A Revolução se precipita em julho de 1789, com a Queda da Bastilha, perpetrada pelos camponeses e pelas camadas mais pobres da população urbana. Esse prédio (destruído em meio às revoltas) servia de prisão aos inimigos da monarquia francesa; logo, invadi-lo e libertar os seus presos era um ataque ao absolutismo de Luís XVI. A força do movimento é canalizada para o estabelecimento de uma organização política que fizesse frente à Assembleia dos Estados Gerais – a Assembleia Constituinte. Nela, estabelece-se a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, um dos documentos mais importantes de nossa história. Leia atentamente o trecho a seguir:



Os representantes do povo francês, reunidos em Assembleia Nacional, tendo em vista que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos Governos, resolveram declarar solenemente os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, sempre presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre permanentemente seus direitos e seus deveres; a fim de que os atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, podendo ser a qualquer momento comparados com a finalidade de toda a instituição política, sejam por isso mais respeitados; a fim de que as reivindicações dos cidadãos, doravante

fundadas em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral. Em razão disto, a Assembleia Nacional reconhece e declara, na presença e sob a égide do Ser Supremo, os seguintes direitos do homem e do cidadão:

Art.1º. Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum. [...]

Art. 4º. A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique o próximo. Assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela lei.

(Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão – 1789)

Nessa breve passagem, temos a definição de uma série de conceitos políticos de enorme importância. Destaca-se a ideia de **povo** e sua soberania – os homens não são mais vistos como súditos de um rei, mas senhores de seu destino – frente à ignorância e à corrupção, em afronta à monarquia. Estabelece-se, de forma clara, a identificação dos homens em torno de três princípios: **liberdade, igualdade e fraternidade**. A **liberdade** se manifesta-se na livre atuação, cujo único limite é o bem-estar do próximo; a **igualdade** na ideia de um homem sem privilégios, igual a todos os outros, garantida por força de lei; e a **fraternidade** no espírito de nação, que uniria esses homens em uma grande irmandade. Esses ideais revolucionários têm origem nas ideias iluministas, e ecoam até os dias de hoje. Servem de base para todas as constituições escritas desde 1789, e moldam a ideia que temos desses denominadores fundamentais da sociedade – a ideia de homens livres, iguais, unidos pelo bem comum.



Refleta

Qual a sua reação inicial à **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**? Mais de dois séculos após sua publicação, a leitura do documento ainda desperta fortes emoções. Procure imaginar-se no lugar de um dos camponeses que ocupavam as ruas de Paris. Nos anos anteriores, sua família teria sofrido muito com a miséria e a fome, pagando pesados impostos que serviam à ostentação da nobreza e do rei. Como você se sentiria ao ver seus **direitos** reconhecidos? As

execuções (que estudaremos nos parágrafos seguintes) lhe pareceriam **justas** ou **injustas**?

O trabalho de redação da constituição tem fim em 1791, com a divisão dos três poderes – executivo, legislativo e judiciário; nesse momento, a monarquia ainda é mantida como forma de governo. Pensa-se o novo sistema como uma forma de limitar os excessos cometidos no passado.

É importante ressaltar que já nesse momento as forças revolucionárias apresentavam algumas divisões. Basta lembrar das origens dos filósofos iluministas e das camadas interessadas nesse movimento – burguesia e camponeses – para entendermos o porquê: alguns setores da burguesia eram muito próximos à nobreza e à monarquia, como é o caso de financistas, banqueiros, e de grandes comerciantes, envolvidos com mercados internacionais. Outros setores, como o campesinato e a pequena burguesia, composta pelas populações mais pobres das cidades e de pequenos empresários ou artesãos, obviamente não viam sentido em aproximações com o poder real. Em torno do primeiro grupo (alta burguesia) estabelecem-se os **girondinos**, o setor moderado. Seus rivais históricos são os **jacobinos**, que se aproximam das camadas populares. Essa estratificação é fundamental para que compreendamos os desdobramentos seguintes.

As revoltas obviamente não são aceitas pelas monarquias vizinhas à França, ligadas aos Bourbon, pela defesa do privilégio dos reis e por laços de parentesco e casamento. Em 1792, contando com o apoio de nobres franceses refugiados, tropas prussianas e austríacas invadem a França. Esse movimento das forças conservadoras causa drástica reação dos setores mais radicais da Revolução. Em resposta ao ataque, os jacobinos tomam o poder e estabelecem a **Convenção**, uma nova assembleia controlada por essa facção. A Convenção é brutal na defesa da justiça popular, e o novo período é marcado por execuções em massa e perseguição de adversários políticos. Uma de suas primeiras medidas práticas é a Proclamação da República, feita em 20 de setembro de 1792.

Deposto, Luís XVI tenta escapar da França, mas é descoberto pelo exército revolucionário e condenado à morte por decapitação na

guilhotina. A família real francesa é exterminada, assim como muitos dos membros da nobreza e do clero.

Os anos entre 1793 e 1795 são conhecidos como o **Período do Terror**. Nesse período, os jacobinos eram liderados pela chamada Trindade de Ferro – Jean-Paul **Marat**, editor do jornal *L'Ami du peuple* (O Amigo do Povo), Georges **Danton**, advogado, que ascende à posição de Ministro da Justiça durante a Revolução, e Maximilien **Robespierre**, apelidado de "o Incorruptível", grande liderança radical entre os revolucionários. Ainda que as três lideranças fossem responsáveis pela tomada do poder pelos jacobinos e a consequente instauração da Convenção, disputas e crises internas rapidamente levaram à execução dos membros da Trindade – Marat foi assassinado ainda em 1793 por uma simpatizante dos girondinos. Danton opunha-se à radicalização proposta por Robespierre - como resposta, foi condenado à execução na guilhotina. Ironicamente, Robespierre não tardaria em ser vitimado pelo extremismo que defendia. Numa sessão particularmente intensa da Convenção Nacional, foi ferido e capturado por seus adversários e conduzido à guilhotina pouco mais de três meses após a execução de Danton.



Pesquise mais

Jacobinos, girondinos, Danton, Marat, Robespierre, Convenção, Diretório... Os nomes são muitos, e esse período pode ficar um pouco confuso. Há um filme que ajuda a entender esse período e o sentimento político das principais lideranças da revolução: *Danton - o Processo da Revolução* (1983) é um dos grandes momentos na carreira de Gérard Depardieu. Assista quando puder!

A crise dos jacobinos abre espaço para a tomada de poder pelos girondinos, que conduzem a burguesia ao comando do governo francês, entre 1795 e 1799. O novo regime – chamado de Diretório – pauta-se pelo enfrentamento ao legado da monarquia (forças favoráveis à restauração e privilégios mercantis anteriores à revolução) e ao radicalismo dos jacobinos. Sua principal pauta política é a modernização das instituições políticas e econômicas da França revolucionária, uma causa defendida pelos membros da alta burguesia representados nesse grupo.

Logicamente, a peculiar situação política dos girondinos, os colocava numa situação complicada – adversários das forças leais ao rei (ou aos herdeiros ao trono), eles, por outro lado, não

dispunham do apelo popular dos jacobinos, vendo com ressalvas a mobilização popular do período anterior. Sua única saída era recorrer extensivamente ao exército francês na defesa de seus interesses, e esse período é marcado por forte aliança entre burguesia e militares.

Essa ligação garante os vitoriosos enfrentamentos com a Áustria, na campanha da Itália, e a impressionante conquista francesa de Malta e do Egito, talvez as mais importantes vitórias militares ao longo da história da Revolução. Ainda que os dois territórios não fossem cruciais para a defesa da França, ou os números da campanha não se mostrassem favoráveis (a bem da verdade, houve grande desperdício de vidas e recursos com pequeno ganho de influência), sua tomada é fundamental por outra razão – é dela que emerge a grande força responsável não só pelos próximos quinze anos da política francesa, como também pela forma tomada pelo mundo contemporâneo nos últimos dois séculos.

Já dissemos que os girondinos apoiaram-se no exército para garantir a defesa de seus interesses. Ora, esse exército, organizado em meio aos levantes da revolução, era uma instituição muito distinta daquele que existia sob o comando dos reis franceses. Os nobres ou se refugiaram em outros países ou foram executados; logo, o exército revolucionário francês era composto de oficiais jovens e ambiciosos, com promoções pelo mérito. Não era incomum encontrar generais de origens relativamente modestas, condecorados com essa elevada patente antes mesmo dos trinta anos de idade.

Um caso, dentre muitos, desperta especial interesse. Pense conosco: somente o conturbado período revolucionário poderia conduzir um jovem oficial de artilharia, com origens na pequena aristocracia italiana, à posição de general. Nascido em 1769, esse oficial teria não mais do que 23 anos com o início da Convenção, quando caiu nas graças de Augustin Robespierre, irmão mais novo de Maximilien. Sua habilidade técnica garantiria rápido avanço nas fileiras do exército revolucionário e o perdão dos girondinos, com o advento do Diretório. Sua perícia é testada no enfrentamento com os austríacos na campanha da Itália, da qual emerge vitorioso. Funda jornais, amplia sua influência e se torna uma das maiores forças políticas do período.

Somente a Revolução possibilitaria a ascensão meteórica desse jovem militar. A essa altura, você deve estar se perguntando de quem estamos falando e qual é o seu nome – acabamos de descrever a ascensão ao poder de **Napoleão Bonaparte**.



Exemplificando

Napoleão representa uma interessante junção do ideário que motiva a Revolução. A um só tempo, é um militar ocupado da defesa da **nação** revolucionária, um herdeiro do iluminismo, por pertencer a um setor dentro do exército (a artilharia) mais próximo das ciências, e um hábil manipulador **político**, capaz de sobreviver às intempéries das muitas mudanças de governo. Por fim, sua figura reúne os anseios populares em torno de um **mito**. Por essa e outras razões sua figura histórica carrega tanta força – não é somente um conjunto de acontecimentos, de datas, ou de números, mas uma narrativa que inspira e cativa seus leitores. É por meio desses expedientes que os fatos e as ideias convertem-se em memória, sendo transmitidos para as próximas gerações. Pense nisso!



Assimile

Iniciada pela insatisfação da **burguesia** e do **campesinato**, a **Revolução Francesa** (1789-1799) é o maior e mais importante movimento de transformação política da história da humanidade. Inspirada por ideais **Iluministas**, é criada a primeira constituição, centrada na **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão** (1791), que defende a **igualdade** entre todos os homens, sua **liberdade** fundamental e a **fraternidade** em torno das ideias de povo e nação. A Revolução Francesa é um período conturbado, marcado pelo antagonismo constante entre **jacobinos** (1792-1795) e **girondinos** (1795-1799) e a progressiva emergência dos militares, que eventualmente (1799) assumem o comando da França com **Napoleão Bonaparte**.

Sem medo de errar

A Constituição da República Federal do Brasil, de 1988, apresenta já no seu artigo 1º um claro elo com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão: "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição". Nos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, são listados o desenvolvimento nacional (ideal inaugurado com a Revolução), a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e a promoção do bem comum, sem

qualquer preconceito. Essa concepção de justiça está diretamente relacionada com os ideais Iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade. Como procuramos demonstrar ao longo do texto, esse período também é marcado pelo surgimento da ideia de cidadão – a ligação entre um homem e uma fraternidade nacional, um povo. Sem a Revolução Francesa, não teríamos enfrentado o conservadorismo e os privilégios dos Bourbon.

A radicalização jacobina foi fundamental por garantir que esses direitos fossem alcançados, ao passo que os girondinos, focados na institucionalidade econômica e política, garantiram a manutenção de seu legado. Anteriormente à Revolução, somente nobreza e clero se beneficiavam de direitos garantidos pelas leis francesas – o campesinato sofria com duras taxas e opressão constante, e a burguesia enfrentava duros obstáculos à atuação no comércio ou nas finanças.

Avançando na prática

As massas e a política

Descrição da situação-problema

Você já foi às ruas para exigir seus direitos? Já assistiu a matérias ou leu notícias sobre manifestações públicas? Já percebeu como, nesses momentos, a imagem de um grupo gigantesco de pessoas, enchendo ruas, pontes e avenidas, tem um forte impacto?

O importante historiador britânico Eric Hobsbawm afirma que a Revolução Francesa possui importância especial por inaugurar o fenômeno da "política de massas". Como você entende essa afirmação, a partir do que estudamos aqui? Como as massas se organizaram na Revolução Francesa? Quais as consequências dessa nova forma de se fazer política?

Resolução da situação-problema

As massas de camponeses revoltosos foram fundamentais para as conquistas da Revolução Francesa. Sem seus números, os burgueses reunidos na Assembleia dos Estados Gerais provavelmente não seriam capazes de levar adiante suas reivindicações. Eventos específicos, como a tomada da Bastilha

ou a captura do rei, não seriam possíveis sem a participação das massas. Essas populações também foram recrutadas em massa pelo exército revolucionário e, posteriormente, pelo exército napoleônico, sendo instrumentais na defesa da nação.

A política de massas, representa a entrada das camadas mais empobrecidas e numerosas da população no jogo político como um agente de peso. Antes da Revolução Francesa, a política era decidida entre a nobreza, o clero e a alta burguesia, a portas fechadas e sem a participação dos outros setores. Após 1789, todos os governos (democráticos ou não) do mundo ocidental precisaram ouvir a "voz das ruas" e considerar sua popularidade frente às massas. A Revolução abre um precedente singular e garante que as reivindicações populares passem a ser ouvidas mesmo nos territórios intocados pelos exércitos revolucionários.

Por fim, a atuação política das massas apresenta, também, alguns problemas. Muito do período do Terror pode ser explicado a partir da manipulação dessas massas pela imprensa e pela Convenção. As execuções tornaram-se um espetáculo macabro, e já não resguardavam qualquer ligação com os ideais de justiça e liberdade que guiaram os primeiros meses da Revolução.

Faça valer a pena

1.

Esclarecimento (*Aufklärung*) significa a saída do homem de sua minoridade, pela qual ele próprio é responsável. A minoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro. É a si próprio que se deve atribuir essa minoridade, uma vez que ela não resulta da falta de entendimento, mas da falta de resolução e de coragem necessárias para utilizar seu entendimento sem a tutela de outro. *Sapere aude!* Tenha a coragem de te servir de teu próprio entendimento, tal é portanto a divisa do Esclarecimento." (KANT, I. *Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento?*, 1985, p. 100)



Assim define Immanuel Kant o Esclarecimento ou Iluminismo, importante movimento intelectual da era contemporânea.

Partindo da passagem acima e dos seus conhecimentos sobre o tema, qual

opção lista **características reais** do Iluminismo/Esclarecimento?

- a) Apelo a explicações religiosas e à autoridade dos nobres.
- b) Forte apego a filosofias orientais e ao esoterismo.
- c) Recurso a argumentos de autoridades e de pensadores consagrados.
- d) A reflexão independente e libertadora, defendida em diferentes partes da Europa.
- e) Nenhuma das anteriores.

2. Jean-Paul Marat, inflamado defensor dos princípios revolucionários, viveu e morreu pela Revolução. Em um de seus últimos artigos, anuncia uma clara sentença:



Será então necessário, direis, que ele [o povo] deposite uma confiança cega nos seus mandatários? Claro que não. Mas, meus senhores, há um único meio exequível de os obrigar a nunca comprometerem a soberania. É declarar que todos os seus decretos serão simplesmente provisórios, é restringir-lhes a sanção apenas às leis constitucionais; é estabelecer solenemente como último artigo da declaração dos direitos que qualquer decreto que comprometa as leis constitucionais é absolutamente nulo, ilegal, opressivo, tirânico e que é lícito opor-se ao seu cumprimento, por todos os meios possíveis, mesmo à mão armada. Cláusula indispensável, mas sempre posta de lado, sempre adiada pelos legisladores desleais, que pretendiam tornar ilusórios tanto os direitos dos cidadãos como a soberania do povo.” (MARAT, 1790, apud BERNARDO, 2012, [s.p.]

Publicada em janeiro de 1793, a passagem acima é um tocante registro dos dilemas políticos enfrentados pela revolução.

Tomando por base o que estudamos sobre o período da Convenção Nacional, os enfrentamentos entre os membros da Trindade de Ferro e o avanço dos girondinos após o período do terror, qual das afirmações a seguir melhor descreve a situação exposta por Marat?

- a) Marat defende em seus argumentos a posição girondina, vendo com maus olhos a radicalização da revolução.
- b) A preocupação principal de Marat, nesse momento, é com a permanência do legado da Revolução e sua efetividade, i.e., se os cidadãos efetivamente têm seus direitos defendidos.

- c) Os argumentos de Marat servem de base para a maior participação dos militares no movimento, dada a necessidade de intervenção para contenção do radicalismo revolucionário.
- d) Marat lança um ataque feroz a Robespierre, na figura dos "mandatários" representados no texto.
- e) Marat se arrepende da execução de Luís XVI, e revê sua crença revolucionária.

3. O Palácio de Versalhes, antes um modesto e retiro campestre destinado às expedições de caça organizadas pelo rei, converte-se, com o reinado de Luís XIV, no centro pulsante da França dos Bourbon. Luzes, riqueza e extravagância marcam as *soirées* entre os nobres, em festividades que, por vezes, estendiam-se de forma ininterrupta, por vários dias.

Dentre as alternativas a seguir, qual representa uma consideração importante no deslocamento da corte de Paris para Versalhes?

- a) Versalhes poderia comportar contingentes de nobres franceses e de outras partes da Europa em vastas festividades, mantendo a vida política do reino "disciplinada" em um só lugar.
- b) Os mercados locais abasteceriam as cozinhas do Palácio, reduzindo o seu custo de manutenção.
- c) O Château contava com notável estrutura defensiva, garantindo a defesa da família real em caso de invasão.
- d) Deslocando a corte para Versalhes, Luís XIV atende a uma demanda dos nobres, que solicitavam um local remoto para a realização de suas reuniões.
- e) O apego da monarquia a uma vida bucólica e campestre.

Seção 1.2

O Império Napoleônico

Diálogo aberto

Você conhece as aventuras de Sherlock Holmes, personagem criado pelo escritor Arthur Conan Doyle? Em algumas de suas histórias, Holmes enfrenta um temível vilão – o sagaz Professor Moriarty, arqui-inimigo do detetive inglês. E, em determinados momentos, o investigador descreve seu rival como um "Napoleão do Crime". O que você entende, a partir dessa expressão? Outras pessoas receberam apelidos similares na história – o que você entenderia como um Napoleão da Indústria, ou um Napoleão das Finanças?

A transformação de Napoleão, de nome próprio em qualidade, é representativa do peso dessa figura histórica. Mais do que o homem, com suas peculiaridades, é importante pensar em sua participação no processo histórico. Fruto da longa década de uma revolução iniciada em 1789, o Império Napoleônico representa, a grosso modo, o espriar das transformações trazidas pela Revolução Francesa por todo o mundo ocidental. Seus efeitos foram sentidos de forma imediata no continente europeu, mas também se alastram pelas Américas rapidamente. Enquanto estudamos, pense no seguinte: Quais elementos da Revolução Francesa foram aprofundados pelo Império? Quais transformações foram silenciadas ou interrompidas? Por fim, qual o impacto de Napoleão no imaginário histórico moderno?

Não pode faltar

18 de Brumário – o tempo e os homens

Na seção anterior, dedicamo-nos ao estudo das crises que levaram a França à crise e à transformação radical, estudando as diferentes facções envolvidas na Revolução Francesa e as consequências de suas ações. Você deve lembra-se que concluímos nossa história daquele conturbado período com a ascensão meteórica de um oficial de artilharia – Napoleão Bonaparte –, que se aproximou das

lideranças revolucionárias e construiu uma notável carreira militar nas campanhas da Itália e do Egito. O exército nacional francês foi fundamental para a defesa da revolução, no final da década de 1790, e isso fez com que os feitos de Napoleão ganhassem projeção e importância.

Mas há mais nessa história do que a trajetória do gênio militar francês. Precisamos entender o significado do exército revolucionário sob uma perspectiva mais ampla, se quisermos realmente compreender a importância dessa figura histórica.

O primeiro fato fundamental é a diferença entre esse exército e aquele que o antecedeu. Lembre-se da identificação do Estado francês à dinastia reinante na França; o exército francês era, na verdade, um **exército dinástico**, como todos os outros mantidos pelas grandes monarquias europeias. Mas o que isso quer dizer? Diferentemente dos exércitos que conhecemos hoje, essas forças estavam a serviço do rei, e não do povo, e obedeciam diretamente a seus desígnios. Pode parecer uma diferença pequena, mas não é: não havia mecanismos de promoção por mérito, era comum oficiais adquirirem posições importantes por compra de títulos ou por privilégios, e a força militar não era exatamente nacional – muitas vezes, esses exércitos eram compostos de mercenários vindos de outras nações, outros territórios. Adicionalmente, os exércitos dinásticos pautavam-se pela **defesa dos interesses da dinastia reinante**, e não necessariamente pela defesa do povo francês; assim, serviam basicamente, como uma força de contenção das pressões sociais, disciplina das colônias fora da Europa e de atuação restrita aos conflitos de interesse da coroa.

A Revolução muda essa estrutura drasticamente. O Exército Revolucionário é o primeiro grande **exército nacional**: sua existência está intimamente ligada à ideia de nação e de povo. **Em última instância, todo cidadão francês é parte desse contingente e pode ser chamado para defender a nação e os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade de seus adversários históricos.** Logo, são os cidadãos franceses os defensores de sua cidadania, não os mercenários contratados pela coroa. Isso cria um elo fortíssimo entre o Estado Republicano, seu povo e a defesa de seus interesses por suas instituições militares.

Por outro lado, essa nova estrutura também não faria sentido se as promoções e a hierarquia mantivessem-se como no modelo

anterior, o que era inviável se levarmos em conta a execução de boa parte da nobreza francesa, após 1789. Logo, esse exército dependia do povo não só para seus soldados, como também para seus **oficiais** – as promoções eram concedidas com base na experiência, bravura e habilidade em campo de batalha, o que garantia contingentes dedicados, relativamente disciplinados, se comparados com os mercenários e nobres do passado, e um conjunto de oficiais que desfrutavam de suas posições por **mérito próprio**, e não por terem nascido nas camadas privilegiadas da sociedade.

No princípio, isso não necessariamente correspondia à maior eficiência. Os primeiros anos da Revolução foram marcados por grandes derrotas militares e pelo difícil aprendizado da organização dessa força de defesa. Com o tempo e, principalmente, com a **substituição do velho oficialato do exército dinástico pelos jovens, ambiciosos e capazes oficiais do exército nacional**, o exército revolucionário tornou-se um notável aparato de defesa.

É claro que esse aparato foi importantíssimo para garantir a defesa da Revolução em seus momentos de dificuldade, mas também por outro motivo: **o exército tornou-se uma força política considerável, e passou a influir diretamente sobre a vida política**. Se no Antigo Regime esse mesmo exército era um espaço de distribuição de privilégios e títulos entre a nobreza, agora ele está configurado em uma **instituição republicana; se o exército é moldado pelos cidadãos, também é possível dizer que o exército molda a cidadania**. Parece confuso? Vamos com calma, e você vai entender a importância desse fenômeno.

Você se lembra das tensões e disputas entre as diferentes facções revolucionárias? Quando analisamos esses conflitos, certamente imaginávamos os grandes homens públicos da revolução – advogados, jornalistas, escritores, filósofos – envolvidos em acalorados debates, mobilizando as massas e tentando conquistá-las com seus discursos. É muito fácil cairmos na armadilha da separação entre essas populações, essas lutas políticas e o exército francês. E qual é o problema dessa separação? **Ora, se o exército francês é composto pelos cidadãos franceses, ele é a massa**. Mais do que isso: é uma forma de organização da massa, que lhe confere disciplina e propósito – logo, diferentemente das exigentes multidões que se moviam por Paris, as forças do exército revolucionário vivem diariamente a relação

com os seus generais e com suas agendas políticas. E esses generais são figuras políticas importantíssimas, tão influentes quanto Danton, Robespierre ou Marat, e com seguidores leais e disciplinados.

Você já deve ter percebido onde queremos chegar, não é mesmo? **A ascensão de Napoleão não é fruto somente de sua habilidade política e de um conjunto de circunstâncias favoráveis, mas também das mudanças nessa estrutura política e militar. Sem o apoio do vastíssimo exército nacional francês, a vertiginosa trajetória política desse oficial de artilharia não seria possível.**

Somente com isso em mente podemos entender de forma clara como Napoleão chegou à posição de imperador com tamanha rapidez. Sem isso, a cronologia de suas conquistas políticas se torna somente uma sucessão de acontecimentos – é preciso que compreendamos seus **fundamentos** e seu **sentido** para que possamos entendê-la de verdade.

Após as vitórias militares na Itália e no Egito, Napoleão tornou-se uma figura pública enormemente popular. Se antes a força política dominante na França eram os girondinos, com apoio do exército revolucionário, a impopularidade dos burgueses, que lideravam essa facção, e as dificuldades políticas e econômicas, rapidamente invertem a relação de forças – passasse da influência girondina com apoio militar à influência militar com apoio girondino. É nesse contexto que Napoleão tornou-se **cônsul**, por meio do **golpe de Estado de 18 brumário (9 de novembro) do ano VIII (1799) da Revolução**. Com apoio da imprensa e exaltação de suas vitórias militares, Napoleão surge, no imaginário popular, como o herói capaz de salvar a República de seus adversários internos e externos.

O golpe não era uma iniciativa puramente militar. Sua motivação principal eram os anseios por estabilidade da burguesia, cansada dos dez anos de instabilidade política e econômica. Conhecido por sua habilidade e pela lealdade de suas tropas, Napoleão atuaria como o restaurador da ordem. O golpe é rápido e eficaz – com seus soldados, Napoleão fecha a Assembleia do Diretório, concentrando o poder em suas mãos e nas de outros dois cônsules: Roger Ducos e Emmanuel Joseph Sieyès. Assim, é dado início ao período do Consulado (1799-1804).

À astúcia napoleônica, soma-se um terrível erro de cálculo pelos setores dos girondinos que apoiaram o movimento. Napoleão não se

contenta em servir apenas como ferramenta da burguesia. Consciente de sua posição política, assume rapidamente o protagonismo do movimento, neutralizando a oposição interna e vencendo os interesses monarquistas que ainda persistiam.

Sob a liderança de Napoleão, o período do Consulado é marcado pela **consolidação das vitórias políticas da Revolução Francesa e pela institucionalização de seus ganhos políticos e econômicos**. É um governo conservador, autoritário e centralizador, que negocia com os antigos rivais da Revolução um cessar fogo. Foram assinados tratados com a Áustria (1801), a Inglaterra (1802) e o Império Otomano (1802). Atendendo aos interesses dos financistas franceses, foi criado o Banco da França, em 1800. Estabelece-se também a Concordata de 1801, acordo firmado com a Igreja católica, que normalizava as relações (antes conturbadas) entre a Igreja e o Estado francês. As mudanças trazidas pelas multidões, na década passada, são cristalizadas no **Código Civil** de 1804, que alia à defesa da igualdade, da liberdade e da fraternidade ao peso jurídico da **propriedade**, principal demanda da burguesia francesa, nesse momento.

De cônsul a imperador

O poder político de Napoleão foi consolidado em 1804, com sua ascensão ao posto de imperador. Quinze anos após o início da Revolução Francesa, com os movimentos de 1789, o regime monárquico é reinstituído a partir de um plebiscito, em que Napoleão foi indicado para ocupar o trono.

Você consegue perceber como aquela breve digressão sobre o peso político do exército francês é fundamental para que compreendamos esse período? Em menos de dez anos, um comandante de artilharia é alçado à posição de imperador da França. Isso só foi possível com a influência política do exército revolucionário e com o peso que essa a liderança teve sobre boa parte desse contingente, conferidos a Napoleão.

Um acontecimento peculiar e representativo das ambições políticas do imperador. Em sua cerimônia de coroação, tomou a coroa das mãos do Papa Pio VII, coroando-se a si mesmo, deixando claro que era ele e ninguém mais a autoridade definitiva em seu Império. A grandeza da França é exaltada por meio de um conjunto de reformas e obras públicas, das quais o Arco do Triunfo é a principal

referência. Nesse monumento, cuja construção foi iniciada em 1806, estão inscritas as glórias do exército francês sob o comando de Napoleão e seus generais, numa exaltação do poderio militar do Império. A inspiração no Arco de Tito (erigido pelo Imperador Romano Tito Vespasiano Augusto em 81 d.C em comemoração à conquista da Judeia) reflete a forma como o Império lia a si mesmo: como um mantenedor das grandezas e das conquistas da Antiguidade, algo similar aos dias de glória dos imperadores romanos.

Obviamente, a coroação de Napoleão não é recebida com inércia pelas grandes potências europeias. Inglaterra, Rússia, Áustria e Nápoles aliam-se na oposição ao Império Francês. A resposta é rápida – mobilizando todo o poderio do exército imperial, Napoleão enfrenta seus adversários em variados fronts, fortalecendo sua posição no continente europeu durante a Batalha de Austerlitz (1805), com a ocupação de Viena, e rápida assinatura de um tratado de paz com os austríacos.

Antes que continuemos com a sucessão de vitórias dos exércitos napoleônicos nos anos seguintes, é importante que analisemos, aqui, uma de suas primeiras derrotas importantes – a Batalha de Trafalgar, em outubro de 1805. Concomitantemente às batalhas terrestres contra os austríacos, as forças napoleônicas lançaram-se à tentativa de invasão da Inglaterra. Seu esforço é frustrado pela armada comandada pelo Almirante Horácio Nelson, que, numa manobra arriscada, arremete contra os navios franceses, desestabilizando sua linha de defesa. Nelson é mortalmente ferido em combate, mas garante uma derrota conclusiva contra as forças navais francesas, inviabilizando os projetos de invasão das Ilhas Britânicas naquele momento.



Exemplificando

Tanto Napoleão quanto Nelson são importantes referências para o pensamento militar e estratégico. Na marinha inglesa, é comum a referência ao *Nelson touch* – a aplicação de estratégias simples, mas ardilosas, o recurso a artimanhas em batalhas navais e a utilização de movimentos inesperados ou inusitados, com a intenção de surpreender o oponente. Napoleão, por outro lado, inaugurou a era dos grandes exércitos em constante movimentação. Como o contingente empregado em batalha era grande demais para ser mantido continuamente em uma só localidade, as forças seriam mobilizadas em momentos de dificuldade,

recorrendo aos recursos das regiões que atravessassem para sua manutenção e estabelecendo cadeias logísticas de suprimentos em seu rastro. Suas técnicas militares revolucionaram não só a estratégia contemporânea como também muito do que pensamos sobre administração e economia.

Frustrados os planos de conquista da Inglaterra, Napoleão continua em sua próspera campanha terrestre. Em 1806, ocupa Nápoles, proclamando o reinado de seu irmão, José Bonaparte, sobre o reino italiano. Derrota também a aliança militar entre Rússia e Prússia na Batalha de Jena-Auerstedt, tornando-se a força militar notadamente superior no continente.



Pesquise mais

As conquistas militares napoleônicas foram retratadas em vários filmes, que nos proporcionam uma interessante porta de entrada nesse período. Dois deles, em especial, ajudam a compreender a organização do exército imperial, suas motivações e a movimentação pelo continente europeu. *Os Duelistas* (1977), dirigido por Ridley Scott, reconta a rivalidade entre dois oficiais do exército francês ao longo de todo o período do Império, com a participação nas diferentes campanhas militares pelo continente. *Mestre dos Mares – O Lado Mais Distante do Mundo* (2003) acompanha a perseguição, pela tripulação inglesa do *H.M.S. Surprise*, à nau francesa *Acheron*, em 1805. Aproveite para assistir aos dois filmes e poder ver de perto a realidade das forças em conflito nesse período!

Vários fatores são responsáveis pela superioridade do exército imperial francês sobre outras forças militares no período. É muito importante lembrarmos como esse exército é **estruturalmente diferente** dos demais; com a participação de uma parcela expressiva da população francesa, conta com um contingente muito superior às outras forças armadas, que ainda recorriam aos expedientes dinásticos (mercenários, comandantes provenientes da nobreza, promoção por títulos). Adicionalmente, pelas diferenças na composição do exército, os franceses possuíam forças **treinadas e disciplinadas**, em oposição à confusão das tropas reunidas por outras nações, no mesmo período. Isso se refletia naquele que talvez seja o elemento mais importante dessa inovadora máquina de guerra: sua organização **logística**. O

exército napoleônico viajava com a missão clara de estabelecer e manter linhas de suprimentos, pelas quais era abastecido ao longo da campanha. As forças que lideravam as incursões militares dispunham de poucos mantimentos e viajavam com carga leve, movendo-se de forma relativamente rápida, mas dependendo do saque das regiões ocupadas para se manter. Apesar do sucesso estratégico em muitas conquistas do exército napoleônico, essa estratégia conduziu a França a uma de suas maiores derrotas militares nos anos seguintes.



Assimile

O exército napoleônico é a principal referência dos exércitos contemporâneos. Sua organização, logística e treinamento são até hoje replicados pelas forças armadas de diferentes países. De forma similar, a associação entre cidadania, nação, povo e exército inaugurada pelos franceses é a referência fundamental para o serviço militar em diferentes corporações.

É importante lembrar que esse novo exército não é apenas um fenômeno militar – trata-se de um fenômeno político. Um importante estudioso da estratégia, o alemão Carl von Clausewitz (curiosamente, um dos jovens oficiais derrotados por Napoleão na batalha de Jena), afirmaria que **a guerra nada mais é que a continuação da política por outros meios**. (CLAUSEWITZ, 1996). No século XX, o filósofo francês Michel Foucault inverteria essa afirmação – para ele, **a política é a continuação da guerra por outros meios** (FOUCAULT, 2002). Guerra e política sempre estiveram ligadas, mas essa ligação se torna ainda mais evidente após Napoleão.

O Bloqueio Continental

Incapaz de subjugar a marinha inglesa, Napoleão elabora uma nova estratégia para derrotar seus grandes rivais, o **Bloqueio Continental (1806)**. Por meio desse decreto, Napoleão forçava todos os países europeus a fecharem seus portos a produtos e navios ingleses. Sua intenção era enfraquecer a indústria e os comércios ingleses, levando o país a uma crise econômica e comprometendo sua resistência prolongada às forças militares francesas.

Ainda não estudamos os condicionantes da primazia econômica inglesa nesse período, mas tocaremos nesse tema nos capítulos seguintes. Mesmo assim, a estratégia parecia bastante razoável – já que uma vitória naval era improvável ou impossível, Napoleão garantia que o sustentáculo econômico do Império Britânico caísse

por terra, e, assim, conseguiria a vitória definitiva sobre seus rivais. O que poderia dar errado nesse plano? Como os ingleses responderiam à ofensiva economia francesa?

Apesar das aparentes vantagens do bloqueio, ele tinha algumas deficiências evidentes. A primeira era a **dependência da participação de todas as demais nações europeias** para que o plano funcionasse. Se um país sequer rompesse o bloqueio, os produtos ingleses seriam contrabandeados para dentro do continente e o fluxo do comércio e da indústria não seria interrompido.

A segunda dificuldade do bloqueio continental é a **pressão imposta sobre as economias do continente**. Napoleão antecipava resistência, e se propôs, de pronto, a responder aos desafios ao bloqueio com a força do exército francês. Mas, em alguns casos, não havia nada que pudesse ser feito; algumas das economias continentais apresentavam elevada dependência dos produtos ingleses, e, por mais que a repressão do Império atuasse para que as outras aderissem ao bloqueio, as tropas napoleônicas não seriam capazes de suprir as economias da Europa em tecidos ou máquinas.

Por fim, o erro definitivo do bloqueio foi sua **atenção ao comércio no continente europeu, em detrimento do comércio colonial**. Os franceses acabaram por desconsiderar a influência global exercida pela marinha mercante inglesa e, com o bloqueio, sufocaram o fornecimento de importantes matérias-primas para o continente. Sem a possibilidade de transacionar com as outras economias europeias, os ingleses lançam-se com ainda mais determinação aos mares, conquistando novas possessões coloniais e privando os franceses de algumas de suas colônias.



Pesquise mais

O historiador econômico brasileiro José Jobson de Andrade Arruda (1982) tem uma tese interessante sobre a importância do Bloqueio Continental no fortalecimento da indústria inglesa. Contrariamente à expectativa do Império Francês, o Bloqueio acabou sufocando as possibilidades de crescimento da indústria francesa e portuguesa, potenciais rivais das fábricas inglesas no período. Essa estratégia precipitou a fuga da família real portuguesa para o Brasil e sua subordinação aos interesses mercantis ingleses, com a proibição de manufaturas no território brasileiro. Assim, paradoxalmente, os ingleses

ganharam acesso direto à matéria-prima produzida na grande colônia portuguesa, e puderam comercializar seus produtos nesse vasto mercado! Para saber mais, leia *Prometeus e Atlantes na forja da Nação*, de Fernando Novais e José Jobson de Andrade Arruda (ARRUDA; e NOVAIS, 2003) ou *O Brasil no Comércio Colonial* (ARRUDA, 1982).

Alguns países europeus não responderam bem ao Bloqueio. Desses, Portugal é um caso notável – ligada à Inglaterra pelo Tratado de Methuen, que estabelecia os termos do comércio entre os dois países, a coroa portuguesa recusou o Bloqueio Continental de imediato, buscando refúgio em sua principal colônia - o Brasil! A vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro foi um importante marco de nossa história, responsável por uma série de eventos de grande importância no século XIX, como a nossa Independência e a constituição do Império do Brasil. A resistência de portugueses e espanhóis foi respondida com grande violência pelo exército francês. José Bonaparte é nomeado Rei da Espanha, mas a população reage à presença do exército francês e ele é obrigado a abandonar o reino. Começaram a aparecer as fissuras do projeto continental napoleônico.



Pesquise mais

Para uma releitura bem-humorada sobre a vinda da família real portuguesa para o Brasil, assista à *Carlota Joaquina, Princesa do Brasil* (1995), de Carla Camuratti. O filme retrata de forma cômica a vinda da realeza de Portugal para o Brasil, explorando alguns peculiares traços da vida cotidiana no início do século XIX. Se estiver à procura de algo mais introspectivo, *As Sombras de Goya* (2005), de Milos Forman, explora a violência da ocupação francesa da Espanha a partir da perspectiva do importante pintor espanhol Francisco de Goya y Lucientes. Goya retratou a barbárie das tropas napoleônicas em sua pintura *Os fuzilamentos de três de Maio*, e experimentou uma profunda decepção com esse "legado" do iluminismo e da revolução.

A resistência portuguesa e espanhola rendeu frutos, e, em 1812, o czar Alexandre I da Rússia rompe a aliança com a França, comprometendo a viabilidade do Bloqueio Continental. A resposta francesa é rápida, e Napoleão mobiliza um exército de mais de 600.000 soldados em marcha para a invasão da Rússia. No entanto, dois erros

estratégicos dessa campanha se mostram fatais: os comandantes do Império Francês insistem em avançar contra os russos, com a mesma estratégia das guerras anteriores, recorrendo à pilhagem das cidades e vilas locais para alimentar as tropas, e se movem no rigoroso inverno russo. Os generais russos adotam a estratégia de "terra arrasada" – abandonam posições fronteiriças completamente, queimando os alimentos e recursos de que os franceses fariam uso, durante a invasão, e recuam para o vasto interior do continente. Castigados pelo frio e pela fome, não resta alternativa a Napoleão, a não ser recuar, derrotado, com apenas um quinto (aproximadamente 120.000 sobreviventes) do contingente original.

Soma-se à derrota na Rússia uma derrota quase definitiva, imposta em 1813, na chamada Batalha das Nações. Nela, a aliança entre Rússia, Prússia, Áustria e Suécia derrotam o exército napoleônico em Leipzig, impondo severas perdas ao Império Francês. Como consequência, o Tratado de Fontainebleau (1814) estabelece o exílio de Napoleão na Ilha de Elba.

O Governo dos Cem Dias e a Batalha de Waterloo

O exílio não dura por muito tempo. Menos de um ano após a chegada em Elba, Napoleão escapa e aporta em Golfe-Juan, na França, onde é interceptado pelo quinto regimento do exército francês. Em uma atitude notável, Napoleão se dirige a seu exército – "Aqui estou eu! Matem seu imperador, se assim desejarem!". A resposta, no entanto, é representativa da influência que ainda comandava sobre o exército francês – em alto e bom som, os soldados respondem "Viva o Imperador!". Napoleão é brevemente restaurado ao trono, com o apoio dos militares e a fuga de Luís XVIII.

A derrota definitiva vem em Waterloo, na Bélgica, em junho de 1815. Vencido por uma coligação anglo-prussiana, Napoleão abdica pela segunda vez e é exilado na Ilha de Santa Helena, na costa da África, onde vive até o fim da vida, em 1821.



Refleta

Pensando na trajetória política de Napoleão, como você entende a interferência de organizações militares na vida política? Após o período do Consulado e do Império, a presença de militares na política se tornou mais comum, ou ainda configura uma exceção à regra? Quais

consequências comuns podemos observar no caso de Napoleão e em outros golpes de Estado perpetrados por militares?

Sem medo de errar

O gênio militar e político de Napoleão ainda fascina e assombra muitos dos estudiosos da história contemporânea. A rápida ascensão de um oficial milita, e a forma como o jovem general aproveitou uma série de oportunidades políticas e a persistência de seu legado são notáveis. Napoleão contribuiu de forma decisiva na **institucionalização do legado da Revolução Francesa**, garantindo que muitas de suas conquistas fossem cristalizadas no Código Civil. Também foi responsável pelos avanços do projeto girondino de constituição, com a criação das leis de defesa da propriedade e de um banco nacional (Banco da França). Por outro lado, sua atuação foi extremamente autoritária, violenta e autocrática. Muito do espírito libertário de alguns dos primeiros revolucionários foi abandonado, e **liberdade, igualdade e fraternidade foram subordinadas à defesa do princípio da propriedade**.

A importância dessa figura histórica e a "aura" que a cerca, são exploradas por Sylvio Capanema de Souza, estudioso da influência de Napoleão nos códigos civis contemporâneos:

Endeusado por muitos, como o severo historiador Alberto Sorel, que por ele transbordava entusiasmo, e execrado por outros, como Guillemin, que o incluía no 'rol dos grandes canalhas', Napoleão Bonaparte cumpriu, estoica e orgulhosamente, sua sina de personagem carismática, a acender paixões e acirrar ódios.

Sua sombra, mais de duzentos anos depois, continua pairando sobre a história da humanidade, ampliada por juízos extremados, que ora o apresentam como o filho dileto da Revolução Francesa, cujos ideais encarnou, ora o acusam de tê-la traído, tal como César teria traído a liberdade.

Só em um ponto se conseguiu o consenso: mesmo os filósofos da história, que reconhecem a prevalência das forças coletivas e reduzem o valor do indivíduo,



quedam-se perplexos diante de Napoleão, reconhecendo sua influência pessoal avassaladora, na história europeia e mundial.

Sempre houve algo de mágico a envolvê-lo. Os que tiveram a oportunidade de, no Hôtel des Invalides, em Paris, visitar o seu túmulo, esculpido em monolítico bloco de mármore vermelho, com a tampa lembrando uma grande onda, puderam perceber a atmosfera de respeito e de mistério, a veneração de seu povo, a encarnação perfeita de tudo que é mais francês, e que tanto admiramos. (SOUZA, 2004, p. 36)

Faça valer a pena

1.

Na solidão dolorida de seu exílio em Santa Helena, mergulhado na depressão do abandono, consciente de seu fim próximo, Napoleão teria exclamado, premonitoriamente: 'Minha verdadeira glória não foi ganhar quarenta batalhas. Waterloo apagará a lembrança de tantas vitórias. Mas o que nada apagará, o que viverá eternamente, é o meu Código Civil. (SOUZA, 2004, p. 37)



Sobre o Código Civil napoleônico, é correto afirmar que:

- a) representa a cristalização dos anseios do campesinato, com medidas populares e distributivas;
- b) sacramenta os acordos comerciais entre Inglaterra e França;
- c) se configura em registro eminentemente burguês, com declarada defesa da propriedade privada;
- d) estabelece os termos da atuação das forças militares no Império Napoleônico;
- e) legisla sobre os empregos possíveis de cada estamento da sociedade.

2.

Não podemos negar que Napoleão tenha prestado grandes serviços à indústria. Foi sob seu reinado que ela atingiu o grau de prosperidade que tem até hoje. Foi sob o seu reinado que nos libertamos do tributo que pagávamos ao estrangeiro. Foi sob o seu reinado que vimos, pela primeira vez, todos os nossos produtos industriais rivalizarem em todos os mercados da Europa, pelo preço ou pela qualidade, com os das nações mais adiantadas. Este rápido progresso da indústria é devido principalmente às restrições impostas aos produtos estrangeiros e à severa vigilância sobre a qual ela repousava. Assim, as indústrias podiam se estabelecer sem medo da concorrência; tinham assegurada a venda de seus produtos, independentemente da qualidade inferior inicial. (VICOMTE CHAPTAL, 1893, [s.p.]



Sobre a passagem acima, podemos afirmar que se trata de um registro da atuação de Napoleão por meio do:

- a) ataque à Prússia;
- b) incentivo à indústria naval;
- c) código civil;
- d) treinamento de oficiais militares;
- e) bloqueio continental.

3.



A Inglaterra abusa inegavelmente de sua força, de seu poder isolado no meio das tempestades, e isso tudo por seu próprio interesse, pois o desta Europa, que parece vê-la com benevolência, não significa nada para os mercadores de Londres. Eles sacrificariam todos os Estados da Europa, o mundo inteiro se fosse preciso por uma só de suas especulações. Se a dívida da Inglaterra fosse menor, talvez ela fosse mais razoável. O que a move é a necessidade de pagá-la, de garantir o crédito. Cedo ou tarde será preciso que ela se posicione sobre essa dívida. Enquanto isso, ela lhe sacrifica o mundo. (CAULAINCOURT, 1943, [s.p.]

A passagem acima, em que Napoleão expressa sua leitura da atuação da Inglaterra, no cenário econômico e político internacional, é parte de um registro das posições do imperador em seu exílio, em Santa Helena. Sobre esse depoimento, é correto afirmar:

- a) Não possui interesse além do biográfico, pela pouca relação com os acontecimentos do período.
- b) Reflete o senso comum dos oficiais alemães sobre a atuação inglesa.
- c) Constitui uma enumeração dos fatores que causaram a derrota francesa em Waterloo.
- d) Napoleão identifica o poderio econômico inglês e o associa ao interesse comercial, industrial e financeiro desse império, que motivaria sua atuação (egoísta, em seu entendimento) frente aos outros povos europeus.
- e) Explicita a admiração nutrida por Napoleão pelos ingleses.

Seção 1.3

O Congresso de Viena

Diálogo aberto

Você já ouviu o ditado "quanto maior a subida, maior é a queda"? Em quais situações dizemos isso, em português? Nas seções anteriores, estudamos as rápidas mudanças trazidas pela Revolução Francesa e sua consolidação com o Império Napoleônico. E, como você pôde ver, Napoleão teve uma ascensão meteórica. Agora, você já leu ou ouviu algo sobre o fim de seu Império?

Esse período foi marcado pela conquista de direitos pela população francesa e a generalização de um conjunto de instituições. Isso certamente agradou a muita gente, principalmente às pessoas que sofreram com a crise e a fome nas décadas anteriores. Agora, a quem ela poderia ter incomodado? Quais grupos poderiam ter se organizado para conter ou reverter os avanços da Revolução?

Não pode faltar

Fim de uma era, início de outra

Como exploramos nas seções anteriores desta unidade, a Revolução Francesa e o Império Napoleônico foram os dois grandes marcos da virada do século XVIII para o século XIX. Desses eventos e de suas vastas consequências, emergem uma nova forma de fazer política, novas relações entre as diferentes potências europeias, novos agentes e novas formas de se pensar a vida social. Com as drásticas mudanças dos anos entre 1789 e 1799, e sua consolidação e revisão sob o domínio napoleônico, inaugura-se uma nova era na história do Ocidente.

Isso ajuda a entender a dificuldade em se derrotar Napoleão, entre as batalhas de Leipzig e Waterloo, e sua permanência como um dos grandes ícones da história desse período. **A memória da França livre do absolutismo, de uma cidadania baseada em direitos fundamentais e de um exército composto por homens comuns, definidos e unidos por sua nação e pela defesa de um conjunto de ideais, persiste.**

Se, para alguns, esse momento representa uma vitória importante na gênese das democracias modernas e na autodeterminação dos povos, para outros é um problema, um obstáculo a ser combatido, eliminado ou disciplinado.

Concentramo-nos sobre os avanços dos revolucionários e do Império, nas páginas anteriores. No entanto, esse avanço não se deu sem resposta ou sem reação de forças políticas contrárias aos ideais e projetos desses agentes. A cada nova mudança, as forças conservadoras organizavam-se com o intuito de rever os direitos adquiridos pelos cidadãos franceses, de ressignificar suas conquistas. Você se lembra da oscilação entre jacobinos e girondinos? Da presença de setores moderados entre os revolucionários, preocupados com o radicalismo das transformações em curso? Lembra-se como o avanço de Napoleão é explicado, em parte, pela atuação dos moderados e conservadores?

É importante colocar esse movimento em perspectiva. **Além da pressão dos setores conservadores envolvidos na Revolução e no Império, há um conjunto de forças contrárias a muitas das mudanças trazidas pelos revolucionários nos outros países europeus. A República Francesa representa, para essas forças, uma grande ameaça.** Afinal, além das fronteiras francesas, qual a situação do restante do continente?

Nesse momento histórico, a absoluta maioria dos Estados europeus ainda é regida pelo sistema derrubado na França. Reino Unido, Império Russo, Império Austríaco e Reino da Prússia representam não só as principais forças militares responsáveis pela derrota de Napoleão, mas os grandes reinos remanescentes após a Revolução. Gravitam em torno desses poderes as dezenas de reinos menores, ainda presentes no continente (Dinamarca, Países Baixos, Suécia, Hanover, Vestfália, entre tantos outros), os reinos ibéricos (Portugal e Espanha) e italianos (Piemonte-Sardenha, Duas Sicílias), profundamente abalados pelas invasões napoleônicas, e o Império Otomano. **A Europa do começo do século XIX é fundamentalmente monárquica, e os regentes dessas monarquias fazem um enorme esforço para conter os avanços da Revolução.**

É com base nesses elementos que foi estabelecido, entre setembro de 1814 e junho de 1815, o Congresso de Viena. Capiteado pelos representantes dos quatro grandes reinos europeus (Império

Austriaco, representado por Klemenz von Metternich; Reino da Prússia, representado por Wilhelm von Humboldt; Reino Unido, representado pelo Visconde de Castlereagh e pelo Duque de Wellington; e o Império Russo, representado pelo Imperador Alexandre I) e com a presença de um representante francês (Charles-Maurice de Tayllerand-Périgord), o Congresso defendia três diretrizes fundamentais: o princípio da **legitimidade**, o princípio da **restauração** e o princípio do **equilíbrio**.

O princípio da **legitimidade**, proposto por Tayllerand e apoiado por ingleses e austríacos, previa um retorno aos limites anteriores a 1789. **Por definição, considerava como legítimos os governos e as fronteiras que vigoravam antes da Revolução Francesa (logo, as mudanças no mapa europeu a partir de 1789 seriam ilegítimas e deveriam ser revertidas)**. O principal objetivo da proposta era um retorno legítimo dos Bourbon ao trono francês, com a defesa contra perdas territoriais possivelmente impostas pelos acordos de reparação após a derrota final de Napoleão. Outra motivação importante era a precaução diante das revoluções liberais inspiradas pelos franceses – movimentos de independência de frações das nações participantes seriam sufocados com base nesse princípio (i.e., a secessão de parte do território de um desses Estados seria ilegítima, da mesma forma que a anexação de frações de Estados rivais por exércitos liberais).

O princípio da **restauração** estabelecia uma espécie de "acordo de defesa mútua" das monarquias europeias, seguindo o princípio da legitimidade, que defendia a restauração das monarquias absolutistas estabelecidas e dos privilégios a nobreza e ao clero. **De forma prática, os governos absolutistas responderiam à ameaça de revoltas liberais com intervenção militar.**

Por fim, o princípio do **equilíbrio** defendia a organização do continente de modo a evitar que uma só potência concentrasse, em suas fronteiras, recursos e população suficientes para fazer frente às forças reunidas do restante do continente. Alguns dos territórios disputados durante as guerras napoleônicas foram incorporados a outros reinos ou impérios com base nesse princípio.



Assimile

A organização do sistema internacional a partir dos princípios de legitimidade e equilíbrio é talvez a mudança mais importante advinda

do Congresso de Viena. Anteriormente, a legitimidade era conferida ou pela força de um dado Estado ou por esforços diplomáticos pontuais (o convencimento das nações vizinhas) ou pela Igreja, que coroava os reis e mediava muitas das relações políticas interestatais. Essa dupla de princípios estabelece, em primeiro lugar, normas intrínsecas de legitimidade das nações participantes, automaticamente reconhecidas a partir das fronteiras pré-1789. Essa legitimidade não depende mais dos outros fatores que mencionamos acima, e passa a ser defendida por todos os signatários dos acordos concretizados com o Congresso. A ideia de **equilíbrio de poder**, por outro lado, torna-se um dos cânones do estudo das relações internacionais – as nações passam a ser compreendidas a partir de sua capacidade de intervenção política e militar, e as relações internacionais são pensadas como um complexo jogo de ação e reação, desafio e resposta. Logo, a anexação de territórios por uma dada nação é sempre questionada a partir de: a) sua legitimidade (i.e., se essa incorporação não viola as fronteiras nacionais estabelecidas e consagradas); e b) seu impacto sobre o equilíbrio do poder, com potencial aquisição de vantagens pela nação conquistadora.

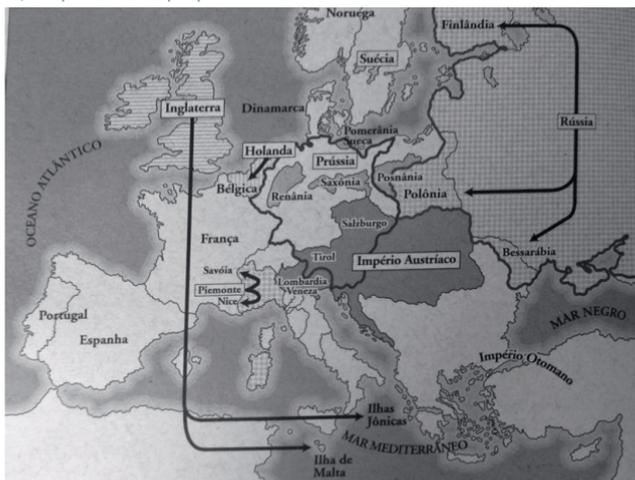
Desses três princípios emergiu uma extensa proposta de reorganização do mapa europeu, pautado no resgate das fronteiras pré-1789 e na defesa do **equilíbrio do poder** entre as várias nações europeias. Em termos práticos, as mudanças envolveram:

- A reorganização da Confederação Germânica em 39 principados, liderados por Prússia e Áustria;
- **Áustria**: anexação dos Bálcãs;
- **Rússia**: anexação de parte da Polônia, Finlândia e Bessarábia (hoje parte da Romênia);
- **Inglaterra**: anexação da Ilha de Malta, do Ceilão (Sri Lanka) e da Colônia do Cabo (Cabo da Boa Esperança, África do Sul);
- **Prússia**: anexação de parte da Saxônia, da Westfália e da Polônia;
- **Império Otomano**: manutenção do controle sobre os povos do Sudeste da Europa;
- União entre Bélgica e Países Baixos;
- União entre Suécia e Noruega;
- Reestabelecimento dos Estados Papais;

- Reestabelecimento das dinastias reinantes em Portugal e Espanha, sem reparações territoriais.

Parece confuso? Vamos com calma. O mapa da Europa pós-1815, elaborado a partir das mudanças propostas no Congresso de Viena, certamente ajudará na compreensão desse importante movimento:

Figura 1.1 | Mapa da Europa pós-1815



Fonte: Arruda (2004, p. 208).

Observe bem o formato assumido pelas principais potências do continente. Mesmo que a França ainda controle o centro da Europa, o Império Austríaco passa a se estender por um território considerável, e a Confederação Germânica, sob tutela prussiana, serve de contrapeso à vastidão do território francês. A Rússia permanece como a grande potência territorial europeia, e a Inglaterra ganha acesso a importantes posições marítimas. **É importante ressaltar que essa reorganização das fronteiras desconsidera completamente qualquer noção de identidade nacional – logo, cidadãos poloneses são divididos entre os domínios prussiano e russo, possuindo pouca ou nenhuma identificação com seus dominadores.** O mesmo é observado virtualmente em todas as anexações e uniões do período. Apesar da aparente defesa da ordem e da normalidade, o Congresso de Viena contribui, também, para o **agravamento das lutas por autodeterminação nacional.**

Além do que já discutimos, foi defendido o princípio de livre navegação nos rios Reno e Meuse. Os dois rios são fundamentais

por representarem vias de escoamento da produção e do comércio de regiões-chave do continente (Confederação Germânica e Países Baixos, respectivamente). **O livre fluxo de mercadorias nesses rios contribui, nas décadas seguintes, para o desenvolvimento dessas regiões e para o estabelecimento de acordos econômicos entre os principados, que um dia se uniriam sob a bandeira alemã.** Adicionalmente, é imposto à França o pagamento de uma indenização de guerra e a ocupação de seu território por um exército internacional, composto de forças inglesas, austríacas, prussianas e russas, mas pago com recursos franceses.

Agora, sumarizadas as principais mudanças territoriais, é importante que analisemos o seu impacto. Após o Congresso de Viena, a manutenção das fronteiras geográficas estabelecidas pelos participantes figurou como a principal ferramenta na preservação da paz entre as nações europeias. As nações participantes defendiam a manutenção de exércitos permanentes com este propósito; a existência de forças prontas a reconduzir a Europa ao equilíbrio político atuaria na dissuasão de tentativas de ruptura dos acordos internacionais. **Assim, tanto o mapa europeu quanto a lógica de atuação dessas potências, no sistema internacional, são definidos pelo Congresso de Viena, e assim permanecem, a grosso modo, até a eclosão das grandes guerras do século XX.**

A defesa dessa estrutura é garantida pela **Santa Aliança**, estabelecida entre as forças do czar Alexandre I e os exércitos Prussiano e Austríaco em 1815. Suas principais funções seriam manter cerrada vigilância sobre a França, reprimir movimentos revolucionários e liberais inspirados pelas duas décadas anteriores e sufocar insurreições separatistas, motivadas pelo novo desenho do continente.



Exemplificando

Guerra e paz, ordem e caos, alianças e disputas - a ordem internacional é sempre um tema complexo, mobilizando muito do debate político em nosso assunto. Um ponto fundamental é que ela é sempre marcada por uma institucionalidade específica, um conjunto de normas estabelecidas como as regras do jogo político e econômico entre as várias nações participantes. Em diferentes períodos, esse sistema obedeceu a diferentes institucionalidades. Por mais conservadoras que sejam as regras estabelecidas no Congresso de Viena, elas representam o reconhecimento de que a Revolução Francesa foi impactante a ponto

de justificar mudanças nas formas pelas quais as nações interagem umas com as outras.

Outros eventos de magnitude similar (i.e., que justificaram uma revisão dos termos em que diferentes países se relacionavam), no passado, foram as duas Grandes Guerras Mundiais e o fim da Guerra Fria. A institucionalidade das relações internacionais, no presente, deve muito a cada um desses episódios.

Liberalismo e democracia na Europa e nas Américas

Pense conosco: Napoleão foi derrotado em Leipzig e em Waterloo. Perdeu muitos de seus soldados na tentativa frustrada de invasão à Rússia. A França foi derrotada, e um rei da dinastia Bourbon ocupava novamente o trono. Qual o sentido, nesse contexto, do enorme esforço empreendido pela Santa Aliança na defesa dos acordos estabelecidos no Congresso de Viena? Havia realmente necessidade de construir todo esse aparato militar, jurídico e ideológico para defender as prerrogativas de um sistema que acabava de vencer a Revolução e o Império?

Apesar de puramente retórica, essa pergunta não deixa de fazer sentido. A Europa é sacudida pelos franceses entre 1789 e 1815, e esse terremoto é sentido não só nas fronteiras e na grande política, mas na forma como os europeus pensavam, agiam e se organizavam. **A Revolução mostrou que é possível depor um rei e governar uma nação – a mais poderosa do continente, por pelo menos uma geração – na base do apoio popular. Antes da Revolução e do Império, o limite para se pensar a política era um; agora, as regras do jogo haviam mudado completamente.**

Logo, o Congresso de Viena e o estabelecimento e atuação da Santa Aliança não eram apenas uma resposta à Revolução – eram uma resposta ao seu **legado**, ao desafio deixado pelos revolucionários, e aos grupos corajosos o bastante para defender os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade após 1815.

Portanto, de forma similar ao Iluminismo, ainda que o eixo principal do movimento emanasse da França, a onda liberal iniciada no século XVIII toma todo o continente europeu, chegando até mesmo às colônias. Assim, as transformações políticas do século XIX podem ser entendidas como uma disputa com pelo menos um *front* claramente

definido: a disputa entre os herdeiros da Revolução e seus opositores.

Esse primeiro sopro liberal é sentido claramente em três dos territórios ocupados pelas tropas francesas: Espanha, Itália e Portugal. Em 1820, militares liberais espanhóis e italianos se moveram contra os reis Fernando VII, da Espanha, e Fernando I, do Reino das Duas Sicílias, exigindo o estabelecimento de uma constituinte que limitasse os poderes reais. Num primeiro momento, os dois monarcas acataram os anseios populares e concordaram com a redação de uma constituição, mas sua aceitação era apenas uma manobra que compraria as forças da Santa Aliança tempo suficiente para organização e retaliação. Conclamadas por seus aliados nos dois reinos, as tropas da Aliança lograram reestabelecer os dois reis como monarcas absolutos em menos de três anos. Em Portugal, a Revolução Liberal do Porto possui consequências peculiares: orquestrada por elementos de diversas camadas sociais, tinha a pretensão de restaurar o reino à grandeza do passado. Suas principais pautas eram o retorno imediato da Corte às terras portuguesas (vale lembrar que a família real portuguesa se mudou para o Brasil, por ocasião das invasões napoleônicas) e a restauração da exclusividade de comércio com o Brasil, quebrada pela relação estabelecida entre a corte, ainda no Brasil, e a Inglaterra, principal parceira econômica das duas nações.

A Revolução tem resultados peculiares, para dizer o mínimo. Consegue obter sucesso parcial no primeiro de seus objetivos – o retorno da corte –, falhando completamente no segundo. É desse episódio a célebre frase entoada pelo príncipe regente D. Pedro de Alcântara em janeiro de 1822: "Se é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto! Digam ao povo que fico!". O retorno do restante da corte culmina na elaboração da primeira Constituição Portuguesa, em 23 de setembro do mesmo ano. Constituição essa redigida com algum pesar – semanas antes de sua promulgação (7 de setembro de 1822), o Brasil se proclama independente, com D. Pedro I assumindo o trono do jovem Império do Brasil.



Pesquise mais

Esse é um momento de enorme importância para nossa história, e muitos dos grandes historiadores brasileiros se dedicaram a estudar as relações entre a nossa independência e o sistema internacional. Para Fernando Antônio Novais, autor de *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema*

Colonial (NOVAIS, 1979), o movimento de independência só pode ser entendido como parte de um evento mais amplo – **a crise política e econômica do Antigo Sistema Colonial**, ocasionada principalmente pelo desenvolvimento das forças produtivas na Inglaterra. Para Celso Furtado, autor do clássico *Formação Econômica do Brasil* (FURTADO, 1985), a independência representa a transmissão, para o Brasil, do **passivo político português**. Furtado se vale da terminologia contábil, onde passivo equivale a dívida, para discutir um ponto importante de nossa história: a forma como herdamos a dívida política de Portugal com a Inglaterra, com nossa independência. Procure ler os dois autores – seus trabalhos são referências importantes para que possamos situar o Brasil em meio a essas transformações.

Nosso caso não é um episódio isolado – a grande maioria das colônias ibéricas nas Américas se tornaram independentes no início do século XIX. As primeiras tentativas de independência mexicana ocorrem ainda em 1810 e 1813, com a mobilização dos camponeses pelos padres Miguel Hidalgo e Morellos. A morte dos insurgentes se mostra um obstáculo ao movimento, que só consegue novos avanços em 1821, sob a liderança do general Augustín Itúrbide, que, bem-sucedido, se proclama imperador no ano seguinte. Em 1823, abdica de seu posto, sendo fuzilado quando o México se torna uma república federal.

A paisagem política da América Central e de grande parte da América do Sul é transformada pelos libertadores Simon Bolívar, Bernardo O'Higgins e José de San Martín. Os três revolucionários, filhos da aristocracia colonial, valeram-se do desarranjo causado pela invasão francesa da Espanha, para reivindicar a independência das populações locais. Em uma série de bem-sucedidas operações militares, ajudaram a fundar as dezenas de novas nações que ainda definem o continente: Venezuela (1813), Chile (1817), Colômbia (1819), Peru (1821), Equador (1822) e Bolívia (1825). Adicionalmente, Argentina (1810-1816) e Paraguai (1811) também realizaram movimentos de independência. O Uruguai é a última das nações do Sul a se proclamar independente, estabelecendo-se somente em 1828.

Um dado fundamental desse movimento é que a coroa espanhola pede à Santa Aliança que intervenha contra os libertadores, mas tem seu pedido negado. E essa negação é representativa de um elemento importante da nova ordem: além da Europa continental, dois dos grandes agentes políticos e econômicos do período tomam a América

do Sul como sua área de influência. Estabelecida a institucionalidade das relações interestatais na Europa, os Estados Unidos da América se valem do momentâneo vácuo deixado pelos poderes coloniais para se estabelecerem como a principal força política do continente. A Doutrina Monroe, enunciada pelo presidente norte-americano James Monroe em 1823, afirma-se como uma resposta aos riscos de possíveis desdobramentos da restauração, defendida pelo Congresso de Viena nas Américas:



Julgarmos propícia esta ocasião para afirmar, como um princípio que afeta os direitos e interesses dos Estados Unidos, que os continentes americanos, em virtude da condição livre e independente que adquiriram e conservam, não podem mais ser considerados, no futuro, como suscetíveis de colonização por nenhuma potência europeia. (MOROE, 1823, [s.p.])

Em termos claros, a Doutrina Monroe defendia a não criação de novas colônias nas Américas, a não intervenção nos assuntos internos de países americanos e a não intervenção dos Estados Unidos em conflitos entre os países europeus e/ou suas colônias. **A Doutrina Monroe, se analisada lado a lado aos princípios do Congresso de Viena, estabelece as regras de atuação das grandes potências até a Primeira Guerra Mundial, quando os EUA se envolvem pela primeira vez em um conflito continental.**

Por fim, a revoada liberal nas Américas não seria possível, se não houvesse outro agente profundamente interessado na divisão do continente, entre uma série de pequenas repúblicas, cuja economia estaria inexoravelmente destinada à exportação de matérias-primas. Mais ainda do que a proteção política norte-americana, as independências sul-americanas são fruto do interesse econômico do maior parceiro comercial de muitas dessas economias: a Inglaterra. **É somente graças à pujança econômica inglesa, ao seu domínio dos mares e aos interesses mercantis e financeiros de Londres que a onda de independências das colônias ibéricas é possível.**



Apesar da defesa da não intervenção e do liberalismo político e econômico, os Estados Unidos da América e o Império Britânico têm grande interesse nos rumos tomados pelas jovens nações sul-americanas. Lord Cochrane, um importante oficial naval e político britânico, foi instrumental nos movimentos de independência do Brasil e do Chile. De forma similar, James Monroe ajudou a garantir a legitimidade dos jovens Estados por anunciar o interesse norte-americano em não interferir nos dilemas políticos europeus, contanto que as Américas não se tornassem alvo de novas empreitadas do Velho Mundo.

Agora, pense um pouco e responda: você se lembra de algum acontecimento importante da nossa história, além dos mencionados nas páginas anteriores, em que a intervenção norte-americana e/ou inglesa se mostrou decisiva? Como esses países influenciaram a política e a economia brasileiras nos últimos dois séculos?

Sem medo de errar

Como procuramos demonstrar ao longo desta seção, a Revolução Francesa e o Império Napoleônico colecionam um grande número de adversários no período entre 1789 e 1815. A derrota de Napoleão é acompanhada de uma série de acordos visando à reorganização do continente europeu e à prevenção de acontecimentos similares aos vivenciados no período anterior. Despontam, entre os interessados na reversão das mudanças trazidas pela Revolução, as principais potências do continente – Reino Unido, Império Russo, Reino da Prússia e Império Austríaco. Com base na atuação dessas forças, estabelecem-se novas regras para as relações políticas e econômicas entre as nações.

Agora, pense conosco: quais são as forças por trás dessa reorganização? A resposta à Revolução e ao Império vem dos **conservadores**, que pretendiam, com os acordos do Congresso de Viena, restaurar a Europa a um estado anterior à Revolução ou a um patamar aceitável, dentro da lógica das monarquias que ainda representavam a forma de governo predominante no continente. A tensão entre os mecanismos de defesa da ordem monárquica e as insurreições nacionalistas (ou movimentos de independência, na América Latina) dá o tom da grande política nesse período.

Faça valer a pena

1.



Há duzentos anos, em 9 de junho de 1815, encerrava-se o Congresso de Viena, conferência de países europeus que, após nove meses de deliberações, estabeleceu um plano de paz de longo prazo para o continente, que vivia um contexto político conturbado após as Guerras Napoleônicas. O Congresso de Viena marcou a substituição do projeto hegemônico de Napoleão Bonaparte pela emergência de inédita ordem multipolar, com o intuito de evitar que algum país europeu se engajasse em projetos expansionistas. (BRASIL, 2015, [s.p.])

O Congresso de Viena, importante conjunto de acordos estabelecidos no início do século XIX, pode ser definido como:

- a) a cristalização do legado da Revolução Francesa, realizada pelos generais do Império e seus secretários;
- b) um conjunto de acordos conservadores destinado a reestabelecer a ordem na Europa, sob os princípios de legitimidade, restauração e equilíbrio;
- c) um significativo avanço na economia do continente, com a criação de novos canais para comercialização de produtos coloniais;
- d) o mais importante evento no intervalo entre 1789 e 1820, responsável por mudanças na forma como as massas se organizam politicamente;
- e) as ordenações dos príncipes austríacos e alemães, reunidos em Viena, visando à criação da Confederação do Reno.

2.



Venezuelanos! Um novo dia resplandece para a América. A morte de Fernando VII acaba de romper para sempre os detestáveis laços que nos ligavam à monarquia espanhola; nenhuma relação existe mais entre esses dois distantes povos. A dissolução do governo restituiu à sociedade espanhola sua primitiva independência. Sempre a razão favoreceu nossa causa, mas agora multiplicaram-se nossos títulos para deixarmos de ser espanhóis. Se a destruição de um tirano foi justa, quanto mais justa será a de milhões de tiranos!. (BOLÍVAR, 1983, p. 97)

Sobre o pronunciamento acima e a figura histórica que o proferiu, é correto dizer que:

- a) trata-se de um dos embaixadores envolvidos na criação dos acordos do Congresso de Viena, comentando o falecimento de Fernando VII, rei da França;
- b) é um dos generais de Napoleão, ainda inconformado com os rumos tomados pela política do continente após o fim do Império;
- c) é Simon Bolívar, grande libertador das nações sul-americanas, quem comenta a morte de Fernando VII, Rei de Espanha e seu grande adversário histórico;
- d) é um dos oficiais ingleses que participaram dos processos de independência sul-americanos, insuflando o povo venezuelano contra os espanhóis;
- e) trata-se de Simon Bolívar, general austríaco da Santa Aliança, conclamando os venezuelanos a reestabelecerem os laços políticos com a metrópole.

3.

Sou servido ordenar interina e provisoriamente, enquanto não consolido um sistema geral, que efetivamente regule semelhantes matérias, o seguinte. Primo: que sejam admissíveis nas alfândegas do Brasil todos e quaisquer gêneros, fazendas, e mercadorias transportadas, ou em navios das potências, que se conservam em paz e harmonia com a minha Real Coroa, ou em navios dos meus vassallos, pagando por entrada vinte e quatro por cento; a saber: vinte de direitos grossos e quatro do donativo já estabelecido, regulando-se a cobrança desses direitos pelas pautas ou aforamentos, por que até o presente se regulam cada uma das ditas Alfândegas. (CARTA Régia, 1808, [s.p.])

A Carta Régia acima estabelece, a partir das ordens de D. João VI, Rei do Brasil e de Portugal, a abertura dos portos brasileiros às nações amigas. Sobre esse documento e as circunstâncias que motivam sua redação, podemos afirmar que:

- a) a principal nação amiga do Brasil, nesse momento, são os Estados Unidos da América, garantidores da liberdade brasileira pela Doutrina Monroe;
- b) o objetivo da abertura dos portos é reestabelecer o lucrativo comércio entre Brasil e França, ainda no fim das Guerras Napoleônicas;
- c) trata-se de um dos primeiros passos no estabelecimento de parcerias

econômicas regionais, já que os portos brasileiros estavam abertos, a partir de sua publicação, a produtos argentinos, chilenos e venezuelanos;

d) representa a atuação independente e soberana dos reis portugueses em temas econômicos, preservada com sua vinda para o Brasil;

e) a abertura dos portos é o "pagamento" pela proteção inglesa nas Guerras Napoleônicas; sua principal função é garantir aos ingleses acesso direto à produção e às riquezas naturais brasileiras.

Referências

- ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Unesp, 2016.
- ARRUDA, José Jobson. **Nova história moderna e contemporânea**. Bauru: Edusc, 2004. p. 208.
- ARRUDA, José Jobson de A.; NOVAIS, F. **O Brasil no Comércio Colonial**. São Paulo: Ática, 1982.
- BIBLIOTECA VIRTUAL DE DIREITOS HUMANOS. Declaração dos direitos do homem e do cidadão: 1789. **Acervo da Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP**, 26 ago. 1789. Disponível em: <<https://goo.gl/TuWwCM>>. Acesso em: 8 jun. 2017.
- BOLÍVAR, S. Manifesto aos venezuelanos. In: BELLOTTO, M.; CORREA, A. M. **Bolívar**. São Paulo: Ática, 1983. p. 97.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **200 anos do Congresso de Viena**. Disponível em: <<http://blog.itamaraty.gov.br/63-historia/146-200-anos-do-congresso-de-viena>>. Acesso em: 8 jun. 2017.
- CARTA RÉGIA (1808) In: CASTRO, T. de. **História documental do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1969. p. 98-99.
- CAULAINCOURT. Ein traineau avec l'Empereur (Retraite de Russie). Genève: La Palatine. In: GOTHIER, TROUX (Orgs.). **L'époque contemporaine (1789-1870)**. Liège: H. Dessain, 1962. p. 167.
- CLAUSEWITZ, Carl. **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 1001p.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-76). São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1985.
- HOBBSBAWM, Eric. **A Era das revoluções**: Europa 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- _____. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: que é "esclarecimento". In: _____. **Textos seletos**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MARAT, Jean-Paul. Dilemas da liberdade. BERNARDO, João. 3) Marat: a soberania é o uso da soberania. **Passa Palavra**, 3 ago. 2012. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2012/08/52523>>. Acesso em: 8 jun. 2017.
- MATTOSO, Kátia M. de Q. **Textos e documentos para o estudo da História Contemporânea**. São Paulo: Edusp, 1976.
- MES SOUVENIRS SUR NAPOLÉON PAR LE COMTE CHAPTAL. Publiés par son arrière-petit-fils, le Vicomte Chaptal. In: GOTHIER, TROUX (Orgs.). **L'époque contemporaine (1789-1870)**. Liège: H. Dessain, 1962. p. 167.

MONROE, James. Mensagem do Presidente ao Congresso dos EUA (1823). Disponível em: <http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/fontes%20historicas/doutrina_monroe.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2017.

MOORE JR., Barrington. **Social origins of dictatorship and democracy: lord and peasant in the making of the modern world.** Boston: Beacon Press, 1993.

NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial.** São Paulo: Hucitec, 1979.

SOUZA, S. C. O Código Napoleão e sua Influência no Direito Brasileiro. **Revista da EMERJ**, v. 7, n. 26, p. 36, 2004.

Revolução e reforma: as transformações sociais na Inglaterra (1780-1848) e a movimentação política na França (1830 e 1848)

Convite ao estudo

Quanto do seu dia é despendido no ambiente de trabalho? Há quanto tempo você está nessa função? Quais os pré-requisitos necessários para seu exercício? Como nos tornamos professores, engenheiros, pesquisadores ou advogados? Como essas diferentes funções cooperam entre si na organização de nossa vida econômica?

Apesar das respostas aparentemente óbvias, as perguntas elencadas no parágrafo anterior nos ajudam a entender uma importante mudança da primeira metade do século XIX: a organização da vida em torno do trabalho, o qual é, muitas vezes, associado à organização industrial. No início desse período, homens e mulheres foram transplantados do campo para as cidades num longo movimento de adequação à disciplina das fábricas. Libertos das redes que os prendiam à terra e ao campo, os novos trabalhadores industriais rapidamente descobriram que sua liberdade era somente relativa – agora, estavam acorrentados a um modo de vida que exigiria deles sacrifícios cada vez maiores.

Neste capítulo, discutiremos as mudanças políticas e sociais das primeiras décadas do século XIX a partir de três eixos: os acordos firmados em torno do trabalho industrial, na Inglaterra das décadas de 1830 e 1840, a Revolução Liberal Francesa de 1830 e a reivindicação de direitos pela burguesia, e os importantes movimentos de 1848, berço do movimento operário organizado, e também dos socialistas e comunistas.

Seção 2.1

A Revolução Industrial e a questão social

Diálogo aberto

Hoje, trabalhadores brasileiros contam com uma série de proteções e garantias a seus direitos. Aposentadoria, seguridade social, fundo de garantia, descanso remunerado, limite às horas de trabalho – a lista é vasta, e por muitos é tida como um entrave ao desenvolvimento econômico. No entanto, a realidade dos primórdios da industrialização era diferente da que experimentamos hoje: jornadas de até 16 horas de trabalho, emprego de crianças tão jovens quanto dois ou três anos de idade, ausência total de proteções à dignidade e à vida do trabalhador. Graças à organização desses primeiros trabalhadores industriais, a realidade foi mudada para a que vivenciamos hoje. Quais as motivações dessas mudanças para diferentes movimentos? Quais seus resultados? Quais das facções envolvidas no debate sobre a 'questão social' você acredita melhor corresponder aos anseios dos trabalhadores?

Não pode faltar

Ao longo da unidade anterior, exploramos juntos as mudanças trazidas pela Revolução Francesa. Guerras, democracias, novos países, a divisão de países antigos.... Nada permaneceu como antes! Muito da importância do período que estudamos, nesta disciplina, deve-se à Revolução Francesa e às conquistas dos revolucionários.

Mas essa não é a única grande revolução do período. Do outro lado do Canal da Mancha, em terras inglesas, inaugurou-se uma nova forma de organização social e produtiva. Homens devorados primeiro por ovelhas, depois por máquinas, e as formas tradicionais de organização do trabalho, progressivamente cederam espaço a uma inovadora maneira de produzir: a **indústria. A essa transformação – a subordinação dos trabalhadores a uma nova forma de produção, cujo ritmo é ditado pelas máquinas e pelo capital – deu-se o nome de Revolução Industrial. É sobre essa revolução que falaremos agora.**

Tradicionalmente, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial

eram estudadas como dois processos concomitantes, relativamente independentes. De um lado, a mudança brusca na organização política das nações modernas; a derrubada de reis e impérios; a emergência das massas como agentes políticos importantes. Do outro, a organização da produção em larga escala, sob o controle do capital; a sujeição dos trabalhadores à vida nas cidades e ao ritmo de trabalho das fábricas; novos produtos e novas formas de produzir. Contudo, de uns tempos para cá, houve um esforço por uma série de historiadores em entender esses movimentos, não como processos independentes, mas como **facetadas da mesma transformação generalizada do modo de vida ocidental**.

Coube ao historiador britânico Eric Hobsbawm (2009) a definição paradigmática desse novo enquadramento: uma **dupla revolução**, caracterizada pelas novas formas de se fazer política (Revolução Francesa) e pela nova organização produtiva (Revolução Industrial). Agora, qual o **sentido** que unifica esses dois movimentos e faz deles um só processo? A ascensão social, econômica e política da **burguesia**, a principal força por trás dos dois movimentos.

Nós já estudamos a influência da burguesia sobre a Revolução Francesa, lembra? Diferentes setores dessa classe social pertenciam às alas jacobina e girondina dos revolucionários, e suas demandas ditaram o ritmo do movimento, da sua violenta eclosão ao seu fim, com a eleição de Napoleão como Cônsul e (posteriormente) Imperador. Mesmo no Império, a influência burguesa foi sentida, e a consolidação e defesa de seus ideais – liberdade, igualdade, fraternidade e propriedade – foi o principal resultado das reformas napoleônicas.

Na Inglaterra, a transformação toma outro rumo: a falência do Estado monárquico foi decretada já no século XVII, com a sujeição do rei às cortes. Com o poder político nas mãos dos proprietários de terras, grandes comerciantes e banqueiros, criaram-se condições para que o Reino Unido se destacasse como uma potência comercial. Reformas políticas e jurídicas conduziram o país a uma posição singular no comércio e nas finanças internacionais, garantindo sua primazia na realização da Revolução Industrial.

Mas vamos com calma. Agora, estudaremos as mudanças **sociais** decorrentes desse movimento. Os condicionantes da Revolução Industrial, as mudanças na estrutura produtiva e financeira, as razões da primazia inglesa – tudo isso será discutido no futuro, na Unidade 4. Agora, iremos nos ocupar da **burguesia**, dos **trabalhadores** e das tensões entre os dois.



"Aquele foi o melhor dos tempos, foi o pior dos tempos; aquela foi a idade da sabedoria, foi a idade da insensatez, foi a época da crença, foi a época da descrença, foi a estação da Luz, a estação das Trevas, a primavera da esperança, o inverno do desespero; tínhamos tudo diante de nós, tínhamos nada diante de nós, íamos todos direto para o Paraíso, íamos todos direto no sentido contrário" (DICKENS, 2002, p. 11). Em *Um Conto de Duas Cidades*, o escritor inglês Charles Dickens constrói um instigante panorama da vida dos camponeses franceses e dos trabalhadores britânicos logo antes da Revolução. A miséria em que viviam os dois grupos é explorada em detalhes, assim como as mudanças do período. Poucos livros apresentam um registro tão detalhado da vida dos homens comuns durante essa época. Aproveite para lê-lo!

Do campo para a cidade, da lavoura para a fábrica

Muito da explicação da Revolução Industrial depende de um elemento central: a disponibilidade de trabalhadores para as fábricas inglesas, no período entre 1760 e 1848. Esses trabalhadores, sem meios de garantir sua subsistência, foram levados a trabalhar nas primeiras fábricas por salários baixíssimos para garantir a sobrevivência de suas famílias. Contudo, antes de esses trabalhadores serem transportados para a cidade e convertidos em miseráveis, há uma longa história a ser contada.

Na Idade Média, as terras inglesas eram compartilhadas por nobres e camponeses. Cada camada da sociedade tinha diferentes direitos de uso e posse da terra – os nobres caçavam nos bosques, enquanto os camponeses dividiam os campos para a lavoura e criação de animais. Apesar da dominação da nobreza e dos pesados tributos sobre os trabalhadores do campo, esses retiravam sua subsistência da terra de forma relativamente independente. **A produção transcorria independentemente da nobreza, que só recolhia parte de seus resultados após a colheita, ou com a utilização de algumas das estruturas do feudo ou da aldeia.**

Na Inglaterra, uma peculiar trajetória institucional levou à revisão precoce dos privilégios feudais de acesso à terra. A presença de capitalistas no meio rural, desde o século XV, precipitou a concentração de faixas de terra para a produção orientada para o mercado. Esses primeiros capitalistas agrários tinham uma função incomum, ainda rara nas outras nações europeias: alugavam as terras de nobres em busca de recursos, contratavam lavradores e vendiam os resultados da produção.

A mudança fundamental diz respeito ao **mercado** para essa produção e ao **gênero** produzido. Veja você: a Inglaterra não foi sempre a potência econômica que conhecemos – nos séculos XVI e XVII, era considerada um território pobre, pouco desenvolvido, muito aquém das grandes nações europeias, como a Espanha ou a França. Um outro país se destacava nesse cenário – as chamadas Províncias Unidas ou Países Baixos, que hoje conhecemos como a Holanda. Com território pequeno e poucos recursos naturais, os holandeses dedicaram-se ao que tinham de melhor para garantir a sobrevivência da pequena nação: o comércio e a indústria. **E indústria, nesse caso, era a indústria têxtil de lã.**

Com máquinas simples e uma engenhosa organização comercial, os holandeses se tornaram a principal potência comercial e financeira do século XVII. Comercializavam grandes quantidades de tecidos de lã, e suas finanças eram fundamentais ao comércio colonial. Os capitais para a colonização do Brasil, para a instalação de engenhos e canaviais eram holandeses. Mas, conforme a indústria da lã se expandia, mais aumentava sua demanda; e a Holanda, pequena como era, não dispunha de condições de produzir toda a lã que consumia.

Você já deve ter percebido onde vamos chegar com esse raciocínio, não? Na Inglaterra, com seus vastos campos e agricultura precocemente capitalista, a **criação de ovelhas** se tornou um negócio muito rentável. Diferentemente da agricultura de subsistência, que era o padrão da produção camponesa, a criação mercantil de ovelhas requeria vastas extensões de terra convertidas em pastos, cercadas, à disposição dos ovinos.

Desse movimento resultou uma importante transformação institucional no Reino Unido – a instituição dos **cercamentos**. Parte dos nobres ingleses e os primeiros capitalistas agrários, com apoio da estrutura política do Reino, estabeleceram um novo código para apropriação e utilização das terras, criando critérios para sua mensuração e delimitação. **Nesse processo, com a divisão das antigas propriedades feudais em lotes, eliminaram-se as possibilidades de subsistência dos camponeses e converteu-se o campo num espaço dedicado à criação de ovelhas para comercialização de lã.**

No mesmo movimento, criaram-se condições para a produção da matéria-prima necessária à Revolução Industrial e expulsaram os camponeses, que, subtraídos da sua forma de subsistência, não dispunham de outra forma para garantir a sobrevivência de suas famílias que não fosse a venda de seu trabalho. E como esse trabalho foi vendido? Ora, você se lembra daqueles capitalistas ingleses que

reorganizaram o campo, vendendo lã para a Holanda? Pois bem, eles não tardaram a perceber que talvez produzir os tecidos de lã (em lugar de somente vender a matéria-prima para sua produção) poderia ser muito rentável. Importando artesãos holandeses (conhecedores dos primeiros teares mecânicos, de sua construção e operação) e se valendo das peculiares condições institucionais na Inglaterra, eles rapidamente lograram em transformar o país na oficina do mundo.

Agora, há um conjunto de mudanças que deixaremos para depois. A Inglaterra só se estabeleceu realmente como potência industrial a partir da produção de têxteis de algodão, no século XVIII; a Revolução foi garantida com aparatos mais complexos que os rudimentares teares trazidos da Holanda; e o capitalismo inglês possuía ainda algumas cartas na manga, para além desse primeiro movimento. Mas já chegamos no ponto que precisávamos para avançar – **a Inglaterra foi dividida entre um campo orientado para a produção mercantil de lã e de gêneros agrícolas para alimentar as populações urbanas, e as cidades estavam ocupadas por uma multidão de miseráveis, cuja única opção foi vender seu trabalho às indústrias.**



Assimile

Pode parecer um pouco surreal, mas até esse momento na história **as pessoas não vendiam seu trabalho**. Camponeses viviam de seu trabalho no campo, artesãos vendiam produtos (que não viam da mesma forma que as mercadorias que consumimos e produzimos hoje em dia — produzi-las era seu ofício, não algo que faziam pelo lucro), comerciantes ligavam diferentes cidades. Esse período não foi marcado somente pelas mudanças na organização da terra e do trabalho, mas por uma nova forma de pensar: dinheiro pensado como fonte de lucro, e o trabalho como algo que precisava ser vendido para que o trabalhador pudesse se manter. É por isso que hoje vivemos sob um regime de trabalho assalariado: recebemos dinheiro por nosso trabalho, e usamos esse mesmo dinheiro para comprar os bens necessários à nossa subsistência.

Leis sanguinárias e repressão

É impossível discutir esse período e suas mudanças sem uma breve passagem pelos trabalhos de Karl Marx. Retomaremos suas contribuições em momento posterior, com o surgimento do comunismo e a defesa dos direitos dos trabalhadores; por ora, é importante resgatar um ponto peculiar de sua análise da história – a ascensão violenta da burguesia e a sujeição dos trabalhadores.

No primeiro volume da obra *O Capital*. Marx estudou, num determinado momento, o movimento de acumulação originária ou

primitiva — isto é, o “primeiro” ciclo de acumulação de riquezas que daria origem ao capitalismo. Para o economista alemão, essas riquezas viriam de duas fontes distintas. A primeira é imediatamente reconhecível para nós, brasileiros: a exploração das colônias e do comércio colonial. A segunda é o que discutimos até o parágrafo anterior: a exploração dos camponeses na Inglaterra, com a mudança de sua forma de atuação econômica.

Nesse movimento, o autor destacou o que chamou de “legislação sanguinária contra os expropriados”, um amplo conjunto de leis criadas desde o século XV. Nas primeiras mudanças (promulgadas durante o reinado de Henrique VIII, em 1530), estava previsto o açoite de camponeses em condições de trabalhar, mas que se recusassem a fazê-lo. Sob Eduardo VI (1547), pessoas que se recusassem a trabalhar poderiam ser submetidas à escravidão, com açoites, agrilhoamento e execução como punições possíveis para insubordinação. Os reinos de Elizabeth e Jaime I estabeleceram a marcação dos indivíduos identificados como vagabundos ou vadios como forma de estigmatizá-los; essas marcas foram feitas por mutilação (cortes nas orelhas) ou pelo ferro em brasa. **Como você pode ver, não foi nada pacífica a condução dos trabalhadores às fábricas. Foi um processo longo e violento, que desse trabalhador qualquer possibilidade de vida fora do sistema industrial de produção.**

Como sumariza Marx,

Assim, a população rural, depois de ter sua terra violentamente expropriada, sendo ela expulsa e entregue à vagabundagem, viu-se obrigada a se submeter, por meio de leis grotescas e terroristas, e por meio de açoites, ferros em brasa e torturas, a uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado (MARX, 2013, p. 808).



Pesquise mais

Há um grande número de estudiosos que se dedicaram ao estudo da Revolução Industrial e das dificuldades enfrentadas pelas primeiras populações de trabalhadores industriais. Dois dos mais importantes são Karl Marx, que já mencionamos acima, e o húngaro Karl Polanyi, autor de *A Grande Transformação*. Polanyi analisa em profundidade a criação dos mercados de terra, trabalho e capital como elemento fundador do capitalismo contemporâneo, e vê no deslocamento dos camponeses ingleses para as cidades peça-chave dessa trajetória de exploração e violência. Para saber mais sobre a história da transformação de camponeses em proletários e de terra em propriedade, procure ler *A Grande Transformação*, de Karl Polanyi, e *O Capital* - Vol. I (em especial o cap. XXIV), de Karl Marx.

Ludismo e cartismo: as respostas à violência burguesa

A violência física era parte importante da sujeição dos trabalhadores à indústria, mas havia ainda outro componente: o domínio do tempo de trabalho. Pense comigo — como se determina o ritmo do trabalho no campo? A quem o camponês obedece, na organização do seu dia, da sua rotina? Os trabalhadores rurais seguem, em suas funções, o ritmo natural do dia e das estações. A época do plantio, da colheita, da ordenha, da tosa — tudo isso é fruto de uma sazonalidade milenar, que vigora desde que semeamos os campos pela primeira vez, milhares de anos atrás. Da mesma forma, os camponeses (ainda que presos à terra e às obrigações com os nobres) eram livres para trabalhar mais intensamente nos períodos de colheita e descansar na entressafra, decidindo sobre seu ritmo de trabalho e a organização da sua vida.

Com a Revolução Industrial, isso muda drasticamente. **Os horários de trabalho não foram definidos pelo trabalhador, mas pelo industrial, com base em uma consideração fundamental — o ritmo de trabalho das máquinas.** Logo, a produção mecanizada tira do trabalhador sua liberdade, e também seu controle sobre o tempo; forçado a vender seu trabalho, ele ainda foi coagido a vendê-lo nos horários estabelecidos pela burguesia, respondendo ao ritmo das máquinas com as quais trabalhava.



Um importante economista escreveu sobre os efeitos degradantes da rotina industrial de trabalho sobre os trabalhadores:

"O homem cuja vida inteira é gasta no desempenho de umas poucas operações simples, das quais os efeitos são talvez sempre os mesmos, ou muito aproximadamente os mesmos, não tem oportunidade de exercer o seu entendimento ou de exercitar o seu poder inventivo na descoberta de expedientes para remover dificuldades que nunca ocorrem. Ele naturalmente perde, conseqüentemente, o hábito de tal esforço e torna-se geralmente tão estúpido e ignorante quanto é possível tornar-se uma criatura humana. O torpor da sua mente torna-o não só incapaz de desfrutar ou participar de qualquer conversação racional, nem de conceber qualquer sentimento generoso, nobre ou delicado e, conseqüentemente, de formar qualquer julgamento justo referentes mesmo a muitos dos deveres comuns da vida privada... Mas em toda sociedade aperfeiçoada e civilizada isto é o estado no qual os trabalhadores pobres, isto é, o grande conjunto do povo, deve necessariamente cair, a menos que o governo faça alguns esforços para impedi-lo."

Agora, a pergunta: tomando por base o que vimos até agora, que economista fez essa afirmação?

Se você respondeu Karl Marx, está equivocado. O fragmento acima foi extraído de *A riqueza das nações*, principal obra do economista escocês Adam Smith, considerado por muitos o pai do liberalismo econômico. Tanto liberais quanto socialistas concordam, nos séculos XVIII e XIX, que os trabalhadores industriais são submetidos a condições desumanas de trabalho. Os dois campos teóricos apresentam soluções diversas para esse problema, mas admitem sua existência. E hoje? Como diferentes grupos tratam das condições de trabalho na indústria e nos serviços? O que mudou, de lá para cá?

Alguns dos primeiros operários industriais se rebelavam contra a violência da rotina de trabalho, danificando intencionalmente as máquinas e conclamando outros trabalhadores a se oporem aos patrões. O movimento cresceu a ponto de tomar forma definida por volta de 1810, sob a liderança do “general”, “capitão” ou “rei” Ned Ludd, um trabalhador indignado que tinha por missão unir seus iguais com o objetivo de destruir às fábricas e às máquinas.

Na verdade, Ned Ludd nunca existiu em carne e osso. O nome é uma invenção, um mito, criado tanto para reunir as aspirações dos trabalhadores rebeldes quanto para escapar à punição. Independentemente da sua existência, de Ned Ludd surge o nome desse movimento: ludismo. Os luditas, opostos à industrialização e à incorporação de novas tecnologias à produção, formaram uma das primeiras forças organizadas de oposição ao capitalismo industrial. O mais importante episódio protagonizado por esse grupo ocorreu em 1812, com a invasão da fábrica de William Cartwright, em York.

Da mesma forma que os luditas respondiam à violência dos capitalistas, esses responderam à invasão, e responderam com toda a força possível: dos 64 acusados, 13 foram condenados à morte e 2 foram deportados. No mesmo ano, os parlamentares ingleses instituíram uma lei que definiu a pena de morte como punição para destruição de máquinas.

Agora, isso não fez com que os conflitos cessassem – os trabalhadores continuaram se rebelando e resistindo. Por que tanta revolta? Por que não aceitaram a nova forma de trabalho, e procuraram mudá-la de forma pacífica? Por uma razão simples: desespero. Hoje, nós imaginamos as fábricas de uma forma completamente diferente da realidade dos séculos XVIII e XIX. Na descrição de Alexis de Tocqueville, importante intelectual do período, o centro industrial de Manchester poderia ser descrito da seguinte forma:



Estas vastas construções impedem o ar e a luz de penetrar nas habitações humanas que dominam; elas a envolvem em uma perpétua neblina; aqui o escravo, lá o senhor; lá as riquezas de alguns poucos; aqui, a miséria do maior número; lá, as forças organizadas de uma multidão produzem para o lucro de um só, isto que a sociedade não havia ainda sabido oferecer; aqui, a fraqueza individual se mostra mais débil e mais desprotegida ainda que no meio dos desertos; aqui, os efeitos, lá as causas [...] Uma espessa e negra nuvem cobre a cidade. O sol aparece através da fumaça como um disco sem raios. É no meio deste dia incompleto que se movem sem cessar 300.000 criaturas humanas [...] É no meio desta cloaca infecta que o maior rio da indústria humana vai alimentar e fecundar o universo. Deste esgoto imundo jorra o ouro puro. É ali que o espírito humano se aperfeiçoa e se embrutece; que a civilização produz suas maravilhas e que o homem civilizado se torna quase selvagem. (TOCQUEVILLE, 1958, p. 78, tradução livre do autor)

Com o tempo, e com o agravamento da exploração dos trabalhadores, mudaram as estratégias de reivindicação. Outro movimento importante é o **cartismo**, que toma forma na década de 1830 no Reino Unido. As principais diferenças desse movimento frente ao ludismo são duas táticas e suas demandas: os cartistas tinham por objetivo principal a inclusão política da classe operária, representada então pela Associação Geral dos Operários de Londres. Liderados por William Lovett e Feargus O'Connor, escreveram e enviaram ao Parlamento Inglês um longo documento – a **Carta ao Povo** (a denominação de cartismo). Entre suas exigências, estavam o direito de todos os homens ao voto por meio de cédula secreta, realizado em eleições anuais; a igualdade de direitos eleitorais (i.e., trabalhadores poderiam ser eleitos para funções políticas); participação de representantes dos trabalhadores no parlamento; e remuneração dos representantes. Esse último ponto é de especial importância, já que o exercício de atividades políticas sem remuneração pressupõe outras fontes de renda, limitando a atuação pública a pessoas com recursos próprios. O pagamento a representantes políticos é fundamental para viabilizar a presença de representantes das classes mais baixas no parlamento, garantindo que eles possam se dedicar integralmente à defesa dos direitos dos trabalhadores.

Ainda que as reivindicações tenham sido rechaçadas, num primeiro momento, a organização do movimento e a realização de comícios e manifestações sucessivas levaram a uma série de vitórias pontuais. Merecem destaque, entre essas, a primeira lei de proteção ao trabalho infantil, de 1833; a lei de imprensa, de 1836; a reforma do código penal, de 1837; nova regulamentação do trabalho feminino e infantil, em 1842; e, finalmente, a redução da jornada de trabalho para 10 horas, em 1847.



Pesquise mais

Um excelente filme para trabalhar a questão das reivindicações trabalhistas nesse período é *Germinal* (1993), de Claude Berri. Em resumo, o filme aborda a organização de mineradores franceses contra seus patrões em resposta a condições de trabalho muito ruins. Ainda que ambientado na França, proporciona um instigante registro das tensões dessa época e da vida dos trabalhadores no século XIX.

Sem medo de errar

As primeiras décadas da Revolução Industrial não foram somente um período de rápidas transformações tecnológicas e produtivas, mas também uma época de violência e dificuldades, principalmente para os trabalhadores. Como vimos ao longo da unidade, a ida dos operários para as fábricas não foi um processo pacífico, nem foi feita de comum acordo, ou com vantagens para esse grupo; consistiu na desapropriação violenta do campo, na expropriação dos camponeses e de seus direitos tradicionais de acesso à terra.

Entre os primeiros trabalhadores industriais, alguns grupos se destacaram na defesa de seus interesses. Os luditas, que usavam a destruição de máquinas como estratégia para resistência à opressão dos patrões, assim, garantiram visibilidade à falta de condições dignas de trabalho nas fábricas inglesas. Foi graças a seus esforços que a discussão sobre regulação do trabalho tomou novos rumos. Afinal, se um grupo expressivo dos trabalhadores se rebelava de forma tão radical, arriscando-se a receber a tortura e os castigos corporais como punição, algo de muito ruim acontecia naquelas fábricas.

Os maiores sucessos na defesa dos direitos dos trabalhadores foram alcançados pelos cartistas, que procuraram garantir que aspectos pontuais do trabalho industrial fossem regulados. Graças às sucessivas e repetidas reivindicações cartistas (realizadas por meio de cartas a membros do parlamento), regulou-se o trabalho infantil e a

jornada de trabalho de dez horas — dois passos fundamentais para a criação dos direitos trabalhistas, que hoje dão proteção e garantias a trabalhadores no mundo todo.

Avançando na prática

Gerações de trabalhadores

Descrição da situação-problema

Toda economia capitalista contemporânea passou por mudanças similares às experimentadas pela Inglaterra entre 1760 e 1848. Ainda que o ritmo seja diferente, e que vivamos em um momento bastante distinto (o maquinário e as condições de trabalho são radicalmente diferentes, para começo de conversa), ainda é possível observar a mudança nas formas de ocupação, na rotina dos trabalhadores, nas suas expectativas. Com isso, mudam também a paisagem das cidades, os produtos à disposição dessas pessoas e sua percepção da vida.

Pense na sua família, principalmente em seus avós, pais e tios. Quais os trabalhos realizados por essas pessoas? Quais dessas ocupações são fundamentalmente urbanas? Quais delas estão relacionadas à indústria? Quais se relacionam ao campo, ao plantio e à colheita de gêneros agrícolas ou à pecuária? Por fim, e com especial atenção, qual a idade dessas pessoas? Você consegue observar alguma tendência?

Resolução da situação-problema

A economia brasileira é de industrialização recente, com a transição do campo para as cidades ocorrendo principalmente na segunda metade do século XX. Hoje, é possível, pelas narrativas de membros da sua família, traçar um mapa e uma cronologia dessas mudanças. Você percebe como seus avós provavelmente viviam e trabalhavam no campo, ou vieram para a cidade após a infância no meio rural? Muitos de nós (ainda mais aqueles que descendem dos imigrantes chegados ao país no início do século passado) possuem antepassados que trabalharam em algumas das primeiras fábricas do país, e acompanharam de perto o desenvolvimento dos centros urbanos em que hoje vivemos.

É muito provável que a história da sua família seja similar à de

outros milhões de brasileiros – seus avós muito provavelmente vieram do campo e de ocupações associadas à agricultura e à pecuária, e seus pais e tios se ocuparam em diferentes ramos da indústria e dos serviços. A essa transição correspondeu a uma mudança de ares, à vinda do campo para a cidade e à observação do crescimento dessas cidades. De uma forma peculiar, seus avós e seus pais foram testemunhas oculares de um processo de modernização industrial

Faça valer a pena

1. “Que ser inteiramente 'material' deve necessariamente se tornar um homem que faz a mesma coisa durante doze horas, quase todos os dias de sua vida, com exceção do domingo?” (TOCQUEVILLE, 1958. p. 81).

A passagem acima faz referência a um dos grupos sociais mencionados nessa seção. Trata-se dos:

- a) Burgueses, empenhados na busca do lucro e na expansão de seus negócios.
- b) Camponeses, oprimidos pela nobreza francesa e pelo repetitivo trabalho cotidiano.
- c) Nobres, cansados da rotina enfadonha da corte.
- d) Trabalhadores industriais, reduzidos a apêndices das primeiras máquinas.
- e) Iluministas, desiludidos com os rumos tomados pela revolução.

2. I. Os luditas eram um movimento radical, pautado pela destruição do maquinário industrial.

II. Os luditas seguiam o líder revolucionário Ned Ludd, general aposentado do exército britânico.

III. Os cartistas defendiam os interesses burgueses, redigindo cartas para lideranças trabalhistas.

IV. As principais bandeiras do cartismo eram a representação política dos trabalhadores e a melhoria das condições de trabalho.

Após analisar as afirmativas acima sobre luditas e cartistas, assinale a alternativa que corresponde à sequência correta:

- a) V, F, F, V.
- b) F, F, F, V.
- c) V, F, V, F.
- d) V, V, F, V.
- e) V, V, F, F.

3. “Nas décadas de 1830 e 1840, nenhum visitante de Manchester se detinha a falar de habitantes felizes e bem nutridos. ‘Natureza humana esmigalhada, defraudada, oprimida e esmagada, lançada em fragmentos sangrentos por toda a face da sociedade’, escreveu o norte-americano Colman em 1845, falando sobre Manchester. ‘A cada dia de minha vida agradeço aos Céus não ser um pobre com família na Inglaterra.’ Será surpreendente que a primeira geração de trabalhadores pobres da Grã-Bretanha industrial examinasse os resultados do capitalismo e os rejeitasse?” (HOBSBAWM, 1979. p. 89).

Sobre as condições de trabalho dos trabalhadores industriais ingleses nesse período, é correto afirmar que:

- a) Viviam em condições aceitáveis de trabalho, muito similares às nossas, com jornadas diárias de oito horas e descanso aos fins de semana.
- b) Mulheres eram remuneradas em valores equivalentes aos dos homens, pois o trabalho era o mesmo.
- c) Crianças não exerciam qualquer atividade remunerada, dedicando as manhãs ao estudo.
- d) Os trabalhadores viviam sob um regime pesado de trabalho, com punições físicas e jornadas superior a dez horas de trabalho.
- e) O trabalho nas fábricas pouco diferia daquele realizado no campo, com os trabalhadores ditando seu ritmo de trabalho.

Seção 2.2

A Revolução Liberal Francesa de 1830

Diálogo aberto

Inglaterra e França são as duas grandes referências nacionais do período. Se a Inglaterra é a grande referência econômica do período, os franceses ditaram o ritmo da política, no século XIX. Já percebeu como num dado momento da história o conhecimento da língua francesa era considerado grande símbolo de status? A educação e os princípios franceses, nesse período, significavam a adesão aos ideais de esclarecimento e defesa da liberdade, e os movimentos políticos na França ditavam o ritmo de mobilizações similares no restante do continente (e também na América Latina). Como esse ritmo foi desacelerado ou transformado pelas mobilizações de 1830? O que elas representam, frente ao legado da Revolução Francesa? Caro aluno, você saberia dizer quais de seus resultados podem ser sentidos nos dias de hoje?

Não pode faltar

Os sentidos da liberdade

Nas páginas anteriores, fomos apresentados a uma multidão de conceitos. Com sua vinculação aos ideais iluministas, a Revolução Francesa defendia os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, entendendo-os como fundamentais na construção da cidadania e da nacionalidade. Avançamos sobre os direitos civis, com a promulgação do Código Civil de Napoleão, e exploramos novas formas de se fazer guerra – o exército revolucionário, que dá forma aos exércitos nacionais, em oposição ao tradicional exército dinástico. Ressignificou-se o trabalho, com as manufaturas na Inglaterra: se antes trabalho era uma atividade associada à reprodução da vida, ao fazer cotidiano, algo aprendido de forma quase natural, agora falamos em trabalho assalariado, principal fruto das mudanças na produção.

Esses termos experimentaram definições paradigmáticas ao longo desse período. Você já sabe que as ideias que temos de trabalho, direitos e cidadania são fruto das lutas do fim do século XVIII e do início do século XIX. Antes da Revolução Francesa e da Revolução

Industrial, esses conceitos pura e simplesmente não existiam, na forma como os conhecemos hoje.

Mas conceitos, ideias e palavras não possuem somente uma origem – possuem uma história. Cada um desses conceitos não só se originaram de circunstâncias peculiares, mas foram transformados ao longo do tempo. Indo um pouco além, cada um deles se transformou em um novo campo de batalha: diferentes forças políticas disputaram o que foi ou não foi revolucionário, o que foi ou não foi legítimo, o que foi ou não foi racional.



Pesquise mais

"Poucas palavras foram tão largamente disseminadas e pertencem de maneira tão evidente ao vocabulário político moderno quanto o termo 'revolução'. Trata-se de uma dessas expressões empregadas de maneira enfática, cujo campo semântico é tão amplo e cuja imprecisão conceitual é tão grande que poderia ser definida como um clichê. No entanto, claro está que o conteúdo semântico de 'revolução' não se reduz a seu emprego potencial como lugar-comum. Revolução alude muito mais a desordem, golpe ou guerra-civil, assim como a uma transformação de longo prazo, ou seja, a eventos e estruturas que atingem profundamente o nosso cotidiano." (KOSELLECK, 2006. p. 61)

Ao longo desta seção, discutimos uma série de movimentos pautados pelo emprego e significado das noções de revolução e liberdade. Após a Revolução Francesa e o Império Napoleônico, muito do debate político foi calcado nessas ideias e nos posicionamentos em torno delas. Se você se interessa pela história das ideias e suas transformações ao longo do tempo, não deixe de ler **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos, do historiador alemão Reinhart Koselleck. Suas considerações são de grande valia para todos os estudiosos da história, em especial para aqueles preocupados com as mudanças na forma como discutimos os rumos políticos e econômicos da sociedade em que vivemos.

Você deve estar se perguntando: por que debater o significado desses conceitos, logo depois de sua apresentação? Por uma razão simples – desde o estabelecimento da **liberdade** como um dos ideais chave da Revolução Francesa, essa palavra passou por inúmeras transformações. Seu significado, para os revolucionários, envolvia a liberdade dos desmandos do Antigo Regime. Para os capitalistas ingleses, liberdade era poder transacionar livremente – livre mercado, livre circulação de mercadorias, liberdade aos capitais. Para os trabalhadores industriais, seu sentido é ambíguo: Marx ironicamente

afirma que os cercamentos os teriam tornado “livres feito pássaros” (MARX, 1984, p. 263), quando, na verdade, a liberdade da mão de obra foi sacrificada pela produção industrial.

Não há uma ideia única ou exclusiva de liberdade. Da mesma forma, não há uma ideia única ou exclusiva do que é ser liberal. Até porque há uma grande variedade de liberdades, liberais e liberalismos – há o liberalismo dos intelectuais franceses, a busca por liberdade frente à autoridade da nobreza e do rei; há o liberalismo dos primeiros economistas na Inglaterra e na Escócia, que via a liberdade do comércio e da indústria como fundamental para o desenvolvimento econômico; há liberais, liberalismos e liberdades posteriores ao período que estudamos, ou distantes de seu espaço. Logo, ser liberal não é sempre a mesma coisa, em qualquer tempo e em qualquer lugar. Da mesma forma, causas liberais nem sempre são universais – historicamente, economistas liberais foram politicamente autoritários, políticos liberais foram economicamente conservadores, e liberais radicais europeus mantiveram posições autoritárias sobre as colônias.



Pesquise mais

Muito já se escreveu sobre o liberalismo, suas diferentes correntes, as mudanças das ideias liberais ao longo do tempo e as contradições presentes no discurso liberal. Poucos trabalhos apresentam uma narrativa tão detalhada dos rumos tomados pela noção de liberdade do que *Contra-História do Liberalismo*, de Domenico Losurdo. Se você se interessa pela gênese da concepção de liberdade que discutimos nesta unidade e na anterior, e sobre os limites do liberalismo nesse período (e em momentos posteriores), não deixe de lê-lo!

É importante promover essa discussão pelo tema desta seção – a Revolução Liberal Francesa de 1830. De forma rápida e pontual, esse foi um dos momentos mais importantes na resignificação da ideia contemporânea de liberdade. Obviamente, esse momento da história francesa foi um momento de resgate da memória da Revolução e de seu legado.

Um dos pontos mais interessantes de 1830 foi como esse episódio molda a imagem que temos da Revolução Francesa. Temos um exemplo interessante, que provavelmente vai surpreendê-lo. Começemos por esta pintura. Você a conhece? Já a viu em algum livro, revista, ou mesmo a original, mantida no Museu do Louvre?

Figura 2.1 | A Liberdade guiando o povo



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Liberdade_guiando_o_povo#/media/File:Eug%C3%A9ne_Delacroix_-_La_libert%C3%A9_guidant_le_peuple.jpg>. Acesso em: 30 jun. 2017.

A imagem acima recebeu o nome de “A Liberdade Guiando o Povo” por seu autor, o pintor francês Eugéne Delacroix. Ao centro, temos uma figura feminina carregando um rifle, em uma mão, e a bandeira tricolor na outra, chamando o povo à luta. Essa figura seria a representação da liberdade do título. Aliada a ela, uma multidão de populares, armados e vestidos com as cores da Revolução, uma criança, representando o futuro, os resultados dessa luta, e, ao fundo, Paris encoberta pela fumaça e pelo conflito.

A pintura remete-nos quase que imediatamente aos enfrentamentos da Revolução Francesa de 1789, não é mesmo? E, em vários lugares, ela é usada como representação desse momento histórico. Curiosamente, Delacroix não pinta, nesse quadro, as massas de 1792 – a imagem (exibida pela primeira vez em 1831) é sobre a Revolução Liberal de 1830, quando o povo toma mais uma vez as ruas na luta por seus direitos.

Mas o que foi essa revolução? Quais eram seus objetivos? Que forças estavam em conflito? Isso é o que discutiremos nas páginas seguintes.

Os Bourbon e o retorno ao trono

Já discutimos a reorganização do continente após as Guerras Napoleônicas quando falamos do Congresso de Viena – as principais potências do continente definiram os novos termos das relações

internacionais e restauraram (ou destruíram) fronteiras nacionais de forma a atender os princípios de equilíbrio, legitimidade e restauração. Mas uma decisão importante dos tratados compreendidos no Congresso diz respeito ao governo da França: com a queda de Napoleão, o trono passou às mãos de Luís XVIII, que reinou de 1815 a 1824.

Irmão mais novo de Luís XVI, Luís XVIII passou os 23 anos entre 1791 e 1814 em exílio, vivendo na Prússia, na Rússia e no Reino Unido. Como irmão do rei anterior, seu direito ao trono só existiria a partir da execução do rei anterior e da morte de seus sucessores diretos, os jovens príncipes da França. Curiosamente, retornou ao trono duas vezes: a primeira em maio de 1814, após a abdicação de Napoleão e seu primeiro exílio, e a segunda ao fim do Governo dos Cem Dias, após a derrota de Napoleão em Waterloo.

Seu reino foi marcado por medidas majoritariamente conservadoras, com uma mudança notável: seu estabelecimento como monarca constitucional, diferentemente de seus antecessores (que foram monarcas absolutos). Apesar de garantir espaço para a liberdade religiosa e para a representação política, com Câmara dos Deputados e Câmara dos Pariatos, a nova constituição reestabelecia o voto censitário e o catolicismo como religião oficial do reino. Impostos impopulares sobre tabaco, vinho e sal foram mantidos, garantindo um princípio impopular de governo ainda em 1814.

Após os Cem Dias, Luís XVIII diminuiu sua participação política direta. O governo de fato passava para as mãos de seu primeiro-ministro (Talleyrand, por alguns meses de 1815, sucedido por Amand du Plessis, de 1815 a 1822). Um ponto fundamental da política francesa, nesse período, foi o forte sentimento antinapoleônico por grande parcela da população. O povo via Napoleão, em sua ambição desmedida, como o grande responsável pelas adversidades enfrentadas pela França nos últimos anos. A grande contagem de mortos na Campanha da Rússia também contribuiu inevitavelmente para esse quadro; a tragédia dos soldados perdidos para o inverno russo alimentou a revolta dos franceses. Como consequência, oficiais do exército napoleônico foram brutalmente assassinados, por vezes com exposição pública dos cadáveres, e alguns foram alvo de execuções públicas, fruto de demandas populares ou de representantes políticos conservadores. A grande maioria dos deputados era ultrarrealista apoiando o monarquismo a tal ponto que o rei os considerava radicais.

O grande embate na sociedade francesa, após o fim da Revolução Francesa e a derrota definitiva de Napoleão, foi aquele travado entre conservadores (moderados e radicais, identificados com os ultrarrealistas) e liberais. Pense comigo: não foi esse um conflito que já estava presente nas forças revolucionárias, com a oposição entre girondinos e jacobinos?

A oposição entre defensores de uma sociedade aberta, inovadora, e indivíduos apegados às tradições e às formas estabelecidas de se conduzir a política é uma das tensões fundamentais em qualquer processo histórico. No fim das contas, o movimento da história pode ser entendido como o constante enfrentamento entre a conservação ou preservação do passado e a sua superação ou transformação. Naquele momento (1815 a 1830), os conservadores e ultrarrealistas representavam a primeira tendência, enquanto os liberais representavam a segunda.

E, hoje, como podemos localizar as forças da mudança histórica? Quais sujeitos, grupos ou indivíduos se movem para que as coisas mudem, transformem-se, renovem-se? E quais defendem que elas devem permanecer como estão? Como esses grupos se relacionam com o passado? Reflita!

A tensão entre conservadores moderados e ultrarrealistas radicais movia muito da vida política nesse período, por um motivo simples: Luís XVIII (tido como um conservador moderado) não gerou filhos, e caberia a seu irmão, Carlos X (ultrarrealista e autoritário), sucedê-lo após sua morte, em 1824. Se o reinado de Luís já representava uma guinada conservadora após os períodos revolucionário e napoleônico, o governo de Carlos X era declaradamente conservador e autoritário.

Uma de suas primeiras medidas, como rei, foi a tentativa de restauração do Antigo Regime. Seus primeiros ministros, o Conde de Villèle (de 1821 a 1828) e o Visconde de Martignac (de 1828 a 1829), também se pautavam por programas conservadores, agravando as tensões com a população e os representantes eleitos na câmara dos deputados.

O estopim da crise política que deu fim ao reino de Carlos X foi um conflito com a assembleia, iniciado em março de 1830, em torno da nomeação do ultrarrealista Jules de Polignac (primeiro-ministro de agosto de 1829 a julho de 1830). Recusando o ministério de Polignac, a câmara (composta, desde 1827, de políticos da oposição ao regime) foi dissolvida com a publicação das Quatro Ordenanças ou Ordenações de Julho. Nelas, o rei anulava as últimas eleições e dissolvia a câmara recentemente eleita, de maioria liberal; modificava

os critérios para participação política, reduzindo o eleitorado; suprimia a liberdade de imprensa; e permitia o governo real por meio de decretos. O resultado foi a Revolução.

Os Três Dias Gloriosos – julho de 1830 e o fim da dinastia Bourbon

Em 27, 28 e 29 de julho de 1830, as ruas parisienses lembraram brevemente o furor do início da Revolução. Movidos pela crise econômica e pelo autoritarismo de Carlos X, os franceses lançaram-se às ruas com armas e barricadas, num movimento que, apesar de breve, conquistou seu espaço na história política francesa e na memória das lutas populares.

Afirmar a espontaneidade desse movimento seria um exagero. Muito da mobilização de 1830 foi organizada e promovida por sociedades secretas republicanas, apoiadas pela burguesia liberal, que não se preocupava tanto com o autoritarismo do rei, mas com sua inabilidade em garantir a recuperação econômica da França e com o risco representado por sua recusa em dialogar com a Câmara. Essa consideração sobre as forças envolvidas no levante é fundamental para que compreendamos seu desfecho.

Antes disso, a breve cronologia da Revolução de Julho de 1830 nos ajuda a entender a mobilização popular e seus desdobramentos. Em 27 de julho, os jornais parisienses se recusam a obedecer à Ordenação que cerceava a liberdade de imprensa, e barricadas foram levantadas nas ruas de Paris. A reação ultrarrealista vem em 28 de julho, com a tentativa, por tropas reais, de conter a ofensiva revolucionária. Os realistas não contavam com a adesão da Guarda Nacional (corpo diverso das Forças Armadas) ao movimento, engrossando suas fileiras com combatentes armados e experientes. Repelidas as forças do rei, o povo põe-se na ofensiva, dominando a cidade em 29 de julho, com a ocupação do Palácio das Tulherias. A rápida guinada liberal força Carlos X a fugir do país, encerrando o reino dos Bourbon na França.

As massas aquarteladas nas Tulherias não dispunham de números suficientes para garantir a difusão do movimento pelo interior do país, muito menos sua defesa frente à esperada reação internacional. É aqui que a compreensão do jogo de forças políticas por trás de 1830 se faz indispensável: conscientes dessas limitações, setores da burguesia aproveitam o momento de insatisfação e o potencial transformador da revolta para instalar um governo que, apesar de nem de longe tão conservador quanto o reinado de Carlos X, definitivamente não é uma república popular.



O período que estudamos, nesta disciplina, é caracterizado por muitos autores como a ascensão definitiva da burguesia como a principal força política e econômica do mundo contemporâneo. Você já teve exemplos desse movimento nas unidades e seções anteriores: os burgueses foram fundamentais na deflagração e na condução da Revolução Francesa, com diferentes setores da burguesia apoiando girondinos ou jacobinos; ao fim da década, partiu da burguesia o anseio por estabilidade que garantiu o fortalecimento político de Napoleão Bonaparte – seu governo foi pautado por reformas que beneficiavam as finanças e o comércio, favorecendo setores influentes dessa classe social; o rápido panorama que construímos da sujeição dos trabalhadores na Inglaterra também foi resultado dos interesses econômicos da burguesia, que submeteu os operários à rotina das fábricas e ao trabalho assalariado; por fim, assistimos agora à construção de um governo declaradamente burguês na França, com a oportunidade apresentada pela queda de Carlos X.

Muitas mudanças promovidas pela burguesia são peças fundamentais da vida contemporânea: trabalho assalariado, direitos civis, bancos estatais, normas universais de comércio e medidas. O mundo em que vivemos é fruto das lutas da burguesia no fim do século XVIII e no início do XIX.

Valendo-se da fraqueza dos republicanos, os monarquistas liberais (representantes dos conservadores moderados que se reuniam em torno de Luís XVIII, uma década atrás) e as camadas mais altas da burguesia apoiavam a figura de Luís Filipe I de Orléans. Sem o destaque ou a proeminência dos Bourbon, a dinastia de Orléans permaneceu ao longo dos anos revolucionários, por vezes apoiando os jacobinos ou os exércitos napoleônicos, por vezes buscando refúgio no exílio.

A Constituição Francesa de 1830 reverte muito do autoritarismo dos antecessores de Luís Filipe. Como seus principais pontos, o catolicismo, deixa de ser a religião do Estado, ainda que reconhecida como a fé professada pelo maior número de franceses; são abolidas a censura à imprensa e a capacidade real de legislar por decretos, com severa limitação da influência real na legislação; e a bandeira tricolor é consagrada como a bandeira francesa. Porém, foi mantido o voto censitário, ainda que com idade de elegibilidade reduzida para 30 anos.



Poucos romances históricos apresentam um registro tão acurado da vida no período que buscam retratar quanto *Os Miseráveis*, do escritor francês Victor Hugo. Autor de algumas das mais célebres obras da literatura francesa (e universal), Victor Hugo reimagina, nas páginas do livro, a vida e as paixões dos homens e mulheres que tomaram as ruas de Paris nos levantes de junho de 1832. Dois anos após a Revolução de Julho de 1830, a Rebelião de junho de 1832 é uma resposta antimonarquista ao início do reino de Luís Filipe I. A narrativa é longa e complexa, mas sua leitura é imensamente gratificante. Algumas passagens são verdadeiras aulas de história!

Caso você não disponha do tempo necessário para ler essa grande obra, também é possível encontrar adaptações para o cinema e a televisão. Duas das mais populares são o filme homônimo (*Os Miseráveis*), de 1998, dirigido por Billie August, e com atuações notáveis de Liam Neeson e Uma Thurman. Uma versão mais recente, sob a forma de musical, foi lançada em 2012 (também sob o título de *Os Miseráveis* - há quase uma dezena de adaptações desse texto para o cinema), sob a direção de Tom Hooper, com Hugh Jackman, Anne Hathaway e Russell Crowe. Ainda que os dois filmes sejam longos, acreditamos que assisti-los é fundamental para que se entenda esse período, e pela oportunidade do contato com um trabalho tão importante da literatura contemporânea.

Luís Filipe I é a síntese do projeto burguês para a França: identificado com os ideais burgueses, foi um defensor do liberalismo econômico e da modernização do comércio, da indústria e das finanças no país. Por outro lado, possuía credenciais suficientes para ascender ao trono, garantindo a conciliação entre realismo político e liberalismo econômico. Seu governo foi marcado pela influência de ex-oficiais napoleônicos e financistas, algo que lhe garantiu a alcunha de "o rei banqueiro" ou "o rei burguês".

As dificuldades políticas conduziram a um maior autoritarismo após 1840. Elevado à posição de rei por uma revolução, em 1830, Luís Filipe seria deposto por outra, em 1848.



A Restauração Bourbon representou um momento de reavaliação conservadora dos resultados da Revolução e do Império na história francesa. O radicalismo de alguns dos conservadores (principalmente dos ultrarrealistas) moveu essa sociedade na direção do abandono ou da negação do legado revolucionário, com a supressão de direitos e revisão de muitos dos termos da constituição francesa. Mas a Revolução

permaneceu, e o conservadorismo de Carlos X encontrou forte reação nas ruas. O rei foi forçado a fugir, e instalou-se uma nova monarquia, sob o reino do "burguês" Luís Filipe I.

Um elemento fundamental, no desfecho desse período, foi o duplo sentido da Revolução Liberal de 1830 – motivada pelos princípios políticos liberais (i.e., o ideal de liberdade política irrestrita), a Revolução rapidamente ganhou apoio popular. Contudo, esse apoio foi canalizado para a realização de um projeto economicamente liberal (i.e., a liberalização dos mercados e das finanças, a defesa dos interesses econômicos da burguesia). A partir desse momento, as duas propostas de liberalismo permaneceram em conflito.

Sem medo de errar

A Revolução de 1830 pode ser entendida tanto como o retorno dos ideais defendidos na Revolução Francesa quanto como uma perversão de seu propósito original.

Após quinze anos de governo profundamente conservador, a Revolução de Julho foi a resposta das ruas às dificuldades políticas e econômicas enfrentadas pelos franceses após o fim do Império. Representou um resgate dos ideais revolucionários pela defesa da liberdade, da igualdade e da fraternidade, pela impressionante mobilização popular e pelos resultados alcançados pelas massas em rebelião.

Agora, o movimento tomou rumos diversos dos esperados pela maioria da população com a sua submissão ao projeto político e econômico da burguesia. A questão fundamental, para os burgueses, não era o respeito às liberdades civis, mas a defesa do liberalismo econômico, projeto encampado por Luís Filipe I. Os anos seguintes a 1830 foram marcados por novas rebeliões justamente por isso: torna-se evidente a distância entre o ideal liberal da revolução e o liberalismo dos primeiros economistas.

Com isso, afirma-se uma versão do liberalismo que não se preocupa com as liberdades políticas individuais, da mesma forma como se preocupa com as liberdades econômicas. E quais as consequências disso para os dias de hoje? O liberalismo contemporâneo (principalmente o neoliberalismo, que você estudará na próxima disciplina de História Contemporânea) é algo vastamente distinto dos ideais liberais da Revolução Francesa. Pode-se dizer que esse momento marcou a separação entre esses dois liberalismos,

e a afirmação do liberalismo enquanto sinônimo de “liberdade econômica” acima do direito dos homens à liberdade.

Avançando na prática

Liberais, liberalismos, liberdades

Descrição da situação-problema

O ano de 1789 foi o marco fundamental da Idade Contemporânea, e não é difícil saber o porquê. Marcado pelo início da Revolução Francesa, 1789 divide política, economia e sociedade de forma definitiva; nada seria como antes, depois das guilhotinas e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Mas há outro fato de interesse em 1789. O ano também é marcado pela publicação dos Princípios de Moral e Legislação, do filósofo britânico Jeremy Bentham. Conhecido como um liberal radical, Bentham é um dos fundadores da reflexão organizada em economia. Suas ideias sobre liberdade e racionalidade ainda são parte constitutiva do núcleo das ciências econômicas.

Poderíamos dizer, portanto, que 1789 é o **ano da liberdade** – tanto da liberdade defendida pelos revolucionários em Paris quanto da liberdade econômica proposta por Bentham. Agora, os dois projetos têm diferenças fundamentais. Você consegue perceber quais são elas, pelo que estudamos nas duas seções anteriores? Por que o liberalismo econômico não necessariamente concorda com o liberalismo político? Debata com seu professor e colegas em sala de aula ou com seu tutor, reflita e responda aos questionamentos colocados.

Resolução da situação-problema

Procure mobilizar o conteúdo visto nas Seções 2.1 e 2.2, aqui. A diferença fundamental é que a noção de liberalismo defendida pelos liberais da Revolução Francesa e pelo liberalismo político, em geral, é a de liberdade substantiva – uma liberdade irrestrita, sem limitações a não ser a liberdade do outro. Essa liberdade foi pensada fundamentalmente em oposição ao conservadorismo e ao autoritarismo, e é o princípio fundador das repúblicas modernas (a liberdade de associação política, de mobilização e de ação). Agora, a ideia de liberdade defendida pelos primeiros economistas foi muito mais restrita, e limita-se à livre circulação de bens e serviços. Logo, aos olhos dos defensores do liberalismo econômico, para que se garanta

o livre comércio ou a liberdade de capitais (como na Inglaterra da Revolução Industrial ou na França de Luís Filipe I) , é perfeitamente razoável que se sacrifiquem as liberdades civis de parcelas da população. É essa a principal diferença (e a principal fonte de conflito) entre as duas concepções de liberdade.

Faça valer a pena

1. I. Os reinos de Luís XVIII e Carlos X, no período conhecido como Restauração Bourbon, são conhecidos pela reconciliação com o legado de Napoleão.

II. Luís XVIII foi um monarca muito mais radical, politicamente, do que Carlos X, chegando a suprimir a liberdade de imprensa e a governar por meio de decretos.

III. A derrocada de Carlos X se deu após a promulgação das Quatro Ordenações de 1830, em que o autoritarismo da monarquia foi confrontado pelas aspirações da burguesia liberal.

Sobre as afirmações acima, pertinentes à Restauração Bourbon e ao período imediatamente anterior à Revolução de Julho de 1830, é correto afirmar que:

- a) I, II e III são FALSAS.
- b) I, II e III são VERDADEIRAS.
- c) I e II são VERDADEIRAS, III é FALSA.
- d) I é FALSA, II e III são VERDADEIRAS.
- e) I e II são FALSAS, III é VERDADEIRA.

2. A passagem a seguir descreve duas das principais forças políticas na França, no período entre 1815 e 1830:

"(1) _____, na sua maioria antigos emigrados que deixaram a França forçados pela Revolução de 1789 e que buscavam a recuperação de privilégios perdidos, sob a liderança do irmão do rei, o conde de Artois; (2) _____ (ou independentes), fruto de uma coalizção heterogênea (republicanos, bonapartistas), cuja finalidade era preservar as conquistas revolucionárias e que eram conduzidos sobretudo por La Fayette;"

ARRUDA, J. J. A. **Nova História Moderna e Contemporânea**. Bauru: Edusc, 2004. p. 219-220.

As lacunas em questão são devidamente completadas pelos nomes das forças políticas grafadas em quais das alternativas a seguir?

- a) (1) os ultrarrealistas e (2) os liberais.
- b) (1) os blanquistas e (2) os socialistas.
- c) (1) os liberais e (2) os ultrarrealistas.

d) (1) os monarquistas e (2) os comunistas.

e) (1) os nobres e (2) os militares.

3. "Após a queda de Napoleão, o rei Luís XVIII foi alçado ao poder pelas forças aliadas. Sua monarquia era distinta daquela do Antigo Regime, não apenas porque não se tratava de um herdeiro que recebia o trono por direito de sangue, mas por se tratar de um rei nomeado, que deveria reger segundo a Carta de 1814. Sua ascensão foi vista, inicialmente, como uma oportunidade para a França organizar-se como nação livre e democrática." (OLIVEIRA, 2000)

A partir do trecho acima, sobre a ascensão de Luís XVIII e seu reino, é correto afirmar que:

a) Foi marcado por severas crises de legitimidade, já que muitos súditos não o viam como o herdeiro de direito do trono francês.

b) Constituiu-se em uma monarquia constitucional que fazia pequenas concessões aos ganhos dos períodos revolucionário e napoleônico, mas permanecia profundamente conservadora.

c) Pautou-se pela forte dependência da Igreja, força fundamental de sustentação da dinastia restaurada.

d) Tem seu fim na Revolução de 1830, com a ascensão de Luís Filipe I, o "rei burguês".

e) Foi marcado pela tensão entre comunistas e liberais, as duas grandes forças rivais da França da restauração.

Seção 2.3

A Primavera dos Povos de 1848

Diálogo aberto

É muito provável que você, seus familiares e amigos exerçam alguma atividade remunerada. No Brasil, os trabalhadores são protegidos por um conjunto de leis elaboradas na primeira metade do século XX – a CLT, Consolidação das Leis do Trabalho. Esse documento estipula condições razoáveis de trabalho e emprego, licença por doença ou maternidade, férias anuais, segurança, previdência e regula a existência de sindicatos da classe trabalhadora. Quando você teve seu primeiro emprego “com carteira assinada”? Em que ocasiões recorreu aos direitos garantidos pela CLT?

Apesar de terem na CLT sua forma local, esses direitos são consequência de conquistas trabalhistas em todo o mundo, mas principalmente na Europa de meados do século XIX. Se hoje contamos com a proteção da legislação trabalhista, isso se deve à coragem de trabalhadores e trabalhadoras do passado, que lutaram para que tivéssemos esses direitos. Você já leu alguma coisa sobre as conquistas dos direitos dos trabalhadores? Tocamos rapidamente nesse ponto, anteriormente, mas é importante voltar a ele ao longo de todo esse período. Hoje, temos uma série de garantias e proteções ao trabalho, e percebemos algumas condições como justas ou injustas. Pense conosco – algumas pessoas recebem adicionais noturnos ou de insalubridade por seus trabalhos; o trabalho infantil é proibido, e defende-se a permanência de menores de idade nas escolas; ainda que persistam as diferenças de pagamento entre homens e mulheres, esse é um tema comumente debatido. O que qualifica determinadas situações de trabalho como justas ou injustas? O que você faria se seus direitos fossem atacados? Nesta seção, estudaremos alguns dos movimentos que se posicionaram em defesa dos trabalhadores. Enquanto lemos, pense no seguinte: como esses diferentes grupos se relacionam? Quais são seus vínculos com as correntes anteriores?

Não pode faltar

Você se lembra de quando analisamos rapidamente as mudanças sociais trazidas pela Revolução Industrial? Logo em seguida, tratamos do leque de conceitos políticos do início do século XIX, e das mudanças fundamentais no sentido atribuído às ideias de liberdade e liberalismo. Ressaltamos, também, como os dois movimentos podem ser entendidos como duas faces da ascensão da **burguesia** à sua posição histórica de força política e econômica dominante nas sociedades capitalistas, principalmente a partir da Dupla Revolução.

Esse movimento amplo de consolidação dos ideais burgueses, aliado à modernização das forças produtivas e sua organização sob a forma da indústria, pode ser entendido como a principal **tendência histórica** desse período. Mas o que seria essa tendência histórica? Como entender o grande movimento da história contemporânea a partir dela?

Por muito tempo, a história foi entendida como uma sucessão de acontecimentos: o recontar do passado era feito a partir dos “grandes feitos” de um povo ou de um governante, e o registro da memória desses feitos era redigido como a crônica de uma sequência de “acidentes”. Falava-se, fundamentalmente, “do que aconteceu”; e esses acontecimentos eram lidos, por vezes, como causados pela fortuna, pelo acaso, ou pela intencionalidade de um indivíduo ou de um pequeno grupo. Entendia-se o movimento das nações a partir das paixões dos reis, ou da “sorte” do comércio ou da agricultura.

O século XIX é fundamental por representar, tanto como objeto quanto como contexto, a desconstrução dessa forma arcaica de se fazer história. Pense conosco: qual o elo entre todas as mudanças que observamos, da Revolução Francesa ao Império Napoleônico, às fábricas de Manchester e à Revolução Liberal na França? Como esses homens veem a si mesmos? Como veem sua história?

Uma mudança fundamental entre esse período e os séculos anteriores **foi o abandono de explicações esotéricas ou metafísicas da realidade social**. Os revolucionários de 1789 não acreditavam que sua situação era fruto dos caprichos de um deus distante e inescrutável, mas dos exageros da nobreza. Da mesma forma, Napoleão defendia que seu poder vinha de seu exército e de sua vontade, e não das autoridades divinas. Por mais que a religiosidade se fizesse presente na mentalidade dos liberais franceses de 1830 (Victor Hugo, por exemplo, alia sua crítica social a uma visão da vida social inspirada por valores religiosos), sua leitura da sociedade não estava atrelada

à religião, ou não dependia dela para existir. **Para esses homens, o mundo contemporâneo explica a si mesmo.**

Agora, o que isso tem a ver com a tendência histórica que antecipamos acima? Para os agentes envolvidos na transformação dessa sociedade, era fundamental que a sua história fizesse **sentido**. Não são somente a liberdade, a fraternidade e a igualdade as grandes noções ressignificadas no período: a burguesia se define a partir da proximidade ou identificação com um ideal de **progresso, a percepção de que as sociedades do passado eram inferiores às do presente, seja em termos produtivos, seja em termos intelectuais**. Você consegue se lembrar da forma como Kant explora o significado do Iluminismo? A saída do homem de sua menoridade foi uma analogia do progresso – essa sociedade se transformou a ponto de poder abandonar as amarras intelectuais ultrapassadas a que estava sujeita. Da mesma forma, Adam Smith, autor da *Riqueza das Nações*, viu na divisão do trabalho o princípio que moveria os povos a novos patamares de riqueza e prosperidade – logo, a divisão do trabalho é outra analogia do progresso. As coisas haviam mudado, e mudado muito, e era necessário entender como, e em qual sentido, a mudança havia acontecido.

A esse sentido damos o nome de tendência histórica. E, nesse momento específico da história humana, foi fácil perceber qual a tendência histórica dominante.

A burguesia avançava como uma força transformadora, modernizando as formas de pensar e produzir. Seu avanço cobre a Inglaterra de fábricas, que logo se estendem pelas outras potências econômicas do continente europeu. Mas também povoou e animou o universo categorial empregado para a compreensão desse “novo mundo”: da arrancada política e econômica da burguesia emergiram **novas correntes filosóficas**, herdeiras do **iluminismo**; **novas tradições políticas**, associadas de uma forma ou outra ao **liberalismo**; e uma **nova ciência**: a **economia política**. Essa última emergiu como desdobramento da filosofia iluminista, da reflexão racional e ordenada sobre a vida social, e figura como uma das bases fundamentais das posições liberais, não só no início do século XIX como nos dias de hoje. Curiosamente, essas três inovações intelectuais se articulariam na maior e mais vigorosa crítica já produzida ao ideário burguês: o comunismo.



Mencionamos várias vezes as contribuições do historiador inglês Eric Hobsbawm para a compreensão desse período e de suas transformações, e essa é mais uma ocasião em que suas análises se revelaram precisas. Em *A Era das Revoluções* (HOBSBAWM, 2009), o autor explora a emergência do que denomina de Ideologia Secular – novas formas de pensar a realidade a partir dela mesma (i.e., compreender a vida material como consequência de movimentos anteriores da vida material, e não de fatores externos a ela, como explicações míticas ou religiosas). Para saber mais sobre o movimento intelectual entre iluminismo, liberalismo, socialismo e comunismo, recomendamos o Capítulo 13 de *A era das revoluções* (intitulado precisamente "A Ideologia Secular").

Antes de chegarmos aos primeiros socialistas e à mobilização que culminou nos comunistas e em sua crítica radical do capitalismo, é importante que resgatem os verdadeiros protagonistas dessa mudança. A ascensão da burguesia pôde representar a grande tendência histórica desse momento, mas ela simplesmente não foi possível sem seu "negativo": a criação e consolidação do proletariado. Discutimos brevemente a instituição das fábricas e a nova forma de organização do trabalho, sob o sistema fabril, quando discorremos sobre as implicações sociais da Revolução Industrial. Pois bem: a criação e expansão dessas fábricas esteve diretamente ligada à criação e expansão de um **exército industrial**, de uma vasta massa de trabalhadores assalariados à disposição da indústria.

Logo, a burguesia não foi a única força histórica que emergiu desse período e de suas convulsões; os trabalhadores se organizavam e se reinventavam com as lutas políticas entre 1789 e 1848, e com a escalada da exploração econômica a partir do início da Revolução Industrial. **Burguesia e proletariado estão intimamente ligados, seja pela produção, seja pelas lutas políticas, e seu enfrentamento determinou o ritmo do movimento da história a partir da primeira década do século XIX.**

Da mesma forma que podemos enquadrar o período entre 1789 e 1848 como a ascensão da burguesia, de seu modo de vida e da forma de organização da produção que lhe foi peculiar (como fizemos há alguns parágrafos), é perfeitamente razoável que leiamos esse mesmo período a partir dos avanços do proletariado. Nas seis décadas em questão, as massas de trabalhadores tomaram Paris de assalto e arrastaram um monarca absoluto para a guilhotina, marcharam pelo continente europeu e redesenharam suas fronteiras, e construíram, com seu trabalho e seu suor, a impressionante economia industrial

inglesa.

Por mais impressionantes que fossem as conquistas dos operários, seu avanço foi sempre frustrado pelos burgueses, por vezes aliados, por vezes algozes. O radicalismo das massas francesas foi contido pelo Governo do Diretório; a pulsão transformadora dos revolucionários foi direcionada pelas reformas de Napoleão; o ímpeto transformador de 1830 foi canalizado para a ascensão de um “rei burguês”; e as maravilhas realizadas pelo trabalho humano, nas Ilhas Britânicas, são tomadas dos homens que as produziram, pela lógica fundamental da produção industrial.

Logo, o movimento de tomada de consciência dos trabalhadores e dos miseráveis, nesse período, foi acompanhado da percepção de sua rivalidade histórica com a burguesia. A partir do momento em que conhece a si mesmo, o proletariado reconhece parte dos mecanismos de exploração defendidos pela classe dominante e seu papel no capitalismo.

Mas da tomada das ruas pelas massas de trabalhadores à sua organização em um movimento coeso, com propostas, táticas e um programa de enfrentamento com a burguesia, houve um longo caminho a ser percorrido. Analisaremos essa trajetória nos parágrafos seguintes.

Subprodução agrícola, superprodução industrial

Uma consequência importante das mudanças na produção e da emergência da produção industrial foi a transformação radical de sua sazonalidade. Nos campos, a produção obedecia a estações definidas; as épocas de cultivo, plantio e colheita eram garantidas pelo passar dos dias, e, salvo circunstâncias excepcionais, o ritmo do trabalho no campo obedecia a esse ciclo imutável.

As indústrias colocaram o trabalho e a produção sob uma nova temporalidade. O fundamental passa a ser não o “tempo natural” de maturação dos cereais, mas o “tempo do capital”: os capitalistas produzem visando à absorção da produção pelo mercado, pelo que acreditam ser a demanda pelos bens que produzem. O problema está justamente na não automaticidade na relação entre oferta e demanda: ainda que muitos dos economistas dos períodos propusessem que, em situações ideais, só se demandaria aquilo que foi produzido pelas fábricas, esse equilíbrio foi difícil, distante, por vezes impossível.

O grande dilema, na verdade, foi que as decisões de produzir dependiam dos capitalistas e de sua leitura do mercado. Uma leitura minimamente equivocada, ou que não deu conta das inúmeras variáveis que condicionariam os movimentos da demanda e resultou em vastos estoques não comercializados, com impacto sobre os preços. E qual a consequência lógica disso? Maior pressão sobre os trabalhadores.

Com o assalariamento dos trabalhadores, eles passaram a depender dos salários recebidos pela venda de sua força de trabalho nas fábricas. Logo, eles estavam livres para (a): venderem seu trabalho ou (b): morrerem de fome. Agora, mesmo essa suposta liberdade foi relativa: se não há demanda suficiente, ou se há um excedente ainda por comercializar, não há produção; se não há produção, não há emprego. Com o novo sistema de produção, os trabalhadores estavam fundamentalmente sujeitos aos caprichos da burguesia e às flutuações dos agregados econômicos.

Os repetidos movimentos de ascensão e quebra da produção econômica se tornaram um elemento central do sistema, e a classe trabalhadora foi levada a situações críticas com as sucessivas crises do capitalismo. Não por acaso, uma crise marcante foi a de 1830, que motivou parcialmente a insatisfação que movia os revolucionários de julho, em Paris.

A discussão sobre a dinâmica econômica da Revolução Industrial será feita num momento futuro, com a devida atenção. Mas, por enquanto, já podemos anteciper o seguinte – a grande referência da primeira Revolução Industrial foi a produção de têxteis de algodão, feitos a partir de matérias-primas obtidas nas colônias e com mercado consumidor virtualmente infinito. O problema foi que essa virtual infinidade foi posta à prova entre 1846 e 1848; os aumentos constantes na produção de tecidos de algodão nos últimos 70 anos chegaram, finalmente, a um patamar de impossível absorção pelos mercados internacionais. A consequência foi a crise generalizada, causada pela **superprodução** de tecidos.

No mesmo período, péssimas colheitas agrícolas ocasionam escassez generalizada de alimentos, levando as populações trabalhadoras à penúria extrema. Vale lembrar que os salários dos trabalhadores eram vistos, nesse momento, exclusivamente como um custo de produção: não fazia qualquer sentido para os capitalistas elevarem a remuneração do trabalho, e a pressão sobre as famílias levava mulheres e crianças para dentro das fábricas às multidões, por remuneração ainda inferior à dos homens adultos.

Assim, a fome causada pela elevação no preço dos cereais (resultado da subprodução) encontrou-se com o desemprego causado pela crise de superprodução industrial. A situação se tornou potencialmente explosiva, se nos lembrarmos do contexto político mais amplo, especialmente da forma como a reação às reivindicações dos trabalhadores estava organizada: a repressão a movimentos nacionalistas ou liberais passava pela institucionalidade garantida pelo Congresso de Viena, nas regiões periféricas da Europa, ou por monarquias constitucionais com apoio da burguesia (França e Inglaterra).

A indignação popular começava a ganhar forma mais definida a partir das propostas de um grupo específico: os socialistas. Herdeiros dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores ingleses e das correntes radicais dentre os revolucionários franceses, os socialistas defendiam a igualdade substantiva entre os homens, vendo na concentração da propriedade um entrave à distribuição igualitária de recursos e oportunidades.



Pesquise mais

Você já quis saber mais sobre as grandes doutrinas econômicas da modernidade? Por vezes, ao lermos os comentários de economistas ou jornalistas econômicos, a linguagem da área pode soar um pouco intimidadora. Curiosamente, as primeiras grandes teses em economia foram escritas para homens comuns, antes de existir um debate formalizado sobre os temas da riqueza, do trabalho, da produção e da sua apropriação. Os primeiros cinco capítulos de *A Riqueza das Nações* (SMITH, 1982), do célebre Adam Smith, são de leitura bastante agradável, e deveriam ser lidos virtualmente por qualquer pessoa. Para um panorama acadêmico das doutrinas de Economia Política criticadas pelos socialistas, recomendamos *Lições de Economia Política Clássica*, de Maurício Chalfin Coutinho (COUTINHO, 1994). Por fim, um panorama genérico das ideias econômicas e de sua evolução, acessível ao público em geral, pode ser encontrado em *A História do Pensamento Econômico*, de Robert Heilbroner (HEILBRONER, 1996).

As muitas revoluções de 1848

As tensões entre trabalhadores e burguesia chegaram a um clímax em 1848. Mais do que um movimento restrito e localizado, a chamada Primavera dos Povos de 1848 rasgou o continente com uma série de revoltas populares. Cada espaço, no entanto, contou com uma

trajetória particular, nesse movimento.

Na França, assistiu-se a um agravamento das tensões entre populares e burgueses liberais nos anos imediatamente posteriores à Revolução de julho de 1830. De imediato, a oposição a Luís Filipe de Orleans constituiu-se a partir de legitimistas (partidários de Carlos X, recentemente deposto), bonapartistas (partidários e herdeiros de Napoleão, próximos a Luís Bonaparte, seu sobrinho) e republicanos (oposição radical ao regime monárquico). O ano de 1832 foi marcado pela Rebelião de junho, que mencionamos na seção anterior; de forma similar, a cidade de Lyon assistiu, em 1834, à rebelião de seus operários. A radicalização dos movimentos emprestou sua força à corrente republicana, que cresceu e ganhou adeptos ao longo da década seguinte. Com o agravamento da crise, emergiu o partido socialista, organizado em torno das lideranças de Louis Blanc, Blanqui e Ledru-Rollin. Os socialistas divulgavam suas causas (entre elas, uma polêmica reforma eleitoral, alvo de veemente oposição dos grupos alinhados com o governo de Luís Filipe) por meio de banquetes; quando o primeiro ministro Guizot julgou por bem proibir uma dessas reuniões, em 22 de fevereiro de 1848, eclodiu uma rebelião que se estendeu por três dias. A violenta repressão do dia 23 resultou em 16 mortos, carregados em procissão pelas ruas de Paris pelos revolucionários. Não mais do que um dia depois desse acontecimento (24), as avenidas de Paris estavam bloqueadas por barricadas, e Luís Filipe de Orleans abdicou, após ser abandonado pela Guarda Nacional. Uma breve aliança entre burgueses liberais e socialistas proclamou a II República da França, realizando eleições com voto universal, direto e secreto masculino.

Na Itália, a revolução tomou forma radicalmente distinta. Ainda dividida em uma série de pequenos estados de governo absoluto, a península itálica enfrentava dificuldades políticas em função do domínio austríaco a partir do Congresso de Viena. Nesse sentido, a principal força revolucionária regional eram os Carbonários, de inspiração liberal e nacionalista; suas principais pautas envolviam a realização de reformas liberais e a unificação dos vários reinos italianos sob uma só bandeira. Revoluções pontuais eclodiram no Reino das Duas Sicílias, na Toscana, no Estado Papal e no Reino da Lombardia, onde a oposição aos austríacos se fortaleceu. O rei Carlos Alberto de Piemonte uniu-se aos revoltosos e declarou guerra aos austríacos, numa ousada manobra para tentar se afirmar como o unificador da península. Seus interesses são frustrados e, derrotado; foi forçado a abdicar em favor de seu filho, Vítor Emanuel II.

Tendências similares se manifestaram na Alemanha. A aproximação

dos vários pequenos estados da região, após o Congresso de Viena, culminou no estabelecimento de uma espécie de liga aduaneira denominada Zollverein. O desenvolvimento econômico e político regional, facilitado pela integração entre as diferentes micronações, fortaleceu os laços entre os diferentes territórios que confirmariam, no futuro, a Alemanha. Dentre esses reinos, o Reino da Prússia afirmou-se como o mais importante. As agitações de 1848 tomaram a forma de um movimento nacionalista e parlamentarista que uniu revolucionários de vários dos estados alemães. As dificuldades de articulação entre esses diversos grupos favoreceram uma rápida reação dos príncipes alemães, que sufocaram o movimento ainda em novembro de 1848.

Marx, Engels e o Manifesto do Partido Comunista

A agitação política da década de 1840 foi responsável não só pela memória de uma série de movimentos de contestação ao domínio do capital, mas também pela criação do principal referencial teórico crítico da contemporaneidade. Escrito em 1848, o *Manifesto do Partido Comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels, é um dos livros mais influentes dos últimos dois séculos.

De forma similar, Marx e Engels foram alçados a uma condição quase mitológica. Muito se discute em torno da figura histórica dos dois autores, por vezes com pouca ou nenhuma informação. Para que não cometamos o mesmo erro, vamos estudar brevemente a biografia dos autores e os pontos principais de sua contribuição intelectual.



Refleta

Você certamente já deve ter ouvido falar de Karl Marx e Friedrich Engels. Mais importante do que já ter ouvido falar deles é a pergunta: o que você ouviu sobre esses autores? Marx e Engels são autores de importantes teses para a compreensão do mundo contemporâneo. Independentemente da avaliação sobre os resultados de tentativas de implementação do comunismo ou sobre os rumos tomados por movimentos políticos posteriores aos autores, é importante que tenhamos conhecimento de sua produção para que possamos discuti-los e aí sim decidir qual o nosso posicionamento sobre eles. Mas os dois não são os únicos autores "injustiçados" pela história: Adam Smith também é alvo de um processo parecido, em que por vezes é caracterizado como mais liberal do que realmente era. E você? Conhece alguma história parecida? Por qual motivo você imagina que a imagem de um autor seja comumente distorcida após sua morte? Como podemos evitar o senso comum na leitura de um clássico?

Karl Marx nasce na Prússia, em 1818, em uma família de classe média. Nas universidades de Bonn e Berlim, dedicou-se ao estudo das obras de Georg Hegel a partir da aproximação com os jovens hegelianos. Hegel é um influente defensor do **historicismo**; para ele, as mudanças nas diferentes esferas da vida social (filosofia, ciência, política, arte, religião) podem ser entendidas como o movimento de um espírito ou ideia infinita ao longo do tempo, com a transformação da sociedade a partir de seu caminhar em um sentido específico. De Hegel, Marx herda as noções de historicismo e do sentido da história, incorporando-as de forma crítica na concepção do materialismo histórico: para o autor do **Manifesto Comunista, as transformações da história seriam resultado dos meios pelos quais os homens produzem as necessidades da vida**. No centro de seu sistema analítico estão as relações entre capital e trabalho, eixo determinante da forma tomada pela produção em seu tempo, e constante tensão entre duas classes sociais: burguesia e proletariado.

Marx atuou brevemente como editor da Gazeta Renana entre 1842 e 1843, após concluir seu doutorado em Filosofia. Nesse mesmo período, conheceu Friedrich Engels e se casou com Jenny von Westphalen, antes de se mudar para Paris, evitando a perseguição política do governo prussiano. Além disso, teve contato com a Liga dos Justos, que futuramente se tornaria a Liga dos Comunistas, e intensificou seu contato com outros referenciais dessa tradição. A amizade com Engels se estreitou a partir de 1844, e Marx dialogou também com Proudhon, constante interlocutor do período (a quem dirigiu muitas críticas). De importância equivalente à aproximação com Engels, nesse período, é a leitura e comentário dos referenciais da Economia Política, hoje organizada e publicada sob o título de **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Transitando do Direito para a Filosofia e da Filosofia para a Economia, Marx contruiu um sistema analítico que perpassou essas diferentes áreas do saber, e se revelou um apurado leitor de Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus.

Sua vida foi marcada pelo posicionamento claro, sempre a favor dos trabalhadores, e pela constante perseguição política. Como consequência, mudou-se de Colônia para Paris, de Paris para Bruxelas (onde escreveu o Manifesto), de Bruxelas para Colônia, novamente, de Colônia para Paris e, finalmente, de Paris para Londres, onde viveu até o fim da vida, em 1883. Atuou como editor da Gazeta Renana e, posteriormente, da Nova Gazeta Renana, e também

como correspondente para o *New York Tribune*. Mas seu principal legado ainda são suas obras, marcadamente o *Manifesto do Partido Comunista* (1848) e *O Capital* (com seus três volumes publicados respectivamente em 1867, 1885 e 1894), seu maior e mais importante trabalho.



Exemplificando

Marx permaneceu intelectualmente ativo ao longo de toda a sua vida, publicando importantes análises sobre a realidade econômica, social e política das sociedades capitalistas. Em *O Capital*, tornou-se o primeiro dos grandes economistas a discutir com cuidado os efeitos da concentração industrial e o movimento do capital financeiro. Sua análise econômica ainda é utilizada na compreensão das crises do capitalismo.

Por outro lado, Marx também se estabeleceu como analista político ao discutir a ascensão de um novo imperador francês em 1851 – Napoleão III. Carlos Luís Napoleão Bonaparte, sobrinho do imperador Napoleão Bonaparte, foi o primeiro presidente eleito da 2ª República da França, em 1848. Incapaz de aprovar sua reeleição, proclamou-se imperador em 1851, com um golpe de estado.

Em *O 18 Brumário de Napoleão Bonaparte*, Marx explora os acontecimentos políticos da França entre 1848 e 1851 e como a situação peculiar da luta de classes, na França, abriu espaço para a atuação de um político inexpressivo em um episódio de tomada repentina de poder. Desde então, o termo "bonapartismo" é usado para designar um governo que busca parecer apartidário, valendo-se de um acirramento nas disputas entre capitalistas e trabalhadores para estabelecer-se no poder.

A abertura do *Manifesto* é paradigmática do espírito dos movimentos de 1848 e da oposição entre essas forças e o conservadorismo da Santa Aliança. Nela, Marx evoca a imagem de um espectro que rondaria a Europa, conjurado pelos poderes estabelecidos e utilizado como denominação comum da oposição à "ordem" dos monarquistas e conservadores. Mas foi nas passagens seguintes, quando descreveu a relação entre burguesia e proletariado, que o autor efetivamente se dedicou à análise de seu tempo e de sua história:

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes.

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito. [...]

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado.

Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado. (MARX, 2010, p. 40-41)



Pesquise mais

A passagem citada acima é apenas um pequeno trecho do *Manifesto Comunista* ou *Manifesto do Partido Comunista*, publicado por Marx em 1848. O texto está disponível em diversas edições (algumas disponíveis gratuitamente, on-line), então fique à vontade para escolher a que lhe parecer mais adequada. Só recomendamos que você não deixe passar a oportunidade de ler esse instigante documento histórico. Leia, reflita e, informado sobre as ideias do autor e sua visão de mundo, chegue às suas próprias conclusões.

Se tiver interesse, o texto integral pode ser encontrado na revista **Estudos Avançados**, no Scielo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v12n34/v12n34a02.pdf>>. Acesso em 19 jun. 2017.

Marx dedicou-se à análise dos avanços da burguesia descrevendo os movimentos de transformação política e econômica ocasionados por sua ascensão. Ao poderio econômico da burguesia, o proletariado deveria contrapor suas principais forças: os números vastamente superiores, sua importância fundamental no processo produtivo (já que nada se produz sem a participação dos trabalhadores) e a

consciência de que não haveria, no enfrentamento, nada a perder – a não ser os grilhões da exploração capitalista.

Um ponto marcante do Manifesto é que ele vai além de muitos dos movimentos de 1848 ao se propor **internacional**. Esse internacionalismo foi reafirmado na célebre máxima “Proletários de todos os países, uni-vos!” (MARX, 2010, p. 69), que encerra o texto. A ideia fundamental por trás dessa nova orientação é que a burguesia e o capital não se constituem em forças geograficamente restritas; sua dominação cobre todo o globo, e deve ser combatida como tal. De forma similar, os diversos Estados se empenharam em fomentar a rivalidade entre os trabalhadores, dividindo-os em nacionalidades e suplantando a oposição entre capital e trabalho pelas disputas entre franceses, ingleses, alemães, italianos, russos e espanhóis, entre tantos outros povos. Para Marx, é fundamental que os trabalhadores suplantem as barreiras internacionais e se unam em uma irmandade internacional, levando a humanidade a um novo estágio de sua história

Sem medo de errar

Os movimentos da metade do século XX – socialistas e comunistas – emergiram a partir das demandas dos trabalhadores em períodos anteriores. Em alguma medida, partilham da herança do cartismo e do ludismo, na Inglaterra, e das acirradas disputas políticas na França, em 1789 e 1830. Mas foram além dos movimentos anteriores por questionarem o sistema que colocou os trabalhadores sob domínio do capital. Esse é o diferencial fundamental dessas duas correntes, frente a seus antecessores.

Ambos os grupos estão fundamentados em uma concepção abrangente de justiça social que se opõe ao direito burguês, ou aos termos em que se organizaram as sociedades capitalistas (essencialmente injustos para os trabalhadores). Assim, tanto socialistas quanto comunistas procuraram imaginar novas formas de convívio e trabalho, em que os resultados desse trabalho não fossem redirecionados quase que exclusivamente para os proprietários dos meios de produção. Os socialistas realizavam uma série de experimentos nas primeiras décadas do século XIX, dando origem ao cooperativismo e a formas peculiares de organização da produção,

enquanto a proposta comunista era mais radical: a socialização dos meios de produção e a divisão dos resultados do processo produtivo entre os trabalhadores. Ainda assim, o radicalismo dos comunistas, nesse momento, nada mais é que uma resposta à radicalização da exploração capitalista sobre os trabalhadores; a vida em meio às fábricas de meados do XIX não era nada agradável: e muito do que entendemos, hoje, como direitos fundamentais dos trabalhadores, são conquistas desse período.

Faça valer a pena

1. As revoluções de 1848, geralmente agrupadas sob o nome de Primavera dos Povos, são caracterizadas pelos seguintes elementos:

I. São eminentemente burguesas, defendendo o direito de propriedade das camadas altas da sociedade.

II. São relativamente limitadas geograficamente, contidas a ocorrências pontuais na França, na Espanha e na Grécia.

III. Misturam reivindicações liberais a movimentos de autonomia nacional e em defesa dos direitos trabalhistas, sendo marcadas de forma decisiva pelas disputas políticas locais e pelas tensões da sociedade capitalista no período.

Agora, classifique as três afirmações acima como VERDADEIRAS ou FALSAS:

- a) V, V, F.
- b) V, F, F.
- c) F, F, F.
- d) F, F, V.
- e) F, V, V.

2.

Os comunistas se recusam a dissimular suas opiniões e seus fins. Proclamam abertamente que seus objetivos só podem ser alcançados pela derrubada violenta de toda a ordem social existente. Que as classes dominantes tremam à ideia de uma revolução comunista! Nela os proletários nada têm a perder a não ser os seus grilhões. Têm um mundo a ganhar. (MARX, 2010, p. 69)



A partir da leitura do trecho acima, assinale a alternativa correta sobre o Manifesto Comunista:

- a) É um documento de pouca importância para o período, dada sua limitada penetração política (foi pouco lido além dos círculos socialistas e comunistas).
- b) Representa um importante documento na luta dos trabalhadores por direitos, com a proposição, pelos autores, de uma teoria sobre a exploração a que estavam sujeitos os operários nas novas formas de produção.
- c) É o legado máximo da reflexão burguesa sobre a economia, com a defesa aguerrida do princípio da propriedade privada.
- d) Seus autores, Saint-Simon e Proudhon, eram conhecidos por apoiarem os grupos de representação patronal de Manchester.
- e) Apresenta uma inovadora leitura do bonapartismo na política, a partir de sua interpretação da atuação de Luís Bonaparte no intervalo entre 1848 e 1851.

3. Enquanto a ideologia (I)_____ perdia assim sua confiança original – mesmo a inevitabilidade ou a desejabilidade do progresso começava a ser colocada em dúvida por alguns liberais – uma nova ideologia, o (II)_____, voltava a formular os velhos axiomas do século XVIII. A razão, a ciência e o progresso eram suas bases firmes. O que distinguia os (III)_____ de nosso período dos paladinos de uma sociedade perfeita de propriedade comum, que periodicamente aparecem na literatura ao longo da história, era a aceitação incondicional da revolução industrial que criava a verdadeira possibilidade do socialismo moderno. (HOBBSAWM, 2009. p. 334). Escolha a alternativa que preenche corretamente as lacunas do texto acima:

- a) socialista, ludismo, ludita.
- b) anarquista, conservadorismo, conservador.
- c) liberal, socialismo, socialistas.
- d) comunismo, liberalismo, liberal.
- e) ultrarrealista, liberal, liberalismo.

Referências

- ARRUDA, J. J. A. **Nova História Moderna e Contemporânea**. Bauru: Edusc, 2004.
- BARRINGTON MOORE Jr. **Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World**. Beacon Press, 1993.
- COUTINHO, Maurício. **Lições de Economia Política Clássica**. Campinas: Ed. Unicamp, 1991.
- HEILBRONER, Robert. **A História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- HOBBSBAWM, Eric. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária
- _____. **A Era das Revoluções**. Europa 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2009. 464p.
- _____. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- _____. **Ecos da Marselhesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- KOSSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LOSURDO, Domenico. **Contra-História do Liberalismo**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2006.
- MARX, K. **O Capital** — Crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Boitempo Editorial: São Paulo, 2013.
- _____. **A Revolução Antes da Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 2 vol.
- MARX, Karl ; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- OLIVEIRA, T. Educação e lutas políticas na restauração francesa. **Acta Scientiarum**, v. 22, n. 1, p. 141-146, 2000.
- POLANYI, K. **A Grande Transformação** — as origens da nossa época. Elsevier: São Paulo, 2011. p. 370.
- SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. v. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- TOCQUEVILLE, Alexis. **Voyage en Angleterre, Irlande, Suisse et Algérie**. Paris: Gallimard, 1958.

Nacionalismo e cultura: as unificações da Alemanha e Itália

Convite ao estudo

Em 2014, atuamos como país-sede da Copa do Mundo FIFA, em que times compostos por atletas de 32 diferentes nacionalidades disputavam o maior título do futebol mundial. Comentaristas e torcedores escolhem seus favoritos com base neste ou naquele esquema tático, nas estratégias empregadas, e na simpatia por uma ou outra nacionalidade, muito comum em um país de população tão plural como o Brasil. Hoje, é perfeitamente compreensível que reconheçamos, nas nacionalidades europeias, uma longa história e um vasto conjunto de tradições, imediatamente associado ao que imaginamos ser o francês típico ou o comportamento esperado de espanhóis, italianos ou portugueses. De forma similar, é difícil imaginar algum torcedor alheio às clássicas rivalidades, entre brasileiros e argentinos, por exemplo.

No entanto, até alguns séculos atrás, uma parcela muito pequena dessa população realmente se percebia como pertencente a uma dada nacionalidade. Você deve se lembrar de algumas das mudanças no mapa europeu entre 1815 e 1848 – a Polônia foi incorporada ao Reino da Prússia, a Áustria assumiu controle de territórios na Itália e vários dos países que hoje conhecemos eram províncias de vastos impérios (como o Império Austríaco, o Império Russo ou o Império Otomano, que dividiam o leste europeu). Até meados do século XIX, os homens e mulheres que habitavam o continente europeu se viam como súditos das diferentes dinastias reais, cujas terras muitas vezes se estendiam além de fronteiras linguísticas, étnicas ou culturais. A identificação entre povo, nação, língua e cultura teve seu início na Revolução Francesa, mas foi um processo longo, com desdobramentos regionais em todo o continente europeu.

Dois processos específicos merecem especial atenção, pelo peso político e econômico das nações resultantes. O primeiro deles é a rápida unificação alemã, que transformou os pequenos reinos da região hoje conhecida como Alemanha em uma das principais potências militares e industriais do século XIX. O segundo é a unificação italiana, marcada por drásticas diferenças linguísticas e culturais entre as regiões integradas pela ação do Reino do Piemonte e Sardenha. Iremos nos dedicar ao movimento geral da emergência das nações modernas e, especialmente, a esses dois casos específicos, neste capítulo.

Seção 3.1

O nacionalismo europeu do século XIX

Diálogo aberto

Hoje, é muito comum ouvir que o brasileiro é um povo alegre, criativo, que recebe bem os visitantes e demonstra afeto com facilidade. Também há quem diga que somos preguiçosos ou malandros, afeitos ao famoso "jeitinho" e à lógica de deixar para amanhã o que poderíamos fazer hoje. E você? O que você entende como "ser brasileiro"? Das características elencadas acima, com quais você concorda? Quais são positivas e quais são negativas? Você consegue pensar em estereótipos como esses associados a outros povos?

Um fato curioso é que nem sempre fomos imaginados dessa forma. O mesmo vale para espanhóis, portugueses, franceses, alemães, italianos, ingleses... como será que essas diferenças entre povos e nações foram construídas? Há alguma vantagem em incentivar a ideia de que um dado povo seria trabalhador, pontual ou corajoso? Você deve se lembrar da Primavera dos Povos, fenômeno que discutimos na unidade anterior. Essa unidade se relaciona de forma direta com os acontecimentos de 1830 e 1848. Como a eclosão quase simultânea de movimentos nacionalistas em diferentes territórios europeus pode ser explicada?

Não pode faltar

"Avante, filhos da Pátria!"

Após as duas unidades anteriores, você já deve ter percebido como nós claramente somos. Nosso modo de vida é resultado das transformações que discutimos nessas páginas. Nossos ideais, a forma como enxergamos o mundo, nossas instituições... os séculos XVIII e XIX foram o berço da contemporaneidade e deram forma não só a toda a história do século XX, mas também à do século XXI, da qual somos testemunhas oculares. Nesse período, surgiram as principais **inovações** econômicas e políticas que organizam a vida

contemporânea.

Isso deve ter ficado claro lá atrás, quando começamos a discutir a Revolução Francesa. Você se lembra? As ideias de cidadania, liberdade, igualdade, fraternidade. Um ideal de humanidade que se pautava pela abolição dos privilégios e pela defesa dos direitos de todos os homens. Não é por acaso que esse é o marco fundamental da Era Contemporânea; há a história do Ocidente antes da Revolução Francesa e depois da Revolução Francesa.

Mas a Revolução, sozinha, durou somente dez anos. Em 1799, Napoleão tomou o poder, e o projeto de civilização dos revolucionários foi redesenhado, realinhado de modo a servir aos interesses de algumas parcelas específicas da população. Curiosamente, essa descrição não serve apenas para o início do Império Napoleônico, mas para todos os grandes movimentos políticos da primeira metade do século XIX. O Congresso de Viena e a resposta conservadora de 1815 foram uma tentativa de resgatar uma Europa anterior à Revolução, freando a onda de transformação das três décadas anteriores. A Revolução de 1830, por sua vez, foi o resgate do ideal revolucionário contra o conservadorismo da Restauração, tendo como resultado o favorecimento da burguesia francesa por um "rei burguês". Em 1848, chegamos a um novo momento dos movimentos políticos populares: os socialistas e comunistas garantiram uma identidade clara a alguns dos setores mais radicais dos revolucionários, ao passo que outros grupos de ideologia progressista (liberais e nacionalistas) promoveram suas pautas em meio à multidão de revoluções que, simultaneamente, tomaram a Europa de assalto.

A primeira metade do século XIX é marcada pela reavaliação do legado da Revolução e pela sua constante ressignificação. Já defendemos isso antes, mas não custa repetir. Ainda mais por ser o tema desta unidade, uma das decorrências diretas da Revolução: a ideia contemporânea de nação.

Você deve estar um pouco confuso. Uma ideia contemporânea de nação, posterior à Revolução? Mas nós falávamos de reis franceses anteriores ao século XVI, de fronteiras definidas antes mesmo disso, de costumes e tradições que remetem a séculos no passado desses povos. Como explicar a emergência das nações e dos nacionalismos como um fenômeno contemporâneo?

Tocamos rapidamente nesses pontos em momentos anteriores

do texto. Talvez você se lembre de algumas pinceladas sobre a ideia de povo, quanto tratamos da Revolução Francesa, ou da inovação fundamental do exército nacional, quando falamos de Napoleão, ou mesmo do redesenhar do mapa europeu, no Congresso de Viena. Um ponto importante, mas que deixamos de lado até agora, é que a nacionalidade não era, até meados do século XIX, um princípio definidor da vinculação de uma pessoa a um território ou a um organismo político. Soa estranho? Provavelmente, sim, já que é algo radicalmente distinto daquilo que vivenciamos hoje. Mas vamos com calma.

Segundo os influentes estudiosos do tema, como Eric Hobsbawm (em , **Nações e Nacionalismos desde 1780**, 1984) e Benedict Anderson (em **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**, 2008), o sentimento de pertencimento a uma nação teve origem nesse período, como desdobramento de mudanças de ordem política, econômica e social. Antes do século XIX, os homens não se viam, na Europa, como pertencentes a essa ou aquela nacionalidade. Isso quer dizer que não havia nacionalidades como a francesa, a alemã, a italiana, espanhol ou dinamarquesa? Sim e não. Começemos pelo “não”: **não havia o pertencimento a essas nacionalidades pela ausência de instituições aglutinadoras que identificassem os sujeitos como pertencentes a elas.** Essas pessoas não aprendiam na escola (lembrando: nem mesmo frequentavam a escola) que eram espanhóis, franceses ou poloneses; não havia uma bandeira comum, ou um hino; e também não havia uma força **nacional** de defesa dessa nacionalidade, composta somente por indivíduos identificados com aquele princípio. O que havia, então, no lugar disso? Uma série de fronteiras e de limites políticos e culturais entre diferentes domínios. No caso dos “franceses”, uma formação política comum, de longa duração, garantia base sólida para reivindicações de caráter nacionalista. A França, entendida não como nação, mas como o “reino dos francos” (povo que ocupava aquelas terras, no tempo dos romanos), tinha um formato similar há séculos, reforçado pela administração dos Reis Bourbon. Coisa similar poderia ser observada, talvez, em Portugal, pelas pequenas dimensões do país, mas mesmo outros casos que apresentavam limite territorial similarmente longo (como Espanha e Inglaterra) foram rasgados por diferenças étnicas, linguísticas e culturais (como a existência do País Basco e da Catalunha, na Espanha, e a convivência peculiar entre

galeses, escoceses e ingleses, no Reino Unido).

Mas e quanto ao que identificava esses “povos” como tais? Como explicar a proximidade entre diferentes grupos, na Europa pré-XIX? Por uma série de fatores, como traços étnicos comuns, a língua, um conjunto de crenças... por isso, respondemos à pergunta central do parágrafo anterior de forma ao mesmo tempo positiva e negativa — **ainda que houvesse um referencial cultural e ideológico comum entre alguns grupos, na Europa, esse referencial não é nada que se assemelhe, mesmo remotamente, à importância da nacionalidade na vida política contemporânea.** E agora você deve estar se perguntando: por que não?

Essa pergunta (e a resposta a ela) é a chave para a compreensão não só dos acontecimentos explorados nesta seção e nas duas seções seguintes, mas também para muitos dos principais episódios do século XX. Pode parecer uma besteira sem tamanho falar que um século sucede ao outro, mas pare e pense — quais os fenômenos definidores do século XX? Qual sua linha mestra, seu traço principal? O século XX foi marcado por duas Grandes Guerras, em que as principais potências políticas e econômicas do mundo se envolveram em um conflito generalizado, de escala nunca antes imaginada. Disputas territoriais rasgam ainda hoje o mapa mundi, e nenhum — repito, nenhum — continente está livre delas. Há conflitos por fronteiras na Europa, na Ásia, nas Américas, na África... e o que motiva esses conflitos? O que garantiu que milhões de homens dessem suas vidas no campo de batalha, em 1914 e 1939? Qual o princípio fundamental das quase infinitas guerras travadas após 1945, em que vizinhos disputavam pedaços esquilidos do globo para cravar sobre eles suas bandeiras? **As nações, os nacionalismos, as nacionalidades.**

Agora, as coisas começam a ficar mais claras. Podemos ver o que havia antes da invenção contemporânea das nações e temos uma memória, ainda que vaga, do que houve **depois** da sua generalização. Resta entender justamente como, quando, onde e por que o nacionalismo contemporâneo toma a forma que tomou.

O Rei é Morto! Vida Longa à Nação!

Como muitas mudanças fundamentais desse período, a noção contemporânea de nação tomou forma na França, em meio às barricadas e guilhotinas da Revolução Francesa. A indagação

fundamental na origem desse fenômeno foi bastante simples: a quem servem os homens, exterminados seus reis?

Uma das primeiras questões com as quais os revolucionários deviam lidar, após a supressão da monarquia, foi justamente essa. Antes de 1789, os homens eram vistos como tementes a Deus e ao Rei, as duas grandes autoridades (religiosa e política) que determinavam o rumo de suas vidas. De forma similar, ambos tinham poder irrestrito sobre seus súditos e poderiam dispor deles como julgassem conveniente. A desobediência seria punida, em muitos dos casos, com a morte. Mas o fim do século XVIII assistiu a golpes decisivos contra a autoridade dessas duas figuras — o rei foi decapitado, e a religião deixou gradualmente de ser a principal explicação da vida dos homens. Logo, foi preciso que esse vazio de poder fosse preenchido por algo, ou o radicalismo das massas as levaria a consumir a tudo e a todos. **Assim, a nação emerge como um princípio de autoridade: é à Grande Nação Francesa e ao sonho iluminista de igualdade, liberdade e fraternidade que os revolucionários devem lealdade. Em contrapartida, eles são agora os “enfants de la Patrie” da Marselhesa, os “filhos da Pátria” que têm por missão defender a Revolução e suas conquistas.**

Um ponto fundamental é justamente da defesa da Revolução. Defender contra quem? Contra as forças contrarrevolucionárias da Europa, como exploramos anteriormente. Em um continente ainda marcado pelo absolutismo, uma república ocupando a principal extensão territorial da Europa Ocidental era uma ameaça terrível. **Logo, a nação se identifica, de pronto, com a defesa da soberania dos franceses: a luta nacional é uma luta pela autodeterminação, pelo direito dos franceses de conduzirem sua vida sem a ingerência de outros povos, ou outros reis.**

Por fim, a nação foi fundamental no estabelecimento de uma noção de pertencimento e igualdade entre seus membros. **Toda nação é entendida a partir da vinculação a uma dada identidade nacional, e no caso da França essa identidade era também uma identidade revolucionária.** Ser francês, a partir desse momento, era partilhar da herança de um povo que se rebelou contra seus reis quando se viu injustiçado, que teve a coragem de oferecer seus filhos e filhas às fileiras da Revolução e do Exército Revolucionário na defesa dos ideais de um novo mundo. Há a identificação com uma imagem positiva de nacionalidade, e o pertencimento a essa nacionalidade passou a

ser uma força política importante na mobilização de contingentes armados. Foi por isso que os revolucionários se dirigiram-se ao povo não como “homens” ou “insurrectos”, mas como *cidadãos* ou *franceses*.

A Grande Nação Francesa como ideia era uma coisa bonita de se imaginar. Foi a inspiração para a literatura revolucionária desse período, um sopro transformador que atravessou e contagiou a Europa, abalando profundamente as estruturas de poder previamente existentes. Foi, também, a fraternidade representada em “A Liberdade Guiando o Povo”, de Delacroix, que mencionamos na unidade anterior, a luta por um mundo melhor por alguns dos personagens principais de **Os Miseráveis**. A nação era o futuro, e um futuro promissor e libertador.

Mas será que essa nação era tão promissora assim para todos os seus membros? Ou será que a França recompensou alguns franceses mais do que outros? A experiência francesa nos dá não só o exemplo original do nacionalismo contemporâneo, mas também o caso histórico original — e é esse caso que devemos analisar. Após o intervalo entre 1789 e 1799, a República foi submetida à vontade política de Napoleão Bonaparte, que consolidou algumas das conquistas da Revolução e se valeu da comoção popular para lançar uma campanha militar sem precedentes. Seu exército era fiel à nação francesa, mas agora essa nação não lutava mais pelo direito dos povos à sua autodeterminação e pelo fim da realeza, mas pela expansão das fronteiras do Império. Em 1830, a Revolução de Julho procurou resgatar o espírito da Grande Nação para interromper o autoritarismo de Carlos X. Foi bem-sucedida ao coroar um novo rei, um “rei burguês”, que promoveu o resgate do ideário nacionalista francês a serviço da burguesia. 1848 resultou em algo similar — após a movimentação popular, assumiu o poder Luís Bonaparte, um político autoritário, identificado com a burguesia e com seu projeto político e econômico. Mais uma vez, o imaginário nacional foi mobilizado extensivamente.

O que fica claro, no estudo da trajetória francesa, é que a nação foi um fenômeno fundamental para a compreensão do mundo contemporâneo, mas entendê-la como um agente dessa transformação seria um grande erro. A nação era fruto da transformação, e resultado da articulação de um conjunto de interesses específicos. Se você supôs que a burguesia foi a principal parcela da

sociedade beneficiada pela generalização do nacionalismo após 1848, acertou. **A soberania das nações serve às disputas da burguesia nacional por mercados e territórios, e por garantias à proteção da indústria e das finanças nacionais; a autoridade é fundamental para que as massas revoltosas conduzam suas revoluções contra os reis e impérios, mas nunca contra a burguesia e as instituições de uma dada nação; e a identidade garante que trabalhadores franceses, ingleses e alemães se vejam primeiro como franceses, ingleses e alemães, e concentrem-se nas rivalidades nacionais entre eles, antes que compreendam seu papel na contemporaneidade como trabalhadores e suas disputas com a burguesia.**



Refleta

Você já observou, em algum momento, a mobilização de causas "nacionalistas" por políticos profissionais? Qual o formato usual desses discursos? O que eles defendem?

É possível observar, nos dias de hoje, movimentos nacionalistas em diversos países da Europa, mas nem sempre esses movimentos adotam posições progressistas. Muitas vezes, seu discurso mascara interesses econômicos específicos, concentrando-se na oposição a um grupo étnico em situação desfavorável, caracterizado como "culpado" pelas dificuldades enfrentadas pelo país. Quais as consequências dessa caracterização? Como isso se relaciona com as nacionalidades no século XIX?

Nações, nacionalismos e liberalismo

A nação despontou como realidade política entre 1789 e 1848. A Revolução Francesa foi seu marco originário; a Primavera dos Povos, a ascensão definitiva. Depois de 1848, não houve mais política doméstica ou internacional que não levasse em conta a nacionalidade, e a Europa passou por uma longa onda de Revoluções Nacionais. Estudaremos os dois processos mais importantes de unificação nacional do período — Itália e Alemanha — nas seções seguintes. Antes disso, dispenderemos as próximas páginas em outra tarefa: a discussão da compreensão da nação como conceito e sua importância na compreensão da realidade contemporânea.

Três figuras se destacam, ainda no século XIX, por apresentar interessantes definições de nação: o acadêmico Ernest Renan, o conservador britânico Lord Acton e o economista alemão Friedrich

List.

Renan é conhecido por seu clássico ensaio político sobre a origem e a definição das nações modernas, "O que é uma nação", de 1882. Em seus argumentos, Renan explorou os fatores que poderiam unir um povo em torno de um ideal comum. Dedicou especial atenção à raça, à língua, à religião, à conjunção de interesses materiais e às fronteiras naturais, compreendendo-os como forças que poderiam contribuir para a conformação da unidade de um povo ou nação. Sua avaliação, no entanto, é que nenhum desses elementos, por si só, configura uma nação. Para esse autor, "uma nação é uma alma, um princípio espiritual [...] como o indivíduo, é o resultado de um longo processo de esforços, de sacrifícios e de devotamentos" (RENAN, 1882, p. 18). Renan vê as nações como uma espécie de "consciência moral" dos povos, um princípio legítimo e positivo.

Lord Acton, por outro lado, vê nas nações pouco mais que um princípio desagregador da força política de impérios e reinos estabelecidos; uma "ideologia da desordem", desagregadora da ordem duramente conquistada pelo conserto político do Congresso de Viena, similar ao socialismo, ao qual também tece duras críticas. Em **Nacionalidade**, de 1862, teceu considerações sobre a associação entre Estado e Nação, afirmando a importância da dissociação dos dois corpos políticos. Para Acton, Estados supranacionais, que reúnam em si múltiplas nacionalidades, corresponderiam ao governo liberal ideal. Em seu entendimento, "a teoria da nacionalidade é um passo retrógrado na história" (ACTON, 2000, p. 42), por proporcionar às forças políticas a ilusão de um governo que representaria plenamente o povo, que fosse, em teoria, "idêntico" a ele.

List, nascido em Baden-Württemberg, adota uma postura um pouco mais pragmática quanto à nacionalidade e à ideia de nação. Para List, a defesa das nações é importante não pela sua "alma" ou pela herança cultural de um dado povo, mas pela sua importância na construção e execução de um **projeto de desenvolvimento econômico. Seu Sistema Nacional de Economia Política** (1841) toma a existência dessas nações como dada, resultante de um agregado de língua, costumes, história e instituições. Mais importantes do que sua (relativamente superficial) investigação sobre a origem das nações são suas considerações sobre seu *futuro*, ou sobre as potencialidades econômicas das nações. List inaugurou o nacionalismo econômico e o protecionismo contemporâneo ao opor-se aos princípios liberais então defendidos pela grande maioria dos economistas, afirmando que a nação (e não o mercado) é a entidade econômica fundamental

e que o desenvolvimento econômico passa, necessariamente, por estratégias nacionais: a proteção à indústria local, a criação de impostos de importação e o investimento em infraestrutura.



Pesquise mais

Friedrich List é uma referência importante para a reflexão em economia no século XIX, e sua oposição ao liberalismo econômico inspirou uma longa tradição de reflexão crítica em economia. Dentre seus vários "discípulos", desperta especial interesse o coreano Ha-Joon Chang, autor de **Chutando a Escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Chang elabora uma instigante síntese das estratégias de desenvolvimento econômico a partir das contribuições e do posicionamento de List, tornando-se um dos principais economistas contemporâneos na oposição ao neoliberalismo. Seu trabalho promove uma interessante ponte entre a história da reflexão sobre nacionalismo e sua importância na contemporaneidade.

O que podemos extrair dessa breve leitura da "primeira geração" de estudiosos da nação e do nacionalismo? Escrevendo ainda no século XIX, Renan, Acton e List eram tanto observadores do fenômeno quanto participantes dele, e representam diferentes correntes na disputa em torno da noção de nacionalidade. Renan incorpora, em sua análise, o ideal romântico que inspirava muitos dos nacionalistas; a ideia de uma alma nacional que precisa ser resgatada e defendida como fundamento moral do desenvolvimento de um povo. Acton representa a oposição de liberais econômicos e conservadores aos movimentos de independência e às rebeliões nacionais de meados do XIX em diante, acusando o excessivo "idealismo" da teoria da nacionalidade. List, por outro lado, se assume desde sempre agente interessado na unificação nacional alemã e defende a importância da nação como único desafio possível à hegemonia britânica.

Desde então, não houve grande nome das Ciências Sociais, até meados do século XX, que não se ocupasse dessa questão. Muitos dos herdeiros intelectuais de Marx se ocuparam do problema, e há entre os marxistas extenso debate sobre os rumos da chamada "questão nacional". List é referência fundamental para os teóricos do

desenvolvimento econômico, no século XX, e os economistas Raul Prebisch e Celso Furtado apresentaram contribuições importantes à temática do desenvolvimento nacional e à dicotomia entre nação e mercado. Mas, dentre as análises contemporâneas da emergência das nações e dos nacionalismos na contemporaneidade, poucas têm o vigor ou a consistência da realizada por Eric Hobsbawm em “Nações e Nacionalismo desde 1780”. Publicado em 1990, o ensaio permanece como a principal referência dos estudos sobre nacionalismo, e propõe respostas instigantes às indagações que levantamos ao longo desta seção.



Pesquise mais

A tese de Eric Hobsbawm é talvez o tratamento mais difundido sobre o problema das nacionalidades pós-1848, mas não é o único. Há um vasto conjunto de autores que se debruçaram sobre esse tema, e muitos deles continuam escrevendo sobre conflitos nacionais e os dilemas da noção contemporânea de nacionalidade.

Nesse sentido, recomendamos a leitura de **Um Mapa da Questão Nacional**, coletânea organizada por Gopal Balakrishnan e que reúne ensaios tanto de referências históricas no tema (como o texto de Lord Acton que mencionamos) quanto de intérpretes contemporâneos. Entre eles, recomendamos especialmente **O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe**, de Ernest Gellner, que serve de base para a interpretação de Hobsbawm

Em **Nações e Nacionalismo desde 1780**, Eric Hobsbawm apresenta uma fórmula peculiar para a compreensão desse fenômeno: “As nações não formam o Estado e os nacionalismos, mas sim o oposto” (HOBSBAWM, 1998, p. 19). Para o historiador britânico, o problema fundamental do estabelecimento de critérios como língua, etnicidade ou cultura é sua mutabilidade, ou a ambiguidade da definição; por vezes, definiram-se nações independentemente da língua, ou independentemente da etnia, ou da cultura de um povo. **No lugar dos princípios estabelecidos como fundadores da nação, Hobsbawm propõe que a nação só pode ser reconhecida a posteriori: ela não existe, como tal, espontaneamente, mas é criada a partir de um dado momento na história.**

Nesse sentido, as nações são explicadas como **fenômenos duais**: construídas pelo alto, mas compreendidas ou analisadas de baixo.

Em outras palavras, o projeto de nação partiria da burguesia e das camadas capazes de influenciar os processos de unificação nacional ou as revoluções nacionalistas, mas esse projeto só seria viabilizado com a adesão das massas ao ideário nacionalista.

Essa dualidade só é explicável a partir de outro processo analisado por Hobsbawm: o movimento de invenção de tradições por agentes interessados. Por meio das instituições nacionais (escola, exército, imprensa), criou-se um conjunto de mitos em torno da história de um dado povo, compreendido, a partir de então, como uma nacionalidade uniforme. Suprimem-se as fissuras, as divisões, e afirma-se a história daquela nacionalidade (decorrente de um projeto político e econômico) como história oficial.



Assimile

Nesta seção, procuramos demonstrar (1) a importância da nacionalidade na política pós-1789, (2) uma breve história do fenômeno e (3) de sua definição. Nesse sentido, aderimos à leitura de Hobsbawm, popularizada em **Nações e Nacionalismo desde 1780**: a nação é uma **construção a posteriori** (i.e., não um fato preexistente da vida política) e surge da configuração de forças presentes no século XIX. Também deve ser compreendida como um **fenômeno dual**, por ser orquestrada pelas camadas superiores da sociedade e absorvida pelas camadas populares. Assim, a nação é um projeto burguês acolhido pela imaginação e pelos costumes da população como um todo.

Sem medo de errar

Você consegue refletir sobre as perguntas que fizemos no começo da seção, agora? Geralmente, o “ser brasileiro” é associado à criatividade, à descontração, ao ânimo e à atitude positiva frente às dificuldades da vida, mas também à preguiça e à leniência. Há estereótipos comuns, também, para outros povos: é por isso que falamos em pontualidade britânica ou educação francesa. No imaginário popular, italianos são expansivos e agitados, alemães são metódicos, japoneses são contidos e sistemáticos, e assim por diante. Mas, como exploramos na seção, esses estereótipos são construídos historicamente. Pense comigo: quantos brasileiros trabalhadores e honestos você conhece? Vários, eu imagino. O mesmo valeria para cada um dos outros clichês que expusemos acima.

Essa "imagem" de um povo, de um conjunto de valores e traços comuns, é o principal resultado da construção dos mitos nacionais no século XIX. Como pudemos demonstrar, a nação é uma construção social decorrente das formas políticas do século XIX, resultado tanto dos avanços do liberalismo político (i.e., a ideia de cidadania e os valores revolucionários) quanto da reação ao liberalismo econômico (pela defesa dos interesses econômicos locais e do desenvolvimento nacional).

A Primavera dos Povos representa o resultado de décadas de reflexão e organização política em torno da ideia de nação. Movimentos críticos do conservadorismo e das monarquias fortalecidas com o Congresso de Viena progressivamente ganharam força, e suas reivindicações tomaram forma num momento de crise econômica e política. Assim, o nacionalismo moderno deve ser entendido como resposta às pressões do Congresso de Viena e como herdeiro da "Grande Nação" francesa e dos ideais da Revolução.

Faça valer a pena

1. "As nações existem não apenas como funções de um tipo particular de Estado territorial ou da aspiração em assim se estabelecer — amplamente falando, o Estado-cidadão da Revolução Francesa, como também no contexto de um estágio particular de desenvolvimento econômico e tecnológico. A maioria dos estudiosos, hoje, concordaria que línguas padronizadas nacionais, faladas ou escritas, não podem emergir nessa forma antes da imprensa e da alfabetização em massa e, portanto, da escolarização em massa. [...] As nações e seus fenômenos associados devem, portanto, ser analisados em termos das condições econômicas, administrativas, técnicas, políticas e outras exigências" (HOBBSAWM, 1990, p. 19).

Escolha a alternativa que melhor sintetiza a passagem acima:

- a) O autor vê a nação como a "alma de um povo", uma espécie de "consciência moral" a guiá-la pela história.
- b) O autor vê a nação como algo desimportante, um fenômeno secundário.
- c) A nação é vista como decorrência da língua, da etnia e da história comum de um povo.
- d) A leitura do autor é alinhada com a ideologia conservadora, que via as revoluções nacionais como algo a ser combatido.

e) O autor entende as nações como decorrência da forma assumida pelo Estado num dado momento histórico, e não o inverso.

2. Ainda que 1848 seja o grande momento do nacionalismo e dos movimentos por autonomia nacional, a causa nacionalista tem sua origem em um momento prévio da história dos séculos XVIII e XIX. Uma revolução, em especial, garantiu ao Ocidente o exemplo, o modelo e o referencial ideológico para os movimentos nacionalistas da segunda metade do século.

Na passagem acima, a revolução mencionada como referência para os movimentos nacionalistas é a:

- a) Revolução Francesa;
- b) Revolução Liberal de 1830;
- c) Guerra de Independência Norte-Americana;
- d) Revolução dos Cravos;
- e) Restauração Bourbon.

3. Analise as afirmações a seguir:

I. Língua, etnia e cultura comuns são elementos indispensáveis para a formação de uma nação, sendo presentes e preexistentes na história de todas as grandes nações europeias.

II. O estudo das nações e do nacionalismo permanece incompleto, com poucos debates e pequeno volume de reflexão sobre o tema.

III. Hobsbawm denomina as nações como **fenômenos duais** por serem construídas pelo alto (i.e., pela burguesia), mas compreendidas ou analisadas de baixo (a partir do sentimento popular).

Quais das afirmações acima são VERDADEIRAS ou FALSAS, de acordo com as teses de Eric Hobsbawm sobre os nacionalismos modernos?

- a) V, V, F.
- b) V, F, V.
- c) V, F, F.
- d) F, F, V.
- e) F, V, V.

Seção 3.2

A unificação da Alemanha (1871)

Diálogo aberto

Vamos avançar um pouco no tempo. Muitos se lembram da participação alemã nas Grandes Guerras do século XX com algum pavor, mas também com espanto. Afinal, além da truculência de seus exércitos, é difícil não ficar espantado com a velocidade com que as tropas se moveram, sua organização e a força econômica de sua produção. Curiosamente, por muito tempo, a Alemanha não foi a potência que é hoje. A primeira razão é um fato curioso: até meados do século XIX, esse país não existia!

Indo além da ideia de uma Alemanha forte e unificada, você já ouviu falar das diferenças de suas regiões? Antes de sua unificação, o território alemão era dividido entre centenas de pequenas nações, cada qual com governo e tradições próprias. Enquanto estudamos esse processo, pense nas seguintes questões. Quais os mecanismos empregados na unificação dessa importante nação moderna? Quais grupos se beneficiaram desse movimento? Quais suas consequências para o cenário político e econômico contemporâneo? Como essa experiência inspirou outras nações?

No transcorrer desta seção, quais conteúdos proporcionarão responder às problemáticas levantadas acima?

Não pode faltar

Todos os homens

Ao longo das unidades e seções anteriores, concentramos nossa atenção sobre os desenvolvimentos políticos e econômicos de duas das grandes nações europeias e, a partir desses desenvolvimentos, sobre seus desdobramentos no restante do continente e do mundo. Isso faz sentido pela influência do Reino Unido e da França no mundo contemporâneo e pela importância das duas nações na formação das identidades políticas e econômicas da contemporaneidade. Não deixa de ser um referencial eurocêntrico, marcado pela primazia

histórica de análises calcadas na importância da Europa Ocidental, mas ainda é um referencial plenamente justificável: a Revolução Industrial Inglesa, a Revolução Francesa, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, o Código Civil, a Economia Política... todos esses referenciais partiram desses dois países e ajudaram a moldar a contemporaneidade.

Mas esse referencial se diversificou a partir de meados do século XIX. Antecipamos esse argumento na seção anterior; partindo da “experiência nacional” francesa, várias outras nações europeias afirmaram sua soberania pela secessão de territórios mais amplos (como os diversos conflitos por autonomia dentro das fronteiras do Império Austro-Húngaro) ou pela unificação de um conjunto de unidades políticas menores, unidas por traços e interesses comuns. Dentre esses muitos episódios, o caso da Alemanha é paradigmático, não só por sua importância geográfica (afinal, dá origem a um país com dimensões territoriais que rivalizam com as da França, no continente), mas por seu peso na história e no imaginário histórico desde então.

Exploraremos em breve a importância da unificação alemã. Mas, para que cheguemos à cadeia de eventos e à articulação de interesses que são responsáveis por esse fenômeno, é preciso que partamos de seus antecedentes. O que justificava, em meados do século XIX, a ideia de uma Alemanha unificada? Quais os nexos entre os diferentes principados que compunham seu território, antes da criação de um parlamento que os reunisse em uma só nação?

O nome “Alemanha” é indicativo da especificidade histórica desse território. Alemanha (ou o francês *Allemagne*, que serve de origem ao nome em português) é uma derivação do latim *alamans*, nome atribuído aos “alamanos”, uma das tribos bárbaras que habitavam a região nos tempos do Império Romano. Outros nomes possíveis, como o inglês *Germany*, também estão associados às tribos independentes (os germanos, nesse caso). Mas *alamans* é um nome interessante por ser uma corruptela de algo que, no alemão contemporâneo, se lê como *alle menschen* – **todos os homens. Logo, esse era o nome que as tribos bárbaras davam à sua união (todos os homens, todas as tribos) frente à união política do Império.** De forma similar, o nome *Deutschland* (usado, em alemão, para designar a Alemanha) é simplesmente “terra do povo” em uma derivação do germânico

antigo.

Você deve estar confuso com essa digressão linguística, mas ela serve a um propósito. A distinção nos nomes dados à Alemanha, desde a Antiguidade, é representativa das peculiaridades daquele território, marcado pela derrota do Império na Batalha da Floresta de Teutoburgo, em 9 d.C. Essa derrota foi fundamental por estabelecer o rio Reno como limite das fronteiras do Império Romano, pelos séculos seguintes, e determinar também o distanciamento entre as duas culturas – em uma margem, uma matriz romana, latina; na outra, uma matriz germânica. **A fronteira do rio Reno era mais do que uma barreira política; era uma fronteira linguística e cultural. De Teutoburgo em diante, o desenvolvimento das instituições nas margens opostas do Reno seguiria caminhos diferentes.**

Isso é importante para que entendamos a presença de formas históricas, políticas e econômicas peculiares no que um dia viria a ser a Alemanha.

Essa distância ajuda a compreender a emergência de fenômenos como a Reforma Protestante, ou a Liga Hanseática, e a permanência do Sacro Império Romano-Germânico, enquanto suas fronteiras ocidentais encolhiam e essa estrutura recuava na França e na Itália. **Os diferentes territórios que compõem a futura Alemanha são marcados por certa proximidade linguística, alguma identidade cultural e constante intercâmbio econômico, com presença de mecanismos duradouros de representação política e resolução de conflitos.**

Mas, como aprendemos ao discutir as teses de Eric Hobsbawm sobre o nacionalismo, língua, cultura e fronteiras comuns não são requisitos suficientes para a criação de uma identidade nacional. É preciso que esses laços sejam mobilizados por um conjunto de **interesses**, reunidos em torno de um **projeto** e, então, transformados na percepção do **imaginário popular** sobre aquela nação. Antes que houvesse uma Alemanha, era preciso que uma parcela expressiva das camadas superiores desse território abraçasse uma “ideia de Alemanha” que fosse vista como vantajosa.

O interesse econômico comum é um traço definidor das relações entre os diferentes reinos, principados e ducados germânicos, muito antes dos marcos institucionais da unificação. Mas a “Alemanha” começou a nascer em 1806, a partir de um acontecimento um tanto

inglório para os alemães: a derrota para as tropas napoleônicas na Batalha de Jena-Auerstedt. Jena e Auerstedt eram duas cidades de importância estratégica no interior da Prússia, então o principal dos reinos alemães, e a derrota marcou o fracasso dos nobres da região em conter as tropas do Império. A derrota foi importante por uma série de fatores. Em primeiro lugar, permitiu a Napoleão estabelecer uma **estrutura política e administrativa comum** na região: a Confederação do Reno, que reuniu uma multidão de pequenos países da região entre 1806 e 1813. Em segundo lugar, dá às elites prussianas a medida de sua desvantagem frente ao exército napoleônico, mais moderno e organizado, e às instituições políticas e econômicas francesas. A derrota foi essencial por garantir à Prússia **a percepção do atraso**, a compreensão da distância entre os reinos alemães e a França. Por fim, uma das testemunhas da batalha, então um jovem oficial do exército prussiano, iria se tornar figura fundamental no desenvolvimento posterior da Alemanha: falamos de Carl von Clausewitz, já mencionado em momentos anteriores, que sobreviveu à derrota e se tornou o grande cronista da revolução promovida por Napoleão Bonaparte nas instituições militares e o maior pensador sobre estratégia militar do mundo contemporâneo. A leitura de Clausewitz sobre a guerra e sua influência sobre a aristocracia prussiana foi fundamental para o desenvolvimento alemão, marcado, desde seu princípio, por forte **militarismo**.

Assim, os ingredientes da identidade nacional alemã poderiam ser mobilizados por uma elite articulada em torno de uma estrutura política e administrativa comum, a partir de clara percepção do atraso das instituições alemãs quando comparadas com o Ocidente, em um projeto profundamente militarista.

Os marcos institucionais da unificação: Confederação Alemã e Zollverein

A organização dos Estados alemães na **Confederação do Reno** ou **Liga Renana** por Napoleão foi fundamental ao fomentar a criação de instituições políticas comuns entre os diferentes membros. Apesar da ênfase constante na proximidade linguística e cultural dos principados germânicos, é importante lembrar que esse era um grupo bastante heterogêneo, e que essa proximidade não teria grande importância, não fosse a decisiva articulação das camadas dominantes. Afinal,

se não fosse essa primeira união política, é bem possível que as 37 diferentes entidades políticas reunidas na Liga permanecessem independentes.

Outro marco importante da unificação foi a revisão dessa estrutura com o Congresso de Viena (1815). Após a derrota final de Napoleão, as potências europeias promoveram a reorganização do mapa europeu e de suas fronteiras. Já estudamos esse movimento nas páginas anteriores. No caso alemão, isso é de extrema importância pela reformulação da Liga Renana em **Confederação Germânica**, uma associação política e econômica com 39 estados membros, liderada pelo Reino da Prússia e pelo Império Austríaco.

A Confederação era uma unidade complexa e serviu de arena para alguns dos conflitos que definiriam os rumos tomados pela Alemanha nas décadas seguintes. Um ponto central dessas disputas era a distribuição de votos entre os Estados-membros, definida a partir do tamanho e influência de cada Estado. Além do Império Austríaco e do Reino da Prússia, destacavam-se também Baviera, Saxônia, Wurtemberg, Hesse e Baden, outros Estados com voto na Confederação, e os Estados governados por soberanos estrangeiros (Holstein e Hanover), que permitiam aos reis da Dinamarca e do Reino Unido participar das votações. O formato original já nos ajuda a antecipar a rivalidade entre Áustria e Prússia nos anos seguintes: de um lado, o grande Império continental dos Habsburgo, defensor da fronteira com o Império Otomano e uma das principais forças da Restauração; de outro, a potência ascendente na figura da agressiva Prússia, comprimida entre austríacos, russos e franceses.

Um golpe decisivo contra o Império Austríaco foi o estabelecimento do Zollverein, em 1834, uma aliança aduaneira que visava à construção de uma zona de livre comércio entre os 39 Estados alemães. A proposta do Zollverein era facilitar o comércio entre os Estados membro, fortalecendo os laços econômicos na região e promovendo a industrialização da futura Alemanha pela facilidade no transporte de mercadorias e matérias-primas. Implementada a partir dos países do Norte (Prússia, Hanover, Baviera e Saxônia), a Zollverein foi construída fundamentalmente a partir dos interesses econômicos prussianos; como tal, deixava de fora da aliança aduaneira o Império Austríaco.

As consequências são o desenvolvimento industrial dos Estados participantes e sua vinculação a **um projeto político e econômico**

comum: como os interesses econômicos dos demais grandes Estados (eleitores na Confederação e representantes de parcelas expressivas do território alemão) agora estavam diretamente ligados à economia prussiana, a defesa dos interesses do Reino da Prússia tomava caráter quase hegemônico. Além da emergência de distritos industriais e centros urbanos em diversas regiões, ocorreu um expressivo crescimento da malha ferroviária (que vai de 2 mil a 11 mil km nos dez anos entre 1860 e 1870).

Otto von Bismarck, Helmut von Moltke e as campanhas militares da unificação

A partir da Zollverein, a influência prussiana sobre o restante da Confederação já era grande demais para ser negada. Conscientes de sua importância na construção de uma Alemanha forte e unida, a burguesia e a aristocracia prussiana se reuniam em torno de algumas figuras de renome, três homens responsáveis, em grande medida, pelo sucesso da unificação: **o Rei Guilherme I da Prússia, o Chanceler Otto von Bismarck e o Marechal Helmut von Moltke.** À sua maneira, cada um desses personagens ajudou a moldar a trajetória da unificação e sintetizou as aspirações das classes dominantes alemãs, no período.



Pesquise mais

A trajetória de modernização econômica alemã é geralmente referenciada pelo nome de **via prussiana**, isto é, a via de desenvolvimento empreendida pelos prussianos no rápido desenvolvimento da economia alemã, no período que estudamos. A definição da via prussiana é central por uma série de fatores. Em primeiro lugar, ela foi construída em contraste com outras vias de desenvolvimento, como o “espontâneo” industrialismo inglês, a “longa trajetória” francesa ou o peculiar desenvolvimento norte-americano. Todas **essas vias são importantes por garantirem as referências a partir das quais outras nações elaborariam estratégias próprias de desenvolvimento**, nos séculos XIX e XX; muitas economias periféricas procuravam se desenvolver tomando a via prussiana como caso bem-sucedido de rápida modernização. Acreditamos, no entanto, que a importância do termo se deve muito mais a um terceiro aspecto: **a definição paradigmática da trajetória de modernização conservadora, em que as forças produtivas de uma dada nação são transformadas radicalmente com o apoio de instituições e**

práticas políticas profundamente conservadoras.

O termo é cunhado por Lênin em um texto escrito em 1907 – *O programa agrário da Social-Democracia na primeira revolução russa de 1905-1907* (São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1980). Todos esses traços são apontados pelo autor, que (1) define a trajetória de modernização conservadora alemã a partir da estrutura da propriedade rural, (2) estabelece um contraste dessa trajetória com a norte-americana e (3) tece comentários sobre as diferentes propostas de modernização do meio rural russo então em debate.

Guilherme I foi precedido por seu irmão, Frederico Guilherme IV, que governou a Prússia entre 1840 e 1860. Seu irmão ganhou notoriedade ao constituir uma assembleia com participação popular ainda em 1847, em troca do apoio burguês na construção de uma ferrovia. Em um gesto controverso, Frederico Guilherme dissolveu essa mesma assembleia ao perceber que a grande maioria de seus participantes era liberal.

Guilherme apoiou seu irmão durante a repressão aos liberais em 1847 e 1848, assim como esboçou a defesa de um retorno ao absolutismo. Assumiu o trono (ainda como regente) em 1858, com o enlouquecimento de Frederico Guilherme e definitivamente, como monarca, em 1861. Seu reino foi marcado pela **forte tensão entre a monarquia e o parlamento**, que repetidamente se opunha às medidas propostas pela coroa. Essa oposição atingiu um clímax em 1862, com a recusa (pelos parlamentares) de uma elevação no orçamento militar, onerado pelo custo de uma série de reformas. A pressão era tanta que Guilherme cogitou resignar. Seu filho lhe apresentou outra possibilidade: nomear o *junker* Otto von Bismarck como primeiro-ministro na tentativa de conter a crise política. Assim, Bismarck se tornou o notório “chanceler de ferro”, lido por muitos como o grande articulador político da unificação alemã e de sua arrancada militar.

Mas o que vem a ser, exatamente, um *junker*? **Os junkers eram grandes proprietários de terra alemães no período, pertencentes à aristocracia.** De forma diversa da nobreza rural em outras partes do continente, os *junkers* se dedicavam diretamente à administração de suas terras. Como consequência, virtualmente inexistia na história alemã a figura do arrendatário de terras tão popular no Reino Unido; aqui, o campo passava por reformas radicalmente diversas daquelas empreendidas nas Ilhas Britânicas. **Assim, os junkers representavam**

uma elite preocupada com investimentos em infraestrutura e a racionalização de seus negócios, pautada por uma gestão economicamente moderna da terra, ao mesmo tempo que permanecia politicamente conservadora. Foram instrumentais na formação do Reino da Prússia e nos rumos tomados pela Alemanha nas décadas seguintes.

Otto von Bismarck era o *junker* quintessencial: um membro da aristocracia com uma **visão peculiar de modernidade, que aliava dinamismo econômico a conservadorismo político**. Sua participação no processo foi fundamental pelo apoio conseguido junto à Câmara dos Nobres, que reunia outros *junkers* de mentalidade similar, e pela percepção de que a unificação só seria conseguida pela força militar. Obviamente, sua concepção de potência era muito bem recebida também pelos militares.



Pesquise mais

Outros autores escreveram sobre a via prussiana e suas especificidades, enfatizando a associação entre dinamismo econômico e a brutalidade da política externa prussiana/alemã. Um texto peculiar é **Imperial Germany and the Industrial Revolution**, de Thorstein Veblen. Nele, o cientista social norte-americano contrasta as trajetórias inglesa e prussiana de desenvolvimento, assim como as formas políticas prevalentes em cada caso. Ainda que o livro de Veblen não tenha tradução para o português, outro trabalho diretamente inspirado por esse explora o tema de forma similar: trata-se de **Origens Sociais da Ditadura e da Democracia**, de Barrington Moore Jr. Escrevendo nos anos 1960, o sociólogo norte-americano procura estabelecer uma correlação entre vias de desenvolvimento e a presença de regimes autoritários ou democráticos nas grandes potências internacionais. Apesar de marcado pelo tempo em que o autor escreveu (o texto deve ser lido como fruto do contexto da Guerra Fria), suas teses são de grande valia na comparação de diferentes trajetórias de desenvolvimento político e econômico.

Entre esses, destacava-se a figura de Helmut von Moltke, influente marechal prussiano durante a unificação. Moltke contava com vasta experiência militar quando Bismarck assumiu a chancelaria, e sua habilidade tática e planejamento estratégico, aliados à força política do chanceler, garantiram o sucesso da Prússia nos campos de batalha. Uma de suas citações mais célebres reflete a abordagem peculiar que mantinha quanto à guerra: **“nenhum plano de batalha sobrevive ao contato com o inimigo”** (MOLTKE apud ROTHENBERG, 1986, p. 297-298). Moltke garantia que essa máxima se aplicasse não

só às suas tropas, como também às de seus adversários, recorrendo frequentemente a ardis e estratégias para surpreender os generais inimigos.

Em consonância com as ideologias e atitudes esposadas por Guilherme I, Bimarck e Moltke, a unificação alemã foi marcada pela modernização econômica aliada ao conservadorismo político, por seu caráter militarista, autoritário e centralizador. Essas características têm impacto decisivo na campanha de unificação, em que a Prússia se lançou contra aqueles que eram considerados os principais adversários de um projeto de Alemanha unificada.

Em 1863, a morte do rei dinamarquês Cristiano IX abriu espaço para uma crise de legitimidade nos ducados de Schleswig e Holstein, de população predominantemente germânica (que passou a reivindicar a sua independência). A Prússia respondeu ao chamado dessas populações e, aliando-se à Áustria, venceu rapidamente os exércitos dinamarqueses.



Exemplificando

Pode ser difícil imaginar como a Alemanha, uma nação em unificação com recursos aparentemente inferiores aos de alguns de seus adversários, conseguiu vitórias militares tão impressionantes. A resposta para essa indagação envolve três elementos: (1) os prussianos (e os alemães, após a unificação) se mostraram hábeis na aplicação de inovações da indústria bélica no campo de batalha, (2) demonstraram disposição para rever suas estratégias originais, adotando táticas inusitadas, fora dos padrões de atuação dos militares de outras nações, e (3) pensaram a infraestrutura de transportes e comunicação a partir de sua potencial utilização militar.

Assim, são os primeiros a empregar rifles de repetição em combate, permitindo até cinco disparos antes da pausa para recarga; moveram-se de forma peculiar em campo de batalha, surpreendendo seus adversários; e recorreram extensivamente a ferrovias e telégrafos para organizar a movimentação das tropas. Outras potências, que contavam com exércitos tradicionais, estabelecidos, não dispunham dessa flexibilidade, e muitas vezes ficavam sem reação frente aos avanços alemães.

Bismarck tinha clareza dos obstáculos impostos pelo Império Austríaco a uma Alemanha unificada, e começava, já na vitória contra os dinamarqueses, a provocar seus futuros adversários, ao retardar a entrega dos prêmios de guerra austríacos às tropas aliadas. A hostilidade

(ainda diplomática) entre as duas nações chegava a seu cume com as tentativas dos dois Estados em assumir a posição de representante da Confederação Alemã como um todo. Apesar do peso considerável dos austríacos, a Prússia estava bem preparada para o conflito; tão logo as divergências com a Áustria se tornaram insustentáveis, o representante prussiano em Florença assinou um acordo secreto com o recém formado governo italiano, estipulando os termos da defesa mútua em caso de uma guerra contra o Império Austríaco. Já no dia seguinte, foi apresentada uma proposta de constituição à assembleia da Confederação Alemã reunida em Frankfurt. Apesar da oposição de algumas forças pontuais à guerra declarada entre Prússia e Áustria, nenhum dos opositores dispunha de forças suficientes para impedir o conflito.

Para que a vitória fosse definitiva, era indispensável que fosse rápida. Caso contrário, os prussianos se arriscavam a enfrentar uma aliança entre austríacos e russos. E aqui o gênio militar de Von Moltke se mostrou indispensável. Usando as ferrovias alemãs para deslocar as tropas e os avanços na tecnologia militar das grandes empresas prussianas em campo de batalha, a superioridade sobre os austríacos foi garantida em poucas batalhas. Nascia a Confederação Germânica do Norte (1867), em que cada Estado mantinha ainda sua organização tradicional, enquanto eram dirigidos militar e financeiramente pelo Rei da Prússia e por seu Chanceler.

A unificação definitiva só viria na campanha militar seguinte, contra a França. Resultado das tensões entre a política externa de Bismarck e a de Napoleão III (que não aceitava passivamente o crescimento da influência prussiana na Confederação Alemã), a guerra foi iniciada a partir de um dilema sucessório na Espanha, em 1870. Um dos possíveis herdeiros ao trono era Leopoldo Hohenzollern, parente do rei da Prússia. Napoleão III obviamente não reagiu bem à reivindicação, exigindo a retirada da candidatura de Leopoldo e a promessa, por Guilherme I, de que nenhum príncipe germânico assumiria o trono espanhol. Numa jogada ardisosa, Bismarck modificou um telegrama escrito por Guilherme I, destinado a Napoleão III, de forma a fazer com que a mensagem parecesse um insulto ao povo francês; publicado por jornais alemães, o texto moveu a opinião popular francesa no sentido da guerra.

Uma vez declarada a guerra, a vitória alemã foi fulminante.

Recorrendo mais uma vez à infraestrutura (ferrovias) e à superioridade numérica e tecnológica (canhões, artilharia, rifles), o exército alemão, liderado pelos prussianos, conquistou a vitória em janeiro de 1871. Foram impostas pesadas multas e indenizações à França (especialmente às regiões da Alsácia e da Lorena, dotadas de riqueza mineral), além da humilhação da proclamação do Império Alemão e da coroação do Kaiser Guilherme I, seu primeiro Imperador, no Salão dos Espelhos do Palácio de Versalhes.



Refleta

É difícil não ficar impressionado com a trajetória alemã. Partindo do Reino da Prússia, derrotado em 1806 e inferior em números, recursos e contingente militar às outras potências do período, emerge uma das principais (talvez a principal) força política e econômica do fim do século XIX e início do século XX. Raramente, a história nos possibilita a observação de um sucesso tão estrondoso.

Mas é preciso analisar essa trajetória não só pelo “sucesso” militar, político e econômico dos alemães, mas por seus desdobramentos culturais e institucionais. Quais as consequências do militarismo mobilizado para a unificação? Como se estrutura uma nação que nasce marcada por elevado conservadorismo, em que a voz do chanceler tem peso de lei? Qual o impacto dessa via de desenvolvimento sobre as instituições políticas alemãs e sobre a política internacional nas décadas seguintes?

O desenvolvimento da Alemanha não pode carregar toda a culpa pelas duas Grandes Guerras da primeira metade do século XX, mas certamente tem importância decisiva na escala assumida por esses conflitos. Adicionalmente, o belicismo e a agressividade da política externa alemã movem as outras potências no mesmo sentido; a disputa constante por territórios, a ameaça de invasão... A via prussiana desempenha papel central no desmantelamento da paz garantida em Viena, em 1815.

Não pode faltar

Como procuramos explorar no começo desta seção, a Alemanha foi dividida em uma série de pequenas unidades, cada qual com história e tradições próprias. Em diferentes momentos, nos últimos 5 séculos, o número de pequenos Estados, reinos e principados variou entre 30 e 40 “nações” independentes. A unificação foi necessária tanto pela mudança na ordem internacional (após 1815, a Europa passou a ser dividida entre grandes nações, e as múltiplas unidades da Confederação

Germânica conviviam com o desconfortável risco de invasão) quanto pelos anseios dos *junkers*, a peculiar aristocracia prussiana. Movidos por interesses econômicos e políticos (diferentemente da aristocracia francesa ou inglesa, os *junkers* administravam as suas propriedades e tinham atuação orientada para o lucro), esses “nobres industrialistas” promoveram um surpreendente processo de unificação. Como reforçamos na seção, essa unificação foi marcada por seu caráter profundamente **conservador** e pelo constante **belicismo**, com a adoção de uma série de “inimigos comuns” (Dinamarca, Áustria e França) como suportes para a defesa dos ideais prussianos enquanto ideais comuns de todos os alemães. A experiência alemã foi fundamental por levar o jogo político internacional a um novo nível: se antes a Confederação Germânica temia as possíveis incursões das grandes potências europeias (principalmente a partir da experiência em Jena, em 1806), agora o mundo ocidental temia a fome de poder de uma nação que, em menos de uma década, havia empreendido campanhas militares bem-sucedidas contra duas das principais forças políticas do continente enquanto promovia sua unificação.

Faça valer a pena

1. Analise cuidadosamente os eventos elencados abaixo:

- A. Guerra contra a França;
- B. Proclamação do Império Alemão;
- C. Guerra contra a Áustria;
- D. Nomeação do chanceler Otto von Bismarck;
- E. Guerra contra a Dinamarca.

A trajetória de unificação alemã foi marcada por uma série de conflitos políticos e militares. Assinale a alternativa que ordena corretamente os acontecimentos elencados acima:

- a) A-B-D-E-C.
- b) C-A-D-B-E.
- c) B-D-C-E-A.
- d) D-E-C-A-B.
- e) D-B-E-A-C.

2. “O termo modernização conservadora foi cunhado primeiramente por Moore Junior (1975) para analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais. Neste sentido, o eixo central do processo desencadeado pela modernização conservadora é entender como o pacto político tecido entre as elites dominantes condicionou o desenvolvimento capitalista nestes países, conduzindo-os para regimes políticos autocráticos e totalitários.

Deste modo, as revoluções burguesas na Alemanha e no Japão não seguiram a versão clássica, como no caso da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos, pois foram revoluções burguesas parciais, visto que não destruíram efetivamente as estruturas sociais, políticas e econômicas do antigo regime. Assim, o pacto político orquestrado no interior do Estado nacional alemão e japonês aprofundou os laços políticos entre os terratenentes e a burguesia, excluindo os proletariados e os camponeses do direito pleno à democracia e à cidadania” (PIRES, 2009, p. 412).

Na Alemanha, uma camada social em especial foi responsável por garantir o caráter conservador da unificação política e da modernização econômica. Trata-se dos:

- a) Camponeses.
- b) Pequeno-burgueses.
- c) Industriais.
- d) Financistas.
- e) Junkers.

3. “O principal motivo da (1)_____ foi desenvolvimento econômico e social dos Estados germânicos, especialmente o da (2)_____. A (3)_____, que impedira a unificação alemã tentada pela Prússia em 1850, não conseguiu impedir o desenvolvimento econômico dos seus Estados, alcançado graças ao (4)_____ — liga aduaneira dos Estados germânicos adotada em 1834” (ARRUDA, 2004. p. 238).

Assinale a alternativa que preenche corretamente às lacunas da passagem abaixo:

- a) (1) unificação italiana; (2) Áustria; (3) Prússia; (4) Chanceler Otto von Bismarck;

- b) (1) unificação alemã; (2) Prússia; (3) Áustria; (4) Zollverein;
- c) (1) Confederação do Reno; (2) Áustria; (3) Prússia; (4) socialismo;
- d) (1) unificação alemã; (2) Prússia; (3) Áustria; (4) Chanceler Otto von Bismarck;
- e) (1) Primavera dos Povos; (2) Áustria; (3) Prússia; (4) Zollverein.

Seção 3.3

A unificação da Itália (1870)

Diálogo aberto

O que você conhece da cultura italiana? Aqui no Brasil, vivemos todos os dias com a herança deixada por milhões de imigrantes vindos desse país. É muito difícil encontrar alguém que não conheça nada da sua culinária, não tenha um sabor favorito de pizza, ou não conheça algumas palavras nesse idioma, popularizadas pelas telenovelas. Você já deve ter percebido que a Itália é um país plural, com um conjunto de regiões de história e tradições milenares. Cada região possui diferenças marcantes frente às outras, presentes não só no preparo dos alimentos como na língua e nos costumes. Em Nápoles, é comum ouvir palavras em napolitano; o mesmo vale para a Sicília, para Úmbria, ou para outras regiões. Como esses traços culturais podem ter dificultado sua unificação? Quais tensões emergem das diferenças entre diferentes regiões, nesse processo? Qual o papel da monarquia e da Igreja católica na unificação italiana? Quais as principais diferenças entre esse processo e o caso alemão?

Imagine que você, como professor de História, pede aos alunos que estudem a história da relação entre Itália e Brasil – mas, para isso, é preciso que eles explorem a origem de cada país. Como eles deveriam explorar a formação da Itália, e a importância desse processo para o mundo contemporâneo? Qual é o melhor roteiro de pesquisa, seja bibliográfico ou estudo de caso, para a obtenção de um bom resultado?

Não pode faltar

A Alemanha não foi a única das nações europeias a promover um processo de unificação, nesse período. Outro caso, marcado por uma série de especificidades, foi a unificação italiana, que ocorreu quase simultaneamente ao processo alemão. Na Itália, no entanto, as circunstâncias foram muito diferentes.

Se você se lembra bem do caso alemão, ele foi marcado, desde seu princípio, pelas tensões entre as duas principais potências

políticas e econômicas da Confederação Germânica: Áustria e Prússia. Progressivamente, os prussianos assumiram a liderança de um conjunto de Estados menores no Norte da Alemanha e se valeram de vantagens estratégicas no progressivo desmantelamento da influência austríaca sobre os demais reinos confederados.

O caso italiano diverge do alemão já nesse primeiro ponto – **há outro tipo de institucionalidade política regendo as relações entre as frações do que viria a ser a Itália**. Pode parecer uma diferença sutil, mas suas consequências são fundamentais para que entendamos esse processo. Em primeiro lugar, as diferentes regiões italianas apresentavam notáveis distinções políticas, econômicas e culturais. Os piemonteses estavam acostumados a um padrão de vida próximo daquele experimentado no centro da Europa, e contavam com centros industriais e financeiros muito mais desenvolvidos do que os de outras regiões da península. A Toscana permanecia um espaço de grande importância por sua produção agrícola, mas alheio à modernização industrial. Nápoles e Sicília, por outro lado, eram caracterizados por diferenças ainda mais marcantes: seus habitantes se comunicavam predominantemente por dialetos regionais, a economia dessas regiões permanecia vinculada a um extrativismo quase medieval e séculos de separação política garantiam a existência de uma “cultura política” muito distinta daquela observada no Norte.

Também havia diferenças similares no caso alemão, mas não na mesma profundidade. Adicionalmente, uma grande dificuldade, na Itália, é outra decorrência dessas diferenças: **a presença de vários poderes regionais com fartas condições de disputar a primazia no processo de unificação**. Enquanto na Alemanha a disputa era, principalmente, entre prussianos e austríacos, no caso italiano havia uma variedade maior de forças políticas capazes de assumir o protagonismo desse processo. A região se dividia em sete Estados: Reino do Piemonte-Sardenha, governado pela casa de Savóia e principal força independente do norte da Itália; Parma, mantido sob a tutela do Reino das Duas Sicílias; os ducados de Módena e Toscana, politicamente dependentes da Áustria; o Reino Lombardo-Venezião, também tributário dos austríacos; o Estado Pontifício, que reunia as terras do papado; e, finalmente, o Reino das Duas Sicílias, ao sul, governado pelos reis Bourbon de Nápoles.

De forma análoga à situação alemã, **a Áustria é a “grande**

potência” cuja influência pode ser sentida de forma mais direta na região. Diferentemente do outro cenário, no entanto, a Itália convive ainda com o peso do Estado Pontifício no centro de seu território. Qualquer projeto de unificação precisaria levar em conta a força política da Igreja Católica e seu longo domínio religioso sobre a península.

Em suma, os italianos eram desafiados pelas gritantes diferenças políticas, econômicas e culturais entre as regiões da península, pela presença de uma multiplicidade de forças políticas em disputa, pela influência política austríaca e pela presença histórica da Igreja Católica, um domínio tanto territorial quanto ideológico e religioso. Frente a tantas dificuldades, como essa unificação pôde ser bem-sucedida?



Pesquise mais

Um elemento importante da unificação italiana foi a rompanete desigualdade entre o norte e o sul do novo país. Enquanto o Piemonte e as regiões vizinhas já vivenciavam os advenos da Revolução Industrial, Nápoles, Sicília e as demais regiões ao sul eram marcadas por práticas agrícolas quase medievais e formas de organização social retrógradas.

O “desenvolvimento desigual” de parcelas de um mesmo território já recebia alguma atenção, mas se tornou uma questão recorrente nas ciências sociais, desde então. Nossa história, aqui no Brasil, foi marcada por diferenças similares. Uma primeira análise da desigualdade entre norte e sul (e de estratégias políticas para trabalhadores e camponeses italianos, a partir dessa realidade) foi elaborada por Antonio Gramsci, influente teórico social de origem sarda. Em **A Questão Meridional**, Gramsci discorre sobre esse problema e sobre as necessidades específicas de trabalhadores e camponeses italianos, frente ao avanço da burguesia do Norte. Uma análise desse trabalho pode ser encontrada em CAMARGO, M. H. D. Gramsci e a questão meridional. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 173, out. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/26125/15305>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

Tudo deve mudar para que tudo fique como está

A unificação italiana foi realizada a partir de um conjunto relativamente heterogêneo de interesses, que convergiam no projeto de união política e econômica da península ao mesmo tempo que divergiam drasticamente sobre vários outros temas. O rápido

desenvolvimento industrial do Norte (marcadamente do Piemonte) estimulou considerável crescimento urbano, acompanhado da expansão da malha ferroviária nessa região. Esse movimento foi acompanhado pelo avanço de diferentes forças sociais, pautadas nas disputas em torno da industrialização, das cidades e dos ganhos econômicos e sociais do desenvolvimento.

Assim, a **alta burguesia** piemontesa via na unificação a continuidade da trajetória de desenvolvimento do Norte, com expansão dos mercados consumidores para seus produtos pelo restante da península. Por meio da consolidação de seu domínio econômico sobre a região, essa camada se colocaria em condições de exportar seus produtos para o restante do continente e fechar a Itália para produtos estrangeiros, por meio de tarifas à importação. Em contraposição aos interesses estritamente econômicos da alta burguesia, a **média burguesia** e o **proletariado** viam na unificação a possibilidade de adoção, pelo novo Estado, de medidas econômicas e sociais democráticas. De forma análoga, os dois grupos defendiam que a Itália fosse regida a partir de regimes políticos diferentes: enquanto a alta burguesia propunha a unificação em torno do Reino do Piemonte-Sardenha, a média burguesia e o proletariado tinham como projeto uma república, com a extensão da participação política às camadas populares.

O caso italiano é interessante, em grande medida, por essa peculiaridade. **Além do interesse de diferentes grupos sociais na unificação (i.e., um projeto político comum), há ampla divergência sobre a forma que essa unificação deveria assumir, seu ritmo e seus resultados.** Diferentemente do caso alemão, em que a nova nação foi construída quase que exclusivamente pelos *junkers* e pela sua força política, militar e econômica, na Itália a trajetória foi marcada por uma série de negociações entre os vários grupos envolvidos. Nenhuma das facções interessadas na unificação possuía, sozinha, condições de assumir o protagonismo do processo de forma completamente independente.

De forma análoga, o “grande conflito” entre **conservadores e liberais** que ditava o ritmo da política, em meados do século XIX, toma aqui uma forma peculiar. **Liberais e monarquistas se unem em torno do ideal da unificação, ao mesmo tempo que divergem sobre todo o resto.**



A obra literária síntese da unificação italiana é *Il "gattopardo"* (O Leopardo), do italiano Giuseppe di Lampedusa. Em seu romance, Lampedusa relata a vida e as escolhas de Don Fabrizio Corbera, Príncipe de Salina, em meio às mudanças que conduziriam a Itália à unificação. A obra é primorosa por retratar o conservadorismo das famílias aristocráticas italianas, que cederiam às transformações operadas em seu tempo apenas para preservar o *status quo*. Em um dado momento, um de seus personagens (Tancredi) profere um discurso que é representativo do posicionamento dos aristocratas nesse momento: "A não ser que nos salvemos, dando-nos as mãos agora, eles nos submeterão à República. Para que as coisas permaneçam iguais, é preciso que tudo mude" (LAMPEDUSA, 2002, p. 42).

Há também uma célebre adaptação para o cinema, o homônimo **O Leopardo**, de Luchino Visconti.

O Risorgimento e a ideia de uma Itália livre

Essa tensão entre conservadorismo e liberalismo, entre o novo e o antigo, manifestou-se também na percepção que os italianos tinham de si mesmos, nesse período. Para muitas das figuras eminentes da Itália **oitocentista** havia um descompasso entre o passado glorioso da península e sua situação atual.

A Itália servira, milênios atrás, como o berço do Império que espalhou pelo Ocidente as maravilhas da civilização. As principais capitais europeias foram fundadas pelos romanos, assim como as principais estradas ligando essas capitais. Algumas das fronteiras da Europa moderna ainda datavam daquele período. As línguas de metade do continente eram resultado de derivações do latim. O comércio moderno das especiarias chegara à Europa somente pela arte e pelo ofício dos grandes mercadores italianos. A Renascença servia ainda de referência para pintores, escultores e arquitetos de inspiração clássica. O mesmo poderia ser dito de suas contribuições literárias: Dante, Petrarca, Boccaccio, Maquiavel...

Como explicar, frente às impressionantes realizações dos italianos do passado, a situação subordinada em que a península se encontrava? Além da explicação, como aceitar passivamente a subordinação aos desígnios de potências estrangeiras, como a França e a Áustria?

Movidos por indagações como essas, grupos de inspiração nacionalista emergiram nos diferentes reinos italianos no início do século XIX. A constante intervenção internacional (primeiro a

ocupação francesa, em seguida a influência austríaca) fez com que esses grupos tomassem a forma de sociedades secretas, marcadas por códigos de identificação e participação muito peculiares. Entre essas sociedades, destacaram-se os **Carbonários**, uma organização de inspiração maçônica originária de Nápoles. Declaradamente republicanos e anticlericais, os carbonários viam na unificação da Itália a possibilidade de construção de uma república laica e moderna na península. Tinham, como palavras de ordem, progresso, igualdade e fraternidade; a inspiração francesa era clara.

Entre seus membros de destaque, está a figura de Giuseppe Mazzini (1805-1872), então um jovem político genovês (1830). Após sua prisão em 1831, Mazzini passa a criticar as sociedades secretas e funda a **Jovem Itália**, uma organização paramilitar de oposição à dominação austríaca. Começava a tomar forma mais clara a ideia de uma Itália livre e unificada.

As décadas de 1820, 1830 e 1840 foram marcadas por uma série de revoltas contra as influências estrangeiras (Áustria), religiosas (papado) ou conservadoras (monarquias absolutas). A constante agitação garantiu às camadas conservadoras interessadas na unificação (e, por definição, contrária à maior parte das reivindicações dos movimentos populares desse período) uma situação politicamente favorável à implementação de um projeto moderado. À crescente relevância de Mazzini e da Jovem Itália soma-se a influência de Carlos Alberto da Sardenha, o jovem rei de Piemonte e Sardenha. Defensor do parlamentarismo, Carlos Alberto se aproximou dos movimentos nacionalistas e da alta burguesia, ao promover reformas no sistema financeiro e no exército. Aos dois notáveis se somava ainda Camilo Benso, o Conde de Cavour, editor do jornal nacionalista **Il Risorgimento** e sintetizador do programa nacionalista burguês, nesse momento.

As três figuras históricas são representativas da articulação de forças que moveria a Itália no sentido da unificação. Mazzini foi representante de um nacionalismo democrático, de forte apelo popular, que procurava na nova nação a oportunidade para a organização de formas mais democráticas de representação política. Cavour, por outro lado, atuava como representante direto dos interesses da alta burguesia piemontesa no processo; exerce, ao longo do processo, a função de articulação das camadas superiores da sociedade italiana em torno do projeto da unificação, sendo um dos responsáveis pelas guinadas conservadoras do processo. O engajamento de Carlos

Alberto e de seu sucessor, por fim, garante que o processo transcorra com o respeito à instituição da monarquia (o que também garante, em alguma medida, a estabilidade e legitimidade do novo reino).

Mas a unificação não se fez somente a partir dos desejos desses três homens e de seus apoiadores. E também não transcorreu sem forte oposição por parte dos austríacos.

A mobilização nacionalista atingiu um primeiro clímax em 1848. O sentimento nacionalista inspirado pelo Jovem Itália, a proposta de resgate do povo italiano consubstanciada na ideia de Risorgimento e os interesses do rei sardo convergeram em uma primeira tentativa de unificação, capitaneada pelo Rei Carlos Alberto de Piemonte-Sardenha, que declarou guerra à Áustria. Movidas pela iniciativa da realeza e por células de organizações secretas, outras regiões da Itália também se rebelaram.

Mas Carlos Alberto falhou em sua primeira tentativa de construir uma Itália unificada. A rebelião foi rapidamente sufocada pelos exércitos austríacos, e, uma vez vencido, o rei foi forçado a renunciar. Deixou o trono e o projeto de unificação para seu filho, Vítor Emanuel II. A rapidez com que as revoltas de inspiração popular foram derrotadas também levou a uma reorientação do movimento: a proposta democrática de Mazzini perdeu força, ao passo em que Cavour se fortaleceu com o artifice da unificação.

Como ministro do Piemonte, Cavour procurou reposicionar a Itália no concerto das nações. Ciente do peso da Áustria na política internacional, começou a trabalhar na construção de alianças com outras grandes potências. Apoiando a França na Guerra da Crimeia (1854-1856), garantiu que os interesses piemonteses fossem ouvidos por Napoleão III, com quem construiu um acordo secreto – em troca do apoio ao Piemonte numa guerra contra a Áustria, os franceses receberiam os condados de Nice e Savoia.



Pesquise mais

Curiosamente, há um paralelo entre o movimento de consolidação do Estado italiano e o fortalecimento da máfia. Segundo o historiador italiano Salvatore Lupo, a máfia se desenvolveu justamente nas vagas deixadas pelo Estado, na transição do mundo feudal para a Itália capitalista. Assim, a “questão meridional” retratada por Gramsci ganha novo sentido – não se trata somente do preconceito contra os camponeses do Sul e de

sua vinculação a uma ideia de atraso, mas de modos de organização política e econômica que se reinventam no contexto da unificação. Se você se interessa por essas questões, leia **História da Máfia: das origens aos nossos dias**, do mesmo Salvatore Lupo.

A guerra foi declarada em 1859, e foi aberta com vitórias das forças francesas e piemontesas na Lombardia. Contudo, a sorte rapidamente se virou contra Piemonte-Sardenha: a reação dos católicos franceses e a ameaça de participação da Prússia moveram Napoleão III a assinar um acordo de paz com os austríacos. Ainda que vitoriosos, num primeiro momento, os piemonteses anexaram apenas a Lombardia, e sofreram uma importante derrota diplomática. As negociações de paz previam a formação de uma confederação de Estados italianos liderada pelo papa, o que comprometia os planos de Cavour.

Os focos nacionalistas locais (mantidos pelas sociedades secretas do começo do século) são de grande importância, nesse momento. Insatisfeitos com o que veem como mais uma na longa cadeia de intervenções estrangeiras sobre o território italiano, Toscana, Parma, Módena e Romagna se revoltam e demandam a união com o Piemonte. Napoleão III se propõe a garantir a nova estrutura política com a manutenção do acordo de 1859.

A articulação entre as diferentes correntes nacionalistas trabalhou a favor de Cavour com o desembarque de tropas lideradas pelo líder popular Giuseppe Garibaldi na Sicília, em 1860. Garibaldi avançou sobre a Sicília e sobre Nápoles, depondo o Rei Francisco II e entregando o sul da Itália a Vítor Emanuel II. As tropas do Piemonte invadiram os Estados papais, única parte do centro da Itália ainda não integrada ao reino.

A década de 1860 foi marcada por novos obstáculos à unificação. Em razão de suas divergências com o projeto monarquista de unificação, Garibaldi se afastou temporariamente da vida pública. Cavour faleceu em 1861, quando quase toda a península já se encontrava sob controle do Piemonte e Sardenha. Vítor Emanuel II declara a Itália unificada e coroa-se rei do novo país, transferindo a capital para Florença.

Contudo, para que a unificação fosse completa, faltava a adesão dos restantes estados papais e de Veneza, então sob controle

austriaco. A conquista desse último território foi alcançada graças às circunstâncias favoráveis do cenário internacional: com a derrota da Áustria pela Prússia, foi realizado um plebiscito para decidir o destino de Veneza. A cidade foi integrada à Itália pelo voto popular.



Refleta

Além de ocupar posição estratégica no centro do território italiano, qual a importância de uma vitória sobre a Igreja no contexto da unificação? O que ela representava para a maior parte dos italianos?

Entre os diferentes grupos engajados no processo (alta burguesia/aristocratas e liberais/republicanos), quais seriam as diferentes posições quanto à Igreja? Como explicar a insistência de Garibaldi em avançar contra os estados papais, mesmo em desvantagem?

Restou o dilema final da unificação: como integrar os estados papais à Itália nascente. O problema é ainda maior se pensamos na importância de Roma para a península; o centro religioso, político e econômico da Itália permanecia sob controle da Igreja. Em 1867, Garibaldi buscou resolver essa questão de uma forma direta: em uma nova invasão dos estados papais, tentou tomar Roma e conquistá-la para o jovem Reino da Itália. Respondendo à população católica francesa, Napoleão III enviou uma guarnição para proteger o papa. Uma guerra com o Vaticano resultaria em uma guerra com a França.

A solução veio em 1870 com a derrota francesa para a Prússia: aproveitando as peculiares circunstâncias políticas, os italianos invadiram e tomaram Roma após conquistarem o restante dos Estados papais. Vítor Emanuel II ofereceu ao papa as leis de garantia, uma defesa de seus direitos espirituais, mas Pio IX recusou a oferta e passou a se considerar um prisioneiro no Vaticano, irreconciliável com a jovem nação. A “questão romana” só seria resolvida em 1929, com a criação do Estado do Vaticano por Mussolini.



Assimile

O caso italiano é importante por suas especificidades e pelos desdobramentos dessa trajetória de unificação, mas também nos apresenta a possibilidade de contrastar esse percurso ao alemão, estudado na seção anterior. Como delineamos algumas páginas atrás, tudo depende do estado das forças políticas e econômicas dentro de

um dado território. Em ambos os casos, a unificação é capitaneada pela facção associada à modernização econômica e à industrialização (Prússia, na Alemanha; Piemonte, na Itália). Com recursos, organização e contatos, esses grupos são capazes de mobilizar o conjunto de forças necessário à construção das novas nações. Ainda que os dois casos sejam marcados por campanhas militares (Dinamarca, Áustria e França, no caso alemão; Áustria e estados papais, para os italianos), as estratégias e os resultados são bastante diferentes. Os alemães promovem intervenções militares rápidas, escoradas na supremacia militar e tecnológica do exército prussiano. Os italianos recorreram à maestria diplomática de Cavour e ao apoio constante de Napoleão III, interessado em minar a influência austriaca sobre a região. De forma análoga, as duas nações emergem de suas unificações em diferentes posições: a Alemanha se consolida como a grande potência da Europa continental, forçando o exército francês a uma vexatória derrota; a Itália, por outro lado, estabelece-se como a “potência dependente” do jogo político europeu, sempre atrelada à influência de outro centro econômico ou militar.

Sem medo de errar

O Brasil foi um dos principais destinos dos migrantes italianos entre 1850 e 1950, e hoje muitos brasileiros possuem algum vínculo (seja por ancestralidade, seja por proximidade ou interesse culinário ou artístico) com esse país. A unificação italiana foi um processo peculiar principalmente se levarmos em conta as grandes diferenças entre as parcelas de seu território; antes desse processo, os vários reinos da península já contavam com uma longa história de independência, uns frente aos outros. A Itália é exemplar em negar o mito de um passado comum como fio condutor da nacionalidade: essas diferentes regiões entendiam a si mesmas como países distintos, com diferentes línguas, costumes e tradições. As principais tensões regionais no processo de unificação envolveram o Reino do Piemonte-Sardenha, os territórios controlados pela Áustria e os estados papais, no centro da península. Há, também, a oposição entre diferentes projetos nacionais: a alta burguesia do Piemonte defendia uma via conservadora, monarquista, ao passo em que a média burguesia e o proletariado procuravam se valer da unificação para construir uma república. A disputa com a Igreja católica foi parte importante do processo, e a conquista de Roma culminou na interrupção das relações entre o papado e o governo italiano.

Faça valer a pena

1. Analise as afirmações a seguir:

I. A unificação italiana foi conduzida principalmente a partir do Reino do Piemonte-Sardenha, o mais desenvolvido economicamente dos reinos italianos em meados do século XIX.

II. Teve, entre seus principais articuladores, as figuras do Conde de Cavour e do rei Vítor Emanuel II.

III. Foi um processo pacífico, sem enfrentamento entre os piemonteses e seus rivais políticos (o Reino de Nápoles e os Reino das Duas Sicílias).

Dentre as três afirmações acima, assinale a alternativa que lista apenas as que são VERDADEIRAS:

a) I e III.

b) II e III.

c) I.

d) III.

e) I e II.

2. “Quando cheguei a Gênova nos primeiros dias do mês de agosto de 1860, minha primeira impressão foi de surpresa, pois a expedição de Garibaldi, à qual eu desejava me juntar, era recrutada sem nenhum mistério [...] Seria justo dizer que o ministro piemontês mandou o governo militar de Gênova usar suas tropas, para evitar o embarque da falange em Marsala, mas este lhe respondeu que ao primeiro gesto de Garibaldi todos os soldados do exército desertariam para segui-lo. [...] Os voluntários, reconhecidos por suas camisas vermelhas, marchavam estrepitosamente pelas ruas estreitas de Gênova ao rufar dos tambores [...]: Viva a Itália toda em uma. [...] Cada província tinha a honra de enviar seus soldados para juntar-se à expedição libertadora; as velhas disputas provinciais, os amores-próprios provinciais, que outrora fizeram tanto mal à nação italiana, esfumavam-se num único pensamento” (TAINE, 2004., p. 241).

A passagem acima descreve os antecedentes de um importante acontecimento na trajetória da unificação italiana. Trata-se do(a):

a) envio de revolucionários italianos para lutar no Brasil, na Revolução Farroupilha;

b) organização das tropas italianas para a Batalha de Waterloo;

c) preparação para a invasão da Sicília por Giuseppe Garibaldi, importante liderança militar da campanha de unificação;

- d) preparação para o cerco a Viena, ápice da campanha contra os austríacos;
- e) Véspera da invasão e ocupação de Roma.

3. “A (1) desejava a unificação política, que garantiria a continuidade do desenvolvimento interno e lhe daria possibilidades de concorrência no mercado exterior, liberando a circulação de mercadorias dentro da península, favorecendo as exportações e impedindo as importações concorrentes. [...] A (2) , aliada ao (3) , desejava um Estado nacional que adotasse medidas econômicas e sociais de tendência democrática. Esse grupo preferia que a unificação fosse feita em termos republicanos, ao passo que a (1) queria realizar a unificação da forma mais fácil e rápida possível – em torno do reino mais forte da Itália: o do Piemonte-Sardenha” (ARRUDA, 2004, p. 236).

Leia atentamente e assinale a opção que preenche corretamente as lacunas (1), (2) e (3) da passagem acima:

- a) (1) maçonaria; (2) média burguesia; (3) carbonários;
- b) (1) alta burguesia; (2) aristocracia; (3) proletariado urbano;
- c) (1) média burguesia; (2) alta burguesia; (3) realistas;
- d) (1) alta burguesia; (2) média burguesia; (3) proletariado urbano;
- e) (1) maçonaria; (2) aristocracia; (3) carbonários.

Referências

- ACTON. Nacionalidade. In: BALAKRISHNAN, G. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. 335p.
- ANDERSON, B. R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARRUDA, J. J. **Nova História Moderna e Contemporânea**. Bauru: EdUSC, 2004.
- BALAKRISHNAN, G. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. 335p.
- CAMARGO, M. H. D. Gramsci e a questão meridional. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 173, out. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/26125/15305>>. Acesso em: 29 jun. 2017.
- CHANG, H. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- GRAMSCI, A. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HOBBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- LAMPEDUSA, G. **O leopardo**. São Paulo: Nova Cultural, 2002.
- LENIN, V. **O programa agrário da Social-Democracia na primeira revolução russa de 1905-1907**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- LIST, G. F. **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. **338p**.
- LUPO, S. **História da Máfia: da origem aos nossos dias**. São Paulo: Editora UNESP 2002.
- MOORE Jr, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. Lisboa: Cosmo/Martins Fontes, 1975. **632p**.
- PIRES, Murilo e RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3. jul./set. 2009.
- RENAN, E. O Que é uma Nação. Conferência realizada na Sorbonne em 11 de março de 1882. **Revista aulas**. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2017.
- ROTHENBERG, G. Moltke, Schlieffen and the Doctrine of Strategic Envelopment. In: PARET, P. (Ed.). **Makers of Modern Strategy**. Princeton: Princeton Univ. Press, 1986.
- TAINED, H. Voyage en Itali. In: ARRUDA, J.J. **Nova história moderna e contemporânea**. Bauru: EdUSC, 2004.

Expansão industrial e imperialismo

Convite ao estudo

Você já percebeu quantos, dentre os muitos produtos que consumimos, provêm de outros países? Neste exato momento, você pode estar trabalhando em um computador cujos componentes foram fabricados na China, com capital e desenho norte-americanos, utilizando software programado e testado na Índia. Ou pode estar vestindo roupas feitas a partir de fibras provenientes de outras nações, calçados elaborados na Malásia, relógios desenhados em diferentes países do continente europeu, enquanto ouve a músicas gravadas no Reino Unido. Mais do que a variedade de espaços em que nossos bens de consumo são produzidos, há algo que os une – quase tudo o que consumimos resulta de processos produtivos em escala industrial. Neste capítulo, exploraremos estes dois fenômenos – a transformação da produção em produção industrial e sua organização em escala internacional.

O século XIX assiste a uma progressiva internacionalização da vida econômica, organizada sob um eixo disciplinar claro, a que um conjunto de autores – notavelmente J.A. Hobson, V.I. Lenin e Rosa Luxemburgo – conferiu o nome de imperialismo. Mais do que integrar diferentes territórios na produção de valores, o imperialismo é responsável por muito da estrutura política do mundo contemporâneo. As linhas retas que dividem os países do continente africano, por exemplo, são resultados do movimento de partilha dos recursos naturais entre as potências imperiais. O imperialismo, cujas especificidades discutiremos em breve, tem origem, por sua vez, na emergência de um novo paradigma produtivo entre os séculos XVIII e XIX.

Nos capítulos anteriores, dedicamo-nos ao estudo das transformações políticas e sociais da modernidade; a Revolução Francesa, a percepção das mazelas da industrialização, a emergência dos nacionalismos modernos. Agora, lançamo-nos sobre o vasto conjunto de mudanças na vida econômica geralmente denominada de Revolução Industrial.

Seção 4.1

Primeira Revolução Industrial (1750-1860)

Diálogo aberto

Quando olhamos à nossa volta, somos surpreendidos por uma multiplicidade de mercadorias: camisas, carros, telefones, computadores, peças de mobília, ferramentas, livros, cosméticos, produtos alimentícios. Em meio a todos esses bens, um sem-número de pessoas, cada qual ocupada em seus afazeres, seu trabalho – vendedores, porteiros, seguranças, professores, motoristas, administradores, secretários, médicos, engenheiros, etc. Cada um de nós se move no sentido de prestar os muitos serviços ou produzir os vários bens necessários à vida contemporânea. Você já se deu conta desse fato? Já parou para refletir sobre a forma como nossas vidas estão ligadas pelo que consumimos e pelo que produzimos?

Agora, é importante ter em mente que a forma pela qual produzimos e o que produzimos são resultantes de um importante **processo histórico**. Pense em dois ou três dos produtos essenciais à vida contemporânea. Tente decompô-los aos seus componentes essenciais e às matérias-primas necessárias à fabricação desses componentes. Quando esses componentes passaram a ser fabricados? Quais os requisitos (energia, força de trabalho, matérias-primas, capital) para a produção desses componentes? Como organizamos a produção em torno da criação e comercialização desses bens? Esse breve exercício intelectual lhe conferirá subsídios para entender a complexidade e profundidade das mudanças iniciadas pela Revolução Industrial.

Além dessas primeiras indagações, uma pergunta possui especial importância: por quais razões esse processo se desencadeia primeiro na Inglaterra, e não em outras nações modernas? Qual o peso de diferentes fatores na primazia inglesa? Pense bem. Como trabalho, capital, mercado interno, mercado externo e instituições políticas contribuíram para essa transformação?

Nesta seção, estudaremos a Primeira Revolução Industrial, um momento definidor da forma assumida pelas relações de produção

no mundo contemporâneo. Nas páginas seguintes, você vai descobrir como essa nova maneira de organizar e administrar a economia surgiu e se estabeleceu como hegemônica. Vamos discutir também os condicionantes da primazia inglesa no período – o que fez com que a Inglaterra se tornasse a primeira grande potência industrial.

Não pode faltar

Quando iniciamos nossa viagem pelos séculos XVIII e XIX, exploramos rapidamente o sentido da ideia de “dupla revolução”, cunhada pelo historiador inglês Eric Hobsbawm. Segundo Hobsbawm, a história contemporânea seria marcada pela eclosão quase simultânea de dois processos radicais de transformação das estruturas sociais, políticas e econômicas: a Revolução Francesa, cujos antecedentes e desdobramentos discutimos extensivamente nas unidades anteriores, e a Revolução Industrial. Por uma questão de ênfase, dedicamo-nos até aqui quase que exclusivamente à Revolução Francesa. Exploramos a situação dos camponeses logo antes da Revolução; os convolutos anos entre 1789 e 1799; as transformações institucionais advindas do período napoleônico; os inúmeros conflitos até a derrota de Napoleão, em 1815; a reorganização do continente pelos conservadores, no Congresso de Viena; e as muitas respostas a esse conservadorismo, com os movimentos de inspiração liberal, socialista e nacionalista, que colocaram no mapa novos países, novos conceitos e novas disputas.

Ao longo de todo esse processo, a Revolução Industrial permanecia como uma miragem a distância, um fenômeno que se desenrolava em velocidade brutal nas margens inglesas do canal da Mancha, enquanto as potências do continente se envolviam em complexos jogos políticos. Mesmo a presença do Império Britânico raramente se fazia sentir de forma direta; participantes das principais derrotas de Napoleão, os ingleses rapidamente deslocam seu eixo de atuação diplomática para os oceanos. Seu envolvimento nas disputas entre as nações do velho mundo se dá de forma bastante peculiar, a partir de 1815.

Pode soar curioso, então, que o período que estudamos seja conhecido, por vários historiadores, como a *Pax Britannica*, ou o apogeu da Hegemonia Britânica. Como explicar essa distante

hegemonia, esse domínio indireto, essa força pela ausência? Ao longo desta seção e das seguintes, exploraremos os elementos centrais da primazia inglesa no século XIX, mas já podemos adiantar que ela está estruturada em torno de formas fundamentalmente econômicas de dominação: a indústria, o comércio e as finanças.

Mas não é a economia uma esfera separada da política? Não são essas três atividades – indústria, comércio e finanças – nada mais que diferentes caminhos para a produção de riquezas? A resposta é um retumbante não. Mais do que qualquer outra potência moderna, os ingleses souberam fazer uso de circunstâncias peculiares para se fortalecerem economicamente, e esse fortalecimento sempre foi pensado a partir de uma perspectiva estratégica. Mesmo as mais liberais das políticas adotadas pelo Império Britânico passaram pela defesa dos ganhos militares ou políticos de sua adoção.

Antes que possamos discutir os rumos tomados pelo Império Britânico e seu impacto sobre o mundo contemporâneo, é preciso que nos detenhamos sobre a causa inequívoca do poderio desse império: o protagonismo inglês na Revolução Industrial.



Pesquise mais

Há uma vastidão de autores ocupados das grandes questões da Revolução Industrial, e você dificilmente vai encontrar duas análises idênticas desse importante fenômeno. Desde correntes que negam seu caráter revolucionário (e defendem a explicação pelo recurso a uma longa trajetória evolutiva, com incrementos marginais ao longo do tempo) até explicações centradas na mentalidade ou no imaginário dos ingleses pré-1780, um conjunto vastíssimo de teorias foi construído tomando esse evento como objeto central de análise.

Em meio à multidão, recomendamos duas teses que tratam do tema com abrangência e profundidade satisfatórias. Em primeiro lugar, o clássico **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**, de Eric Hobsbawm, referência fundamental para os debates contemporâneos sobre o tema e excelente síntese dos fatores responsáveis pela primazia inglesa. Outro trabalho de interesse, ocupado da articulação entre o desenvolvimento econômico inglês e as circunstâncias da política internacional, é **O Longo Século XX – Dinheiro, Poder e as Origens do Nosso Tempo**, do italiano Giovanni Arrighi. Arrighi promove um interessante panorama das mudanças políticas e econômicas nas eras moderna e contemporânea,

entendendo-as como “ciclos hegemônicos” (dos quais a hegemonia britânica é parte importante).

Sobre ovelhas e homens – os antecedentes da Revolução Industrial

Já exploramos brevemente o contexto social anterior à Revolução Industrial e alguns de seus desdobramentos, principalmente no que toca às mudanças na vida dos trabalhadores e às suas respostas à opressão das fábricas. Agora, vamos analisar o mesmo fenômeno sob outro enfoque: em lugar da preocupação com o cotidiano das fábricas, a vida dos trabalhadores, a emergência dos movimentos trabalhistas e a luta por direitos, vamos nos ater à transformação das estruturas produtivas. Como essa produção é transformada? Quais os fatores decisivos para o acontecimento da Revolução Industrial? O que explica a primazia inglesa? Como essa revolução transforma de modo definitivo a economia mundial?

O primeiro passo envolve o resgate das considerações que fizemos, nas unidades anteriores, sobre o contexto político na Inglaterra, nos séculos XVI e XVII. O campo inglês é marcado pela presença de uma forma peculiar de aristocracia, muito diferente da nobreza francesa; por circunstâncias peculiares, a atuação de arrendatários de mentalidade capitalista é aceita como parte constitutiva do meio rural. Logo, havia certa predisposição (1) à produção capitalista de alimentos e insumos industriais oriundos do campo (como a lã que abastece as manufaturas têxteis, num primeiro momento), (2) ao deslocamento das populações rurais pelo interior da Inglaterra, já que o campo era reorganizado com base nos interesses econômicos dos arrendatários, e não levava em conta a preservação de comunidades rurais tradicionais e (3) ao arrendamento das terras gerava rendas para os nobres que cediam lotes para a criação de ovelhas ou o cultivo de gêneros alimentícios para abastecimento das cidades. Essa renda, aliada aos monopólios sociais de que desfrutava a aristocracia inglesa, será responsável por uma das peculiaridades desse processo. Mas trataremos disso no futuro – por ora, concentre sua atenção na interação entre arrendatários e trabalhadores rurais.

Esses trabalhadores rurais são a primeira linha de camponeses

movidos e desapossados pelos cercamentos; descolados da terra em que nasceram, agora dependem da relação com os arrendatários para proverem seu sustento. Nos séculos futuros, se deslocariam para as cidades e viveriam uma vida miserável como trabalhadores industriais. Mas, antes que isso acontecesse, se ocupavam de forma peculiar no campo, recebendo alguma renda a partir de acordos com os capitalistas agrários.

Num primeiro momento, a articulação entre esses dois grupos era bastante curiosa – os arrendatários recorriam aos trabalhadores na realização das atividades inerentes à produção agrícola. Remuneravam esses trabalhadores por seu trabalho no plantio e na colheita, ou na criação de animais. Entretanto, como o capitalismo agrário diferia estruturalmente de outras formas de ocupação produtiva do campo – a atuação dos arrendatários visava fundamentalmente ao lucro, e nada se mostrava mais lucrativo que a criação de ovelhas e a extração de lã, nesse momento –, rapidamente observa-se uma transformação no perfil da ocupação das famílias camponesas: os arrendatários passam a recorrer a esses grupos familiares para toda a cadeia produtiva dos têxteis de lã. Ao invés de demandar somente os serviços de pastoreio e tosa, os arrendatários ocupavam os trabalhadores da transformação da lã bruta em fios, de seu clareamento, fiação e tecelagem. A casa de cada família camponesa se transformava em uma pequena oficina, com rocas de fiar e teares manuais desempenhando papel importante na realização das tarefas solicitadas pelo arrendatário. A manufatura têxtil inglesa dava seus primeiros passos.

Para os capitalistas, era necessário que dois obstáculos fossem transpostos: era preciso garantir que os trabalhadores se dedicassem integralmente à produção dos tecidos de lã e que o tempo e a técnica da produção estivessem sob controle do capital, e não do trabalho. As mudanças seguintes na trajetória de evolução das manufaturas inglesas operam nesse sentido.

A primeira dificuldade enfrentada pelos arrendatários era a insubordinação dos trabalhadores. Os camponeses eram habituados à vida livre do campo, regada pelo tempo natural das estações, do plantio e da colheita. Assim, sua inserção no novo regime produtivo não se dava sem sobressaltos. Era comum que uma dada família assumisse contratos de produção de tecidos somente pelo tempo necessário para garantir suas condições de subsistência, optando

por não trabalhar com o arrendatário nos dias restantes do mês ou da semana. Pela ótica dos camponeses, não havia nada de errado nisso, mas, para os arrendatários, movidos por uma mentalidade capitalista, tempo era dinheiro, e, se os camponeses podiam dispor de tempo livre, poderiam muito bem ocupar esse tempo trabalhando na produção.

Um primeiro passo é a concentração dessas populações e centros manufatureiros incipientes, no interior da Inglaterra. Ao invés de se deslocar entre as diferentes aldeias, remanescentes dos cercamentos, os capitalistas da lã estipulavam um pequeno centro urbano como seu espaço de atuação – famílias em busca de trabalho no negócio da lã se deslocariam para essas cidades e passariam a atuar naquela região como atuavam, até então, nas suas localidades de origem. O passo seguinte envolve o controle das ferramentas de produção; as diferenças entre rocas e teares domésticos representavam gargalos de produção, pela dificuldade de padronização dos produtos e do ritmo de trabalho. A solução é dada pelos capitalistas, mais uma vez: a produção poderia ser realizada em máquinas de propriedade do arrendatário. Assim, as famílias envolvidas na produção de tecidos não precisariam ter suas próprias ferramentas.

O terceiro movimento das manufaturas envolve a concentração da produção em espaços destinados para tal; se as máquinas e o tempo já pertenciam ao capitalista, nada mais natural do que manter essas máquinas reunidas em um mesmo local, um galpão destinado à realização das diversas atividades necessárias à produção dos tecidos de lã. Reunidos nesse espaço, os trabalhadores se tornavam mero apêndice da estrutura produtiva comandada pelo arrendatário, que passava a controlar todo o processo produtivo, da criação das ovelhas à entrega do produto final.

O desenvolvimento da manufatura lanífera no campo inglês é fundamental por proporcionar o amadurecimento dos agentes e das formas de produção que desembocariam na produção industrial. Muito pouco separa as cidades construídas em torno dos galpões dedicados ao beneficiamento da lã dos grandes centros industriais do fim do século XVIII. Mas a transposição dessa pequena distância é talvez a principal mudança qualitativa no rol de transformações responsáveis pela Revolução Industrial.

Antes que analisemos as etapas seguintes nesse movimento,

é importante frisar o papel crucial desempenhado pelo campo inglês no processo. A peculiar organização do trabalho rural, a partir dos cercamentos, possibilitou o desenvolvimento dos primeiros centros manufatureiros, marcados pelo controle do maquinário, da produção e de seu ritmo pelos capitalistas. Também foi fundamental na conformação de três grupos distintos, elementos necessários à explicação não só da eclosão da Revolução Industrial, como das razões da primazia inglesa: arrendatários de mentalidade capitalista, diretamente envolvidos na produção; trabalhadores em movimento, expropriados e dependentes da venda de seu trabalho para sobreviver; e uma camada de **T** de origem aristocrática, que desempenharia papel-chave na mudança da lã para o algodão.

Um império do livre comércio

Um dilema das mudanças na manufatura é a limitação natural de sua principal matéria-prima: a lã ocupa faixas extensas de terra no Reino Unido, possui limitações óbvias de escala e é um produto relativamente frágil. Assim, com o desenvolvimento de mecanismos mais elaborados para fiação e tecelagem dos tecidos comercializados pelos capitalistas ingleses, a produção lanífera vai progressivamente se revelando insustentável.

Nesse ponto, a participação dos aristocratas se mostra crucial. Você se lembra de que nós mencionamos rapidamente a importância das transformações no campo para a nobreza inglesa, nas páginas anteriores? Pois bem: essa nobreza passa a receber rendas pela cessão de suas terras para os arrendatários que organizam e disciplinam a produção de tecidos de lã. Sua presença não era mais necessária nas terras arrendadas para os capitalistas agrários, e a alta sociedade londrina floresce com a vinda dos nobres *rentiers* do campo para a cidade.

O que podemos observar, entre os séculos XVII e XVIII, é uma mudança no perfil da aristocracia inglesa. Ainda detentora dos privilégios associados à nobreza, ela passa a dispor também de capital, e de uma forma de capital que não entrava em conflito com as prerrogativas e atribuições da nobreza; detentores de

riqueza financeira, esses nobres passam a se envolver ativamente em empreendimentos mercantis ao redor do globo, atuando como financistas e investidores.

Londres contava com uma incipiente burguesia mercante, no século XVII. A participação dessa burguesia nas companhias de colonização e comércio (como a famosa Companhia das Índias Orientais) garante rápida valorização dos capitais mercantis. Com a mudança na forma de utilização das terras, no interior da Inglaterra, é natural que a aristocracia enriquecida buscasse oportunidades rentáveis de investimento, principalmente aquelas que não envolvessem a participação na produção. Logo, a figura do nobre tradicional, senhor de terras, passa a incorporar a atuação desses sujeitos no financiamento da empresa colonial. Essa participação se dava, também, por via da inserção privilegiada da nobreza nos mecanismos de representação do Estado inglês, como a Câmara dos Lordes, e na máquina de guerra do Império (já que o oficialato da marinha inglesa ainda era composto predominantemente de aristocratas).

A expansão do Império pode ser observada por uma breve cronologia das conquistas do Primeiro Império Britânico (1583-1783). Após as primeiras e malfadadas descobertas e tentativas de colonização no século XVI (Terra Nova, em 1583; e Virginia, em 1587), a empresa colonial inglesa finalmente estabelece uma colônia duradoura na América do Norte, com a chegada de colonos na Virginia em 1607. Paralelamente à Revolução Inglesa (1642-1649) e à Revolução Gloriosa (1688-1689), movimentos políticos fundamentais ao estabelecimento da monarquia parlamentarista no Reino Unido e nas mudanças da institucionalidade do campo, as colônias britânicas se espalham pelo novo mundo. Em 1670, já ocupavam, além da Virginia, a Carolina e a Nova Inglaterra; todavia, mais importantes que as colônias inglesas de clima temperado era a expansão do Império pelo Caribe, com o estabelecimento de possessões em Antígua, Barbados, Belize e Jamaica. Esse movimento é acompanhado pelo estabelecimento de postos de captura de escravos na costa africana a partir de 1660 (a expansão para dentro do território só se daria no fim do século XVIII).

E o que o Império tem a ver com as limitações da lã, elencadas no início desse tópico? Era preciso encontrar um substituto, com

insumos baratos e produtos de fácil comercialização. E esse substituto foi o **algodão**, um gênero tropical, cultivado em larga escala e cuja expansão está por trás da expansão considerável do Império Britânico no período. As fibras de algodão não só eram comercializadas a baixíssimos preços (dada a escala de produção e a relação de dependência econômica das colônias com a metrópole), como respondiam melhor aos movimentos das máquinas, sendo mais resistentes que a lã. Também resultavam em tecidos mais leves e versáteis, podendo ser comercializados ao redor de todo o globo. Não fosse a expansão do comércio e das finanças inglesas, entre meados dos séculos XVII e XVIII, provavelmente a história da industrialização inglesa teria sido interrompida antes mesmo de começar, abortada no estágio manufatureiro. O algodão é peça-chave do processo.

É possível observar uma tendência na atuação internacional do Império Britânico, no período entre 1650 e 1750, e então na etapa entre 1750 e 1850. Num primeiro momento, a expansão do Império é marcada pelo controle de postos de produção colonial e captação de escravos, com o estabelecimento de rentáveis plantations de algodão no Caribe e no sul das colônias norte-americanas. Na fase seguinte, o que se observa é uma mudança nos termos do abastecimento e da comercialização do algodão: muito da demanda das fábricas inglesas passa a ser suprida por parceiros comerciais, como a grande colônia portuguesa na América do Sul – o Brasil – ou a Índia, com quem os ingleses negociam desde o fim do século XVI. A Inglaterra se torna a grande defensora, no cenário internacional, das liberdades políticas e econômicas. Mas essa defesa não é desinteressada – a propaganda inglesa em torno da liberalização comercial irrestrita funcionava em benefício do Império ao garantir mercados em constante expansão para os têxteis de algodão produzidos no Reino Unido. Isso também explica a boa vontade dos britânicos em reconhecer os processos de independência no novo mundo. Você deve se lembrar desse movimento quando discutimos as mudanças políticas entre 1815 e 1848. Como a primeira grande nação a enviar representantes diplomáticos e comerciais para as nascentes economias sul-americanas, a Inglaterra estabelece uma vasta rede de influência internacional e transforma esses novos países em um lucrativo mercado consumidor para os tecidos de Manchester.



Por muito tempo, historiadores debateram sobre os movimentos de expansão ou contração do Império Britânico a partir de determinações políticas internas. Para a historiografia tradicional sobre esse tema, as mudanças na política externa do Império seriam ditadas pelo enfrentamento entre grupos liberais e imperialistas no parlamento inglês.

Em 1953, essa visão foi disputada pelo inovador artigo de John Gallagher e Ronald Robinson – **The Imperialism of Free Trade** (O Imperialismo do Livre Comércio). Nesse texto, os autores exploravam o peculiar argumento da articulação entre liberalismo e imperialismo no caso inglês, defendendo que as duas correntes seriam, na verdade, expressões de uma mesma tendência. Esse ponto é retomado em uma série de artigos dos historiadores Peter Cain e Anthony Hopkins, na década de 1980. Em **The Political Economy of the British Expansion Overseas, 1750-1914** (1980) e **Gentlemanly Capitalism and British Expansion Overseas I e II** (1986 e 1987), Cain e Hopkins exploram a condução do processo por financistas de origem aristocrática, detentores dos recursos econômicos e dos privilégios sociais e políticos para a articulação da expansão do Império. As teses deram origem a amplo debate e servem como uma das principais referências na compreensão das origens e da história do Império Britânico, hoje.

Não há tradução desses textos, mas um levantamento de suas principais posições e dos debates suscitados pelos argumentos em questão pode ser encontrado em SIMIQUELI, R. Imperialismo do Livre-Comércio: elites, capitalismo financeiro e hegemonia internacional nas teses Gallagher-Robinson e Cain- Hopkins. **Revista de Geopolítica**, v.2, n. 2, p. 88-108. 2011. Disponível em: <<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/35/34>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

Você deve estar se perguntando o porquê de termos discutido a agricultura, as manufaturas, as finanças e o comércio da Inglaterra, sem nem ao menos tocar na indústria. O motivo é simples: a Revolução Industrial não pode ser entendida como uma erupção espontânea das forças produtivas, uma elevação acidental da produção a partir da invenção desta ou daquela ferramenta por um pequeno capitalista britânico. Ela é resultado da forma assumida pela sociedade inglesa nesse período, e, sem essas considerações, não podemos responder à pergunta mais importante sobre esse período: por que a Inglaterra toma a dianteira?

Império e Indústria – o protagonismo inglês

Vamos recapitular rapidamente as circunstâncias que elencamos nas páginas anteriores. Entre os séculos XVII e XVIII, a sociedade inglesa experimenta um conjunto de rápidas transformações que propicia a mudança nos papéis de diferentes camadas sociais. Com as mudanças na institucionalidade do meio rural, decorrência das ondas sucessivas de cercamentos, os camponeses são progressivamente deslocados de suas aldeias de origem e concentrados em cidades, atuando nas manufaturas associadas ao tratamento da lã e à produção de tecidos. Esse é um movimento longo, que se estende, aproximadamente, de 1650 a 1750. Na dianteira desse processo, estão os arrendatários, originalmente ocupados do arrendamento de terras para criação de ovelhas que, vendo nos têxteis de lã rentabilidade maior do que a originada da venda de matéria-prima, gradualmente tomam controle de outras etapas da produção, como a fiação, o clareamento e a tecelagem. Convertidos em capitalistas agrários, esses primeiros “capitães da indústria” organizam os novos centros produtivos da economia inglesa, controlando técnica, local e ritmo da produção com a propriedade das ferramentas usadas pelos trabalhadores. A renda resultante dos arrendamentos se reverte em recursos disponíveis para a nobreza, que extrapola seus privilégios senhoriais e assume a função de direção financeira do sistema; os capitais concentrados nas mãos dessa aristocracia financeira custeiam a expansão do Império e de suas redes de comércio. Ademais, esses mesmos sujeitos mantêm o controle da “grande política” inglesa no período e detêm posições estratégicas na Marinha e no Parlamento.

A organização e ressignificação das camadas sociais inglesas, nesse período, são indispensáveis para a compreensão da Revolução Industrial por estar ligada diretamente ao conjunto de condições responsáveis por esse fenômeno. A dinâmica dos cercamentos dá origem aos primeiros capitalistas e aos primeiros trabalhadores, organizados em torno da manufatura e dos novos centros urbanos que surgiam no interior inglês. As rendas desse processo são direcionadas para a expansão colonial e comercial, que garante a oferta quase inesgotável de algodão à disposição dos comerciantes ingleses e os mercados para a comercialização dos tecidos baratos e de baixa qualidade produzidas nas primeiras indústrias têxteis.

Em suma, o pioneirismo da Inglaterra é explicado pela

convergência de circunstâncias internas e externas à economia inglesa. Internamente, (1) a mudança na organização do campo, (2) a emergência de camadas de trabalhadores dependentes da renda gerada na produção e de capitães de indústria de mentalidade capitalista, (3) o desenvolvimento de manufaturas têxteis originalmente ocupadas da produção de tecidos de lã e (4) a conversão da aristocracia rural em uma aristocracia financeira são os fatores decisivos. Mas esses fatores não seriam suficientes para desencadear o processo: (5) é preciso que o algodão participe da equação, para que a Revolução Industrial seja possível. É esse produto o responsável pelo salto qualitativo e quantitativo na produção entre 1760 e 1780, momento decisivo do distanciamento dos ingleses frente a seus competidores. E não haveria algodão abundantemente disponível para a indústria têxtil não fosse (6) a mão pesada (e claramente visível) do Império Britânico, que unia o firme controle das rotas marítimas à defesa do livre comércio, instrumental na expansão do mercado externo. Assim, o campo, os trabalhadores e capitalistas, as manufaturas, as finanças, o algodão e o Império atuam no sentido de garantir à nascente indústria inglesa condições únicas, radicalmente distintas daquelas presentes em outras das grandes nações do período.



Reflita

A Inglaterra auferiu uma série de vantagens de seu pioneirismo na Revolução Industrial. Graças à dianteira conquistada entre 1780 e 1840, a economia inglesa se distancia enormemente das demais economias europeias e sua posição de liderança permanece incontestada até o fim do século XIX. Agora, pense no que você aprendeu sobre as demais potências do continente nas unidades anteriores. Por que essa primeira arrancada industrial não ocorre na França napoleônica, no Piemonte ou na Prússia? Como estavam organizados o campo e as cidades, em cada um desses territórios? Quais as dificuldades enfrentadas por diferentes classes sociais, na passagem do século XVIII para o XIX? Qual a projeção internacional de cada um desses países? Quais mercados estavam abertos ou fechados para comerciantes franceses, alemães e italianos?

Invenção, inovação e aplicação

Mas a Revolução Industrial não estaria completa sem a emergência da produção industrial, resultante das novas dinâmicas produtivas e do emprego do algodão como a principal matéria-prima da indústria inglesa. Como afirmamos anteriormente, o algodão é responsável, também, pela transição das máquinas de operação manual, como teares e rocas de fiar tradicionais, para aparatos mais complexos e mais produtivos.

Mais uma vez, o contexto socioeconômico inglês se faz presente. O nascimento da indústria e as primeiras máquinas são resultados de condições favoráveis presentes na economia inglesa – a presença de múltiplos pequenos capitais (os capitães manufatureiros) dispersos pelo interior, cada qual experimentando em suas oficinas com ferramentas de baixo nível técnico e com pouca demanda de capital. Sim, baixo nível técnico e pouca demanda de capital: as primeiras máquinas eram resultado de experimentação por agentes interessados na melhoria da produção, e essas invenções não partiam de departamentos de pesquisa, universidades ou grandes cientistas. Eram pouco mais que pequenas “improvisações produtivas” pelos manufatureiros.

Outra peça importante do cenário que dá origem às primeiras máquinas é uma demanda peculiar dos centros urbanos resultantes da manufatura e de sua expansão: o carvão. A demanda por carvão para aquecimento das casas (já que o direito à coleta de lenha nos bosques tinha ficado no passado, junto com as prerrogativas restantes da vida camponesa) impulsionava as minas do noroeste inglês, que, por sua vez, tinham demandas tecnológicas peculiares, movidas pela necessidade do escoamento da produção e do acúmulo de água nas minas. Com a proximidade entre água e carvão, em pouco tempo encontrou-se uma solução para os dois dilemas: a criação de máquinas a vapor para escoamento do carvão minerado nas profundezas.

Assim, faz sentido que a invenção-chave da primeira Revolução Industrial seja a máquina a vapor de Thomas Newcomen, em 1711. A história dos inventos seguintes é marcada por uma dinâmica similar – o avanço em alguma área da produção fazia com que industriais e inventores descobrissem novos gargalos produtivos (i.e., novos desafios) e se empenhassem no desenvolvimento de aplicações que

solucionassem esses problemas (ou respostas aos desafios lançados). Mas ainda é uma trajetória longa e que não se dá sem percalços. A cronologia usual toma a invenção lançadeira volante por John Kay, em 1733, como o momento decisivo da mecanização da produção. Um substituto mecânico para os teares convencionais, a lançadeira volante trouxe, como consequência inesperada de sua incorporação à produção, a escassez dos fios. Logo, lançava-se um desafio à fição. Essa questão só foi resolvida de forma adequada em 1764, com a invenção da Spinning Jenny, uma fiadeira semiautomática que permitia a um só trabalhador fiar vários fios ao mesmo tempo. Ainda assim, os fios eram muito quebradiços para as operações mecânicas a que agora estavam sujeitos; só se tornaram mais resistentes em 1768 com a invenção de uma máquina de fiar hidráulica (water frame) por Richard Arkwright. Spinning Jenny e water frame foram combinadas em uma só máquina em 1779, por Samuel Crompton – a mula (mule) –, o que representou um salto considerável na produtividade da fição. Nesse momento, o desafio era mais uma vez a tecelagem, já que as tecelãs não conseguiam manter o mesmo ritmo que a fição mecanizada. Assim, em 1785, é inventado o primeiro tear mecânico, de fato, por Edmund Cartwright.



Pesquise mais

Muito da literatura convencional se perde na cadeia de invenções da Revolução Industrial, elaborando convolutas cronologias dos diferentes inventos e ligando-os por pouco mais do que uma causalidade fortuita. Séculos de inovações direcionadas à produção seriam ligadas por pouco mais do que acidentes concomitantes; a Inglaterra teve a “sorte”, para essas interpretações, de servir de berço a grandes inventores.

Felizmente, há um conjunto de trabalhos ocupados da dinâmica tecnológica na industrialização inglesa. Além dos comentários sobre o tema nos trabalhos que já mencionamos (Hobsbawm, 1986 e 2004, e Arrighi, 2006), há uma tese que merece especial destaque: *Prometeu Desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, de 1750 até os dias de hoje*, de David Landes, é uma interessante viagem pela Revolução Industrial a partir da dinâmica de desafio e resposta das inovações tecnológicas.

A dinâmica tecnológica de desafio e resposta que marca o ciclo de invenções, inovações e aplicações desses inventos à produção é parte fundamental da Revolução Industrial. Mas é importante analisá-la pelo que ela realmente é: não a causa do fenômeno, mas outra consequência das peculiares circunstâncias vivenciadas pela sociedade britânica no período.

Sem medo de errar

Você provavelmente pensou em produtos industrializados, resultado de longas cadeias de produção. Por exemplo, podemos visualizar uma camiseta de algodão, cuja matéria-prima é colhida em vastas plantações em climas tropicais (inclusive no Brasil), no computador no qual escrevemos esse texto (manufaturado na China, a partir de design e instruções norte-americanas) e na mesa sobre a qual escrevemos (feita de madeiras processadas industrialmente, com componentes metálicos e plásticos). Nenhum desses itens seria possível sem a técnica e as formas de organização da produção originadas com a Revolução industrial. Logo, o fato de estarmos cercados por bens industrializados e por um modo de vida que é decorrência da indústria e das ocupações industriais nos separa de nossos ancestrais de dois séculos e meio atrás; eles ainda viviam na transição para este modo de vida, e sua vida não era marcada de forma tão definitiva pelas novas técnicas produtivas.

Quanto à primazia inglesa, exploramos esse ponto ao longo da seção. Ela é garantida por uma série de fatores (capitalismo agrário, situação peculiar dos trabalhadores e capitalistas, desenvolvimento da agropecuária, acesso quase ilimitado ao carvão e ao petróleo, aristocracia financeira e expansão do Império Britânico), cada qual responsável, em parte, pela eclosão dessa transformação radical da produção e da vida. Ainda assim, os fatores decisivos se relacionam intimamente com o mercado externo: a produção e oferta de algodão, e os mercados consumidores para os tecidos ingleses.

Faça valer a pena

1. "Qualquer que tenha sido a razão do avanço britânico, ele não se deveu à superioridade tecnológica e científica. Nas ciências naturais os franceses estavam seguramente à frente dos ingleses, vantagem que a Revolução Francesa veio acentuar de forma marcante, pelo menos na matemática e na física, pois ela incentivou as ciências na França enquanto a reação suspeitava delas na Inglaterra". (HOBBSAWM, 2004, p. 52).

Na passagem acima, Hobsbawm tece comentários sobre a inferioridade inglesa na ciência e na técnica, às vésperas da Revolução Industrial. Escolha a alternativa que melhor descreve a situação dos inventos ingleses nesse momento e a sua relação com o atraso científico nesse país:

- a) A Revolução Industrial foi realizada basicamente com ferramentas simples, como martelos e teares manuais. Não era necessário qualquer domínio da técnica.
- b) Os ingleses notavelmente recrutaram artesãos italianos e alemães para a modernização de suas manufaturas.
- c) É por esse motivo que a primazia na Revolução Industrial é francesa, até 1840, ano em que o Reino Unido se moderniza tecnologicamente.
- d) As primeiras máquinas incorporadas à tecelagem e à fiação não exigiam conhecimentos científicos para sua montagem ou operação. Também eram aparelhos baratos, demandando baixos investimentos.
- e) A situação das manufaturas irlandesas era peculiar; nesses espaços, avanços tecnológicos guiavam a criação de novas máquinas, importadas pelos ingleses.

2. "Qualquer que tenha sido a estrutura social, entretanto, a importância das colônias para o desenvolvimento econômico europeu está em que elas produziram um volume cada vez maior de artigos de exportação, primordialmente gêneros alimentícios, matérias-primas, e receberam, em contrapartida, um fluxo crescente de produtos manufaturados europeus. Esse não foi um lucro momentâneo. Constituiu um incremento duradouro para a pressão de demanda sobre a indústria europeia e, desse modo, como veremos, contribuiu para a Revolução Industrial" (LANDES 1995. p. 43).

A passagem acima discorre sobre a importância das colônias para a realização da Revolução Industrial, citando a exportação de matérias-primas. Dentre as matérias-primas produzidas nas colônias, a mais importante para a industrialização original na Inglaterra é a(o):

- a) cana de açúcar
- b) carvão
- c) lenha
- d) café
- e) algodão

3. "A substituição das ferramentas pelas máquinas, da energia humana pela energia motriz e do modo de produção doméstico pelo sistema fabril constituiu a Revolução Industrial. Nessa medida tratou-se de uma verdadeira revolução, por seu enorme impacto sobre a estrutura da sociedade. Esse processo de transformação foi acompanhado por uma notável evolução tecnológica". (ARRUDA, 2003, p. 151).

A passagem acima apresenta uma definição sumária da Revolução Industrial. Esse importante fenômeno, originado em meados do século XVIII, foi marcado pela primazia da Grã-Bretanha. Escolha a alternativa que lista corretamente as causas do pioneirismo inglês:

- a) Mercantilismo, situação peculiar religiosa e política, desenvolvimento das manufaturas, acesso quase ilimitado ao algodão, aristocracia financeira e expansão do Império Britânico.
- b) Capitalismo agrário, situação peculiar dos trabalhadores e capitalistas, desenvolvimento das manufaturas, acesso quase ilimitado ao algodão, aristocracia financeira e expansão do Império Britânico.
- c) Capitalismo agrário, situação peculiar dos trabalhadores e capitalistas, desenvolvimento da agropecuária, acesso quase ilimitado ao carvão e ao petróleo, aristocracia financeira e expansão do Império Britânico.
- d) Capitalismo agrário, situação peculiar dos trabalhadores e capitalistas, desenvolvimento das manufaturas, acesso quase ilimitado ao algodão, aristocracia rural retrógrada e contração do Império Britânico.
- e) Primazia científica e tecnológica, distribuição igualitária de renda, desenvolvimento das manufaturas, acesso quase ilimitado ao algodão, aristocracia financeira e expansão do Império Britânico.

Seção 4.2

Segunda Revolução Industrial (1860-1914)

Diálogo aberto

Imagine, por um momento, o cotidiano de uma grande fábrica, ocupada da produção diária de milhares de mercadorias. Podemos visualizar operários indo para o trabalho, seguindo o apito da fábrica e lá permanecendo ao longo do dia. Trata-se de um longo processo produtivo em que cada um desempenha uma função diferente na produção de bens variados. Uma variedade de inovações e tecnologias empregadas na produção, mas duas perguntas são importantes neste momento – qual o tamanho das fábricas que imaginamos? O que elas produzem?

As indústrias que conhecemos hoje são muito diferentes daquelas do início da Revolução Industrial. Algumas delas nem mesmo existiam, no começo do processo, e muitas novas formas de produção e novos produtos são resultado da chamada Segunda Revolução Industrial. Quais as diferenças entre as primeiras manufaturas e a grande indústria de meados do século XIX? Pense, agora, em três elementos específicos – as ferrovias, a indústria bélica e o motor à combustão empregado em veículos automotivos. O que é necessário para cada um desses inventos? Quais transformações são causadas pelo seu aparecimento? Em que medida cada um destes itens é representativo dos traços centrais da Segunda Revolução Industrial?

Não pode faltar

Na seção anterior, exploramos os condicionantes da Primeira Revolução Industrial, suas particularidades e consequências. Agora, há algo subentendido na denominação de “primeira” revolução – se há uma primeira, certamente há revoluções subsequentes. Há certo consenso sobre a existência de uma Segunda Revolução Industrial, realizada ainda no século XIX, e uma terceira, já no século XX. Cada uma dessas revoluções seria marcada por mudanças substantivas na organização da produção, nas tecnologias mobilizadas, nas matérias-primas, nos mercados consumidores e na escala.

A única constante, no caso das sucessivas revoluções industriais, é a mudança. Trata-se de processos distintos, marcados por uma série de especificidades próprias. Como nos ocupamos, aqui, das mudanças observadas no século XIX, não chegaremos a discutir a Terceira Revolução Industrial, mas estudaremos em profundidade o segundo movimento dessa onda revolucionária de transformações produtivas.

Um dado curioso sobre a Segunda Revolução Industrial é que, apesar de ser a segunda grande onda de industrialização, ela é a “Primeira” em termos da nossa percepção do significado e do impacto das novas formas de organização da produção. Na transição da Primeira para a Segunda Revolução, estão localizados alguns dos grandes símbolos da industrialização, no ocidente: é na Segunda Revolução Industrial que observamos a concentração dos capitais em grandes conglomerados produtivos; também nesse mesmo período assistimos à difusão da industrialização por uma série de novos setores, como a metalurgia e a química; as novas técnicas produtivas também se espalham geograficamente, popularizando-se na Europa continental; por fim, a Segunda Revolução Industrial traz ao mundo a síntese do ideal de progresso econômico, no período – a locomotiva.

Mas quando, exatamente, ocorre a ruptura entre a primeira e a Segunda Revolução Industrial? Há um certo consenso em torno da periodização, que assume que as décadas entre 1850 e 1870 representariam o marco fundador das principais mudanças na produção industrial. O que também se assume é que, apesar da diferença de denominação, os dois processos estão concatenados no tempo: assim, a Segunda Revolução Industrial representa o agravamento, aprofundamento e difusão de alguns traços fundamentais da Primeira Revolução Industrial. Logo, para que compreendamos esse novo momento da transformação das forças produtivas, é preciso que partamos do contexto em que ele está inserido – a hegemonia política e econômica do Império Britânico.

Os desdobramentos da hegemonia inglesa

Você já deve estar familiarizado com a peculiar posição ocupada pela Grã-Bretanha entre as potências europeias, nesse período. Se acompanhou com atenção as seções anteriores, certamente se lembra do papel dos ingleses na derrota de Napoleão, sua participação

no Congresso de Viena, a defesa de seus interesses políticos e econômicos nos oceanos e as condições singulares que possibilitaram à Inglaterra assumir o protagonismo da Primeira Revolução Industrial. Assim, as transformações políticas e econômicas entre 1780 e 1815 garantem a Londres a possibilidade de assumir larga dianteira frente às outras economias europeias, e essa dianteira explica muito do movimento de difusão da industrialização pós-1850.

Em primeiro lugar, a indústria têxtil algodoeira, elemento central da primazia britânica, atinge sua maturidade e seu limite entre 1815 e 1850. As pequenas fábricas de tecidos de algodão desempenham papel importante na arrancada da industrialização original, operando com uma matéria-prima de baixo custo, mercados em rápida expansão e investimento inicial reduzido. Agora, a rentabilidade desse capital também se torna progressivamente menor quão mais saturado se torna o setor, na primeira metade do século XIX. O rápido crescimento dos primeiros centros industriais motiva uma espécie de "corrida algodoeira", e um sem-número de capitalistas ingleses investe nesse setor. A concorrência entre as várias fábricas e a elevada demanda de tecidos faz com que os preços apresentem quedas sucessivas, o que diminui a rentabilidade do investimento nesse ramo e, progressivamente, garante que os capitais ingleses se movam para outros setores.

Assim, a **concorrência intercapitalista** passa a desempenhar papel-chave nas novas formas de produção. Os capitães de indústria passam a disputar mercados e matérias-primas ferozmente, procurando formas de reduzir custos e manter suas margens de lucro em patamares aceitáveis. O capital acumulado nas primeiras décadas de industrialização é, assim, mobilizado sob uma variedade de formas, e se torna a principal força responsável pela expansão do Império Britânico nesse período.

Uma primeira consequência dessa situação é que os capitais disponíveis no Reino Unido passam a procurar novas ocupações, sendo investidos nas mais diversas iniciativas. Parte desses capitais continuava a ser reinvestida nas indústrias tradicionais ou nas colônias inglesas, ou mesmo em companhias dedicadas à extração e comercialização de produtos tropicais. Mas o crucial, nesse momento, é o espraiamento desse capital para outras áreas: sua inversão em novas fontes de energia, no desenvolvimento de novos produtos,

sua concentração na produção em larga escala, os investimentos em transporte e infraestrutura e o seu constante trânsito em outras economias.

Sob a hegemonia do Império Britânico, a economia internacional é dotada de uma institucionalidade política e econômica que privilegia a integração de diversas partes do globo em uma extensa rede de comércio e finanças. Diferentes países e continentes são incorporados nesse grande circuito de trocas de formas variadas; enquanto as economias latino-americanas reafirmam seu papel de polos agroexportadores, as demais nações europeias se tornam um destino atraente para capitais ingleses em busca de valorização pelo investimento. Concomitantemente, o rápido crescimento de um setor industrial, nas primeiras décadas do século XIX, motiva uma série de desafios a outros setores – rapidamente, as inovações na indústria algodoeira passam a exigir inovações em outros ramos da produção.



Assimile

A Revolução Industrial não é um fenômeno puramente econômico. É importante enfatizar esse dado, já que muitos analistas, no passado, erraram ao entendê-la pura e simplesmente como um conjunto de mudanças na técnica ou uma elevação quantitativa na produção. Como você pôde ver, a Primeira Revolução Industrial é desencadeada por uma série de fatores, dos quais somente alguns são estritamente ou diretamente econômicos; ela é resultado, também, da confluência de elementos políticos, sociais e culturais.

O mesmo vale para a Segunda Revolução Industrial. É fundamental que você tenha em mente, quando estuda esse fenômeno, que as relações entre diferentes setores, a dinâmica de acumulação e concentração de capital, a descoberta de novas tecnologias e a disputa por matérias-primas e mercados consumidores não são conduzidas por agregados econômicos, mas por industriais, financistas, oficiais da marinha, diplomatas e representantes do Império Britânico e de seus rivais.

Novas indústrias, novas matérias-primas, novos produtos

A rápida transformação da indústria algodoeira motivou uma série de inventos em outras áreas. Falamos rapidamente sobre a

importância de desafios e respostas impostos pelas novas formas de produção e pela rápida expansão do meio urbano no caso das minas de carvão, no fim da seção anterior. Retomaremos o carvão e as máquinas a vapor em breve; por ora, iremos nos concentrar em outros setores que experimentaram transformações singulares no âmbito da Segunda Revolução Industrial.

Uma primeira observação diz respeito à popularização das máquinas, na maturidade da indústria algodoeira. Nas décadas de 1810 e 1820, a difusão da indústria têxtil no Reino Unido já demandava fábricas especializadas na criação de máquinas para os diferentes estágios da produção industrial de tecidos. Assim têm origem as primeiras fábricas destinadas à **produção de bens de capital ou equipamentos**.

Esse estágio é fundamental para os desenvolvimentos seguintes por representar também o começo da difusão da maquinofatura para outros setores. Com fábricas dedicadas à produção de máquinas e ferramentas industriais, a inovação no maquinário ganha novas proporções. Desenvolvem-se engenhos progressivamente mais complexos e com aplicações variadas.

Um desdobramento da indústria de bens de capital é o fortalecimento da **indústria metalúrgica**; com máquinas maiores e mais pesadas, faz-se necessário que a armação dos novos equipamentos não seja mais construída de madeira, como nas décadas entre 1760 e 1820. Pela velocidade da produção e precisão desses novos engenhos, ganha ímpeto, a partir de 1840, a produção em escala industrial de aço.

A metalurgia possuía, em si, uma cadeia própria de desafios e respostas relacionadas com a retirada de impurezas dos minérios utilizados, o melhor aproveitamento do carvão (i.e., como evitar perdas de calor para o ambiente e derreter o máximo de minério com o mínimo de energia) e a prensa e o corte das chapas de aço. Obviamente, esse tipo de operação não pode ser realizado nas fabriquetas de Manchester e Birmingham – é preciso uma nova forma de organização industrial, com capital em monta suficiente para que as dispendiosas instalações da indústria metalúrgica fossem construídas.

Os primeiros passos da **indústria química** foram dados a partir de uma necessidade peculiar – o clareamento dos tecidos produzidos

em Lancashire. Ainda no século XVIII, os tecidos de algodão eram clareados com subprodutos da pecuária, de forma primitiva e rudimentar. A elevada produtividade da indústria têxtil criou uma enorme demanda por formas industriais de clareamento de tecidos; em meados do século XIX, estabelecem-se as primeiras fábricas destinadas à produção de ácido sulfúrico, soda cáustica e sabão.

Assim, bens de capital, metalurgia e química representam o primeiro salto industrial e tecnológico da Segunda Revolução Industrial. Os três setores estão diretamente relacionados com as demandas da indústria têxtil e usufruem dos vastos capitais acumulados com o comércio marítimo e a venda de tecidos ao redor do mundo. À sua maneira, cada um deles contribui de forma específica para o aprofundamento das mudanças desse período: a indústria de máquinas e equipamentos possibilita a difusão da maquinofatura, a metalurgia é representativa das grandes montas de capital agora demandadas pelas novas formas de produção industrial e a química representa algo inédito, no meio industrial inglês: a aproximação entre a fábrica e o laboratório.

A Primeira Revolução Industrial foi feita com pouco capital, tecnologia rudimentar e máquinas primitivas. O movimento seguinte da industrialização do ocidente passa por condicionantes inversos – mecanização generalizada, capitais concentrados e participação progressivamente maior das ciências aplicadas na produção industrial.



Pesquise mais

Mais uma vez, a referência fundamental para qualquer estudo da história da técnica na Revolução Industrial é o seminal *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até nossa época*, de David Landes. Landes é nossa principal referência no que toca à dinâmica de desafio e resposta das inovações industriais, no século XIX, e apresenta detalhados relatos dos progressos dos diferentes setores da Segunda Revolução Industrial e de como esses progressos estão relacionados com o desenvolvimento das grandes potências europeias. Se você se interessa por essas questões, é uma leitura fundamental.

A ferro e fogo

Bens de capital, metalurgia e química empalidecem se comparados com a tecnologia símbolo desse momento da industrialização: as ferrovias. Sua história é representativa dos desenvolvimentos do período, além de ajudar a explicar o impacto e a abrangência das transformações da Segunda Revolução Industrial.

As impressionantes locomotivas do século XIX têm origens humildes. Como descrevemos de forma breve, anteriormente, os primeiros carros a vapor emergem dos experimentos com máquinas a vapor de Newcomen e Watt. Modelos rudimentares de motores a vapor povoam a imaginação de cientistas e homens práticos ingleses (como Thomas Savery, que elabora o esboço de um trem a vapor em 1698, sem ter o capital para viabilizar sua produção), mas é somente no século XIX que esses planos são postos em prática. Em 1801, Richard Trevithick dá início a uma revolução nos transportes, combinando a máquina de Watt e os carros de transporte de carvão existentes na criação do *Diabo Fumegante*, o primeiro veículo a vapor do mundo.

O investimento nesse tipo de engenho e nas companhias ferroviárias só é possível, mais uma vez, a partir de peculiaridades do capitalismo inglês. O primeiro traço notável (que já apontamos anteriormente) é a presença de vastos montantes de capital em busca de valorização. As ferrovias apresentavam baixo retorno, se entendidas independentemente de outros setores; no entanto, potencializavam enormemente o rendimento dos outros campos. Ou seja: por si só, a criação de locomotivas e a instalação de trilhos de ferro possibilitava retorno limitado; seu verdadeiro potencial só poderia ser entendido a partir da redução dos custos para vários outros setores e da abertura de novos mercados.

Os capitais ingleses se encontravam em situação que possibilitava a inversão com baixas taxas de lucro em tecnologias e obras que representassem melhorias de infraestrutura. A demanda dos grandes centros por carvão garantia a demanda por ferrovias, e as novas ferrovias, por si só, elevavam a demanda por carvão. Estabelecia-se um ciclo vicioso em que o carvão e o aço se retroalimentavam: eram necessárias mais linhas de ferro e mais máquinas para que essas matérias-primas fossem transportadas, e essa demanda infraestrutural, por sua vez, impulsionava as atividades carvoeiras e metalúrgicas.

A rapidez nos transportes possibilitava a integração de territórios

antes deixados à margem da industrialização; pessoas se deslocavam com maior facilidade para os novos centros produtivos, máquinas poderiam ser enviadas para cantos remotos das ilhas, produtos seriam encaminhados para os portos de forma rápida e barata. A ferrovia reduzia as diferentes dotações regionais, na Inglaterra, e possibilitava que a indústria se expandisse ainda mais no país.

Contudo, sua grande vantagem não estava na instalação da malha ferroviária inglesa, e sim na comercialização de locomotivas para outros países. Os parceiros comerciais ingleses, fascinados com o novo invento e com as possibilidades econômicas abertas pela transformação da infraestrutura de transportes, viam na ferrovia a única forma possível de integração econômica e participação efetiva nos mercados internacionais. Alemães, franceses, italianos, até mesmo brasileiros – todos recorrem à experiência inglesa para instalar suas primeiras ferrovias.

E, nesse jogo, os capitais ingleses lucram duas vezes. Ainda que o lucro da venda e instalação de ferrovias não fosse notavelmente elevado, ele era potencializado pelos juros cobrados pelos financistas ingleses no empréstimo dos recursos utilizados para a contratação dos técnicos e engenheiros que instalariam as primeiras ferrovias. De forma simples, os ingleses emprestavam o capital para que as economias em desenvolvimento instalassem malhas ferroviárias, e esse mesmo capital era usado, por essas economias, na compra de locomotivas inglesas e na contratação de especialistas ingleses. Não bastasse essa peculiar forma de valorização do capital, as novas linhas férreas possibilitavam a importação de produtos ingleses por mercados ainda maiores e a exportação, para a Inglaterra, de gêneros primários e matérias-primas.

Em suma, as ferrovias são essenciais para essa etapa do desenvolvimento do capitalismo por reunirem todos os fatores que fazem da Segunda Revolução Industrial um fenômeno singular. Elas articulam a presença de vasta oferta de capital a uma demanda quase inesgotável por esse mesmo capital, que passa a se ocupar de melhoras consideráveis na infraestrutura de transportes de todo o ocidente; a locomotiva é a síntese das novas formas de produção, dos novos produtos, das novas matérias-primas (principalmente aço e carvão) e da tendência à concentração de capital. Representam, ainda, a mobilidade quase irrestrita de capital e mão de obra, assim

como a expansão de mercados produtores de matérias-primas e consumidores de bens industrializados. Tudo isso sob o domínio do capital financeiro inglês.



Exemplificando

Um dado interessante da expansão da malha ferroviária pelos diferentes países do ocidente é a existência de perfis distintos de ferrovia. Enquanto na Europa as ferrovias eram construídas prioritariamente para ligar diferentes mercados, garantir o transporte de mercadorias e matérias-primas e possibilitar o deslocamento de passageiros, nas partes da América do Sul e da África que foram alvo de projetos similares, as linhas de ferro se limitaram a proporcionar o escoamento de gêneros agrícolas pelo litoral. É por esse motivo (entre outros) que as poucas ferrovias de que dispúnhamos, no Brasil, estavam localizadas em uma faixa próxima ao litoral, ligando os cafezais aos portos.

Obviamente, esses perfis correspondem à articulação dos interesses do Império Britânico com as ambições das elites locais. Enquanto na Europa continental as ferrovias obedeceram a considerações abrangentes, de ordem social, econômica e militar, aqui o determinante era fundamentalmente econômico: nossos cafeicultores viam nas locomotivas a possibilidade de vender mais café, ou de expandir suas plantações para o interior do território.

As vantagens dos retardatários

O capital acumulado nas primeiras décadas do século XIX não se contenta somente em ocupar-se da difusão da maquinofatura para outros setores da produção. É fundamental que esse capital se expanda pelo globo, aproveitando toda e qualquer oportunidade de valorização.

Confiantes em sua hegemonia política e econômica e na primazia financeira e naval do Império Britânico, os ingleses não se opõem a investir em economias em desenvolvimento no continente europeu. A sua liderança é garantida tanto pela indústria quanto pelas vantagens de que desfrutavam como mantenedores da institucionalidade fundamental do sistema financeiro internacional.

As trocas entre diferentes economias, nesse período, eram

articuladas pelo padrão-ouro, que se generaliza entre 1870 e 1914. Em suma, o **padrão-ouro** das trocas internacionais é a síntese de um conjunto de regras e práticas de política econômica, como a liquidação de pagamentos internacionais via transferência de ouro, a conversibilidade das moedas nacionais em ouro a taxas fixas, a liberdade para exportação e importação de divisas (ouro) e a vinculação da política monetária de um dado governo a essas divisas. **Em termos claros, o padrão-ouro ditava as normas de interação econômica entre os países, estabelecendo que o comércio entre diferentes nações seria feito em ouro, que cada moeda poderia ser convertida em ouro a uma dada taxa e que essa taxa (e o volume de ouro à disposição de um dado governo) ditaria o limite da impressão de moeda ou de títulos da dívida pública.** Como a Inglaterra era a principal potência econômica do período e a libra esterlina foi a primeira moeda a adotar a conversibilidade em ouro, a libra, mais que o ouro, se estabelece como o padrão para as transações econômicas internacionais.

É o que isso quer dizer? É como se o Império Britânico fosse o "maestro" da "orquestra financeira" internacional; a performance da economia inglesa dita a performance da libra, e as flutuações da libra têm forte impacto sobre as diferentes nações. Logo, era fundamental, para qualquer economia do século XIX, que as relações diplomáticas com Londres fossem estáveis e que os seus interesses se alinhassem com os interesses do Império.



Pesquise mais

Duas teses são particularmente valiosas na análise da relação entre a hegemonia britânica, sua dominância financeira e o ciclo de desenvolvimento entre 1840-1890. Em *Os Anos de Chumbo: Economia e a Política Internacional no Entre-Guerras*, o economista brasileiro Frederico Mazzuchelli apresenta um instigante modelo para a compreensão das trajetórias de modernização retardatária a partir da Pax Britannica e do padrão-ouro. Barry Eichengreen, autor de *A Globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional*, é um dos grandes historiadores das finanças internacionais; sua análise do desenvolvimento do padrão-ouro e da sua importância para as relações internacionais, no período, é uma excelente leitura da dimensão financeira da primazia internacional britânica.

A disponibilidade de abundantes capitais ingleses nos mercados internacionais e a necessidade de desenvolvimento econômico – agora encarado da perspectiva do fortalecimento estratégico das jovens nações continentais – ditavam uma peculiar dinâmica: diferentes países europeus gravitavam em torno das finanças inglesas, ao mesmo tempo que se valiam dos empréstimos contraídos em Londres para modernizar a indústria e os serviços locais.

Essa é, em uma primeira simplificação, a história do desenvolvimento dos demais centros industriais do continente europeu. É fundamental a percepção de que, mais uma vez, esse ciclo de industrialização difere da Primeira Revolução Industrial: as chamadas industrializações retardatárias se pautam pela forte proteção estatal e pela articulação de interesses variados (exército, nobreza, capital mercantil, financeiro e industrial) na promoção da indústria nacional.

De forma bastante sintética, as industrializações retardatárias se processaram de forma variada. A Bélgica foi a primeira das economias continentais a se industrializar, com a criação, já em 1807, de uma fábrica de tecidos em Liège. Seu desenvolvimento foi potencializado pela abundância de carvão e ferro, pela proximidade de outros mercados europeus e pela presença constante de capitais ingleses. A Itália, por outro lado, apresentou industrialização tardia; a pouca disponibilidade de carvão e a heterogeneidade econômica das várias regiões italianas contribuíram para que o primeiro surto de industrialização só ocorresse no fim do século, entre 1880 e 1890. O Piemonte, especialmente Turim, berço da indústria automobilística italiana, se desenvolve em velocidade maior que a do restante da península. O Império Austro-Húngaro, apesar da vasta extensão, não é marcado por uma industrialização rápida. Seu principal centro industrial localizava-se onde hoje é a República Tcheca, mas sua lenta modernização condiz com a decadência política dessa estrutura, no período. A industrialização francesa é marcada por um lento e gradual processo de desenvolvimento, uma vez que não há, ao longo de todo o século XIX, um momento que possa ser apontado como uma arrancada decisiva da produção industrial na França. Ressalvas contra sociedades por ações e o mercado financeiro (a França tem uma longa história de fraudes financeiras e especulativas, do século XVII ao XIX) condicionavam um perfil profundamente conservador, nos investidores franceses, o que fazia com que o reinvestimento dos lucros fosse a forma preferida (apesar da lentidão) de expansão dos negócios. Os tsares russos participavam intensamente da industrialização de seu país e procuravam incentivá-la a partir do

excedente gerado pela exportação de produtos agrícolas. Ainda assim, o desenvolvimento industrial mais expressivo da Rússia é entre as décadas de 1890 e 1910.

Um caso, no continente, merece especial atenção: a Alemanha. Unificada em torno de um projeto militar e econômico claro, a jovem nação alemã se estabelece, desde sua origem, como um centro das novas indústrias. As reformas educacionais e econômicas encampadas na Prússia criam um cenário propício para o desenvolvimento das indústrias típicas da Segunda Revolução Industrial, e a Alemanha rapidamente se afirma como a principal potência química e metalúrgica do continente, ultrapassando a Inglaterra, nesses setores, em 1870.

Fora do continente europeu, destacam-se o rápido desenvolvimento norte-americano, potencializado pela vitória do norte sobre o sul na Guerra Civil (1861-1865). De forma análoga à Alemanha, os EUA dedicam-se às capacidades associadas com as indústrias da Segunda Revolução, sendo pioneiros em vários dos desenvolvimentos da “segunda onda” de inovações produtivas desse fenômeno (como a eletricidade, o telégrafo e o automóvel).



Pesquise mais

Há um número expressivo de trabalhos de história econômica comparada sobre as trajetórias de desenvolvimento das grandes potências europeias. Já mencionamos alguns desses textos em outras ocasiões (como *As origens sociais da ditadura e da democracia*, de Barrington Moore Jr.). Há alguns outros trabalhos que gostaríamos de recomendar. Em primeiro lugar, a tese clássica de Charles Tilly, *Coerção, Capital e Estados Europeus, 990-1992*. Ainda que a periodização adotada por Tilly possa parecer intimidadora, o trabalho se afirmou, ao longo do tempo, como uma das referências fundamentais no estudo da concorrência capitalista no século XIX. Sua análise nos ajuda a entender as motivações subjacentes às políticas de desenvolvimento no período e a formação da ordem política e econômica internacional na longa duração. Outra referência de interesse é o “clássico contemporâneo” *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*, do economista coreano Ha Joon Chang. Chang analisa com cuidado as diferentes estratégias e políticas adotadas pelas economias europeias em suas trajetórias de desenvolvimento, assim como a relação entre essas medidas e hegemonia britânica. Por fim, a coletânea de

artigos *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*, organizada por José Luís Fiori, apresenta tratamentos apurados das diferentes trajetórias de desenvolvimento no século XIX, com especial ênfase na política monetária e financeira empreendida por cada Estado.



Reflita

Analise com calma a situação política e econômica da Europa em 1870. De um lado, temos o vasto Império Britânico e sua pujança financeira; do outro, um conjunto de economias em desenvolvimento, sedentas por recursos e mercados consumidores. A industrialização de alguns desses países – como a Alemanha – é pensada em perspectiva estratégica, conjugada com seus avanços militares e uma atitude violenta e predatória. Quais as consequências possíveis dessa forma de desenvolvimento político, social e econômico? Qual o resultado provável do acirramento das disputas entre as potências em expansão? Onde elas encontrariam as matérias-primas e mercados consumidores de que dependem para dar continuidade à industrialização?

Sem medo de errar

Você provavelmente imaginou algo similar a uma grande planta industrial, povoada por centenas de operários envolvidos na operação de grandes máquinas. Mais do que uma representação da produção na Primeira Revolução Industrial, essa forma de organização da produção, marcada por sua larga escala e pela concentração de capital, é representativa da Segunda Revolução Industrial. Nesse momento da trajetória de industrialização, a maquinofatura difunde-se para vários novos setores – entre as décadas de 1850 e 1870 (que analisamos nesta seção), há avanços decisivos na indústria de bens de capital, na metalurgia e na química. Nos vinte anos seguintes (1870-1890), observam-se inovações relacionadas à energia elétrica, ao petróleo e aos motores à combustão.

Como exploramos ao longo da seção, as indústrias da Segunda Revolução Industrial são marcadas por mecanização generalizada, elevada demanda de capital e alto nível técnico. Alguns dos produtos-

-chave dessa trajetória de industrialização são representativos dessas especificidades. As ferrovias, em particular, são essenciais para essa etapa do desenvolvimento do capitalismo por reunirem todos os fatores que fazem da Segunda Revolução Industrial um fenômeno singular. Elas articulam a presença de vasta oferta de capital com uma demanda quase inesgotável por esse mesmo capital, que passa a se ocupar de melhorias consideráveis na infraestrutura de transportes de todo o ocidente; a locomotiva é a síntese das novas formas de produção, dos novos produtos, das novas matérias-primas (principalmente aço e carvão) e da tendência à concentração de capital. Representam, ainda, a mobilidade quase irrestrita de capital e mão de obra, assim como a expansão de mercados produtores de matérias-primas e consumidores de bens industrializados. Tudo isso sob o domínio do capital financeiro inglês.

Faça valer a pena

1. "A grande diferença em relação à primeira fase da Revolução Industrial era o estreito relacionamento entre a ciência e a técnica, o laboratório e a fábrica. A aplicação da ciência era imposta pela necessidade de redução dos custos, tendo em vista a produção em massa. O capitalismo concorrencial foi o propulsor dos novos avançostécnicos" (ARRUDA, 2004, p. 267).

A passagem acima explora brevemente a relação entre ciência e produção, na Segunda Revolução Industrial. Escolha a alternativa que mobiliza corretamente um exemplo dessa relação:

- a) A criação científica de teares e fiadeiras para a indústria algodoeira.
- b) A comoditização de microchips, com custo de produção vastamente reduzido.
- c) A incorporação de técnicas inovadoras na colheita de cereais.
- d) O desenvolvimento de formas cientificamente apuradas de tratamento do aço.
- e) A fundamentação científica da indústria naval britânica.

2. "O impacto das (_____) sobre a indústria não deve ser subestimado. A curto prazo, elas criaram uma demanda de ferro sem precedentes (assim como de madeira, vidro, couro, pedra e outras substâncias usadas na fabricação de vagões e na construção de instalações fixas); além disso, requereram esses materiais numa ampla variedade de formas acabadas,

que iam de itens relativamente simples, como trilhos e rodas, até motores e máquinas complicados, tudo isso dando um impulso especial aos ramos da metalurgia e da construção mecânica. Se somarmos a isso o efeito geral desse imenso investimento sobre a demanda de bens de consumo, parece lícito dizer que, na década de 1840, a construção de (_____) foi o mais importante estímulo isolado ao crescimento industrial na Europa ocidental" (LANDES, 1994, p. 160).

A passagem acima discorre sobre a importância de um elemento em especial no ciclo de industrialização que analisamos nesta seção. Escolha a alternativa que preenche corretamente as lacunas do texto:

- a) fragatas
- b) teares
- c) estaleiros
- d) metalúrgicas
- e) ferrovias

3. "O período 1848-1875 é denominado por Hobsbawm como *The Age of Capital [A Era do Capital]*. Trata-se, em verdade, de um período de crescimento excepcional e de difusão mundial do capitalismo, com destaque para as industrializações atrasadas dos Estados Unidos, da Alemanha e da França. Trata-se do período em que o livre-cambismo estabeleceu novos padrões de complementaridade entre os interesses dominantes na Inglaterra e o resto do mundo. A forma assumida pelo relacionamento entre a Inglaterra e os distintos países dependeu, naturalmente, das condições econômicas, sociais e políticas prevalentes em cada caso: nos países com avançado grau de mercantilização e difusão da produção manufatureira ou fabril (EUA e Europa Ocidental), a industrialização inglesa pode ser mimetizada; nos "domínios brancos" (Canadá, Austrália e Nova Zelândia) os emigrantes europeus estruturaram economias exportadoras com base no trabalho assalariado; na América Latina, a ruptura do pacto colonial permitiu certos avanços nos circuitos mercantis internos e alguns progressos na área da infraestrutura, mas não foi suficiente para emancipá-la da condição de exportadora (escravista, ainda, como no caso do Brasil) de produtos primários; em alguns países da África e da Ásia, por fim, a Inglaterra não hesitou em usar a força das armas para impor os seus desígnios". (MAZZUCHELLI, 2009, p. 22).

Leia atentamente a passagem acima, que sintetiza a importância da liderança inglesa no período 1848-1875. Escolha a alternativa que explora corretamente um dos componentes centrais da hegemonia britânica na "Era do Capital":

- a) A homogeneização cultural do ocidente, que passa a consumir em massa os produtos da indústria de entretenimento britânica.
- b) A generalização do padrão-ouro, que disciplinava as trocas internacionais e as vinculava à libra e ao ouro.
- c) Sua dominância financeira, geralmente conhecida pelo nome de "diplomacia do dólar".
- d) A participação central da produção de têxteis de lã na pauta de exportação inglesa, no período.
- e) O esforço diplomático empreendido pelos embaixadores ingleses, que conseguiram prevenir um acirramento das tensões entre alemães e franceses em 1870.

Seção 4.3

O imperialismo inglês

Diálogo aberto

Você já estudou alguma outra língua, além do português? Seria inglês a primeira resposta? Num continente em que se fala predominantemente espanhol e português, por que nos dedicamos ao estudo da língua e da cultura inglesa? Em outros termos, como a nossa relação política e cultural com a Inglaterra, nos dias de hoje, remete aos acontecimentos do século XIX?

Língua, produtos, bancos, rodovias – os ingleses deixaram sua marca no mundo ocidental. Boa parte disso aconteceu no período que estamos estudando. Você consegue pensar em algumas mudanças importantes promovidas pela Inglaterra? Quais dessas são positivas? Como este país participou do comércio internacional no período? Já ouviu alguma história sobre os produtos que exportávamos para os ingleses, há algumas décadas?

Não pode faltar

Até agora, observamos a civilização contemporânea florescer e prosperar sob os libelos revolucionários e as modernas instituições industriais. O mundo do século XIX é o mundo criado pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial, e seus habitantes vivem em meio às fascinantes mudanças trazidas pelos novos tempos. Salvo alguns céticos (que se encontravam, majoritariamente, entre os liberais radicais, os socialistas, comunistas e anarquistas), a grande maioria dos observadores esclarecidos nas sociedades europeias acreditava piamente que a humanidade caminhava para novos patamares de justiça e prosperidade.

Talvez por isso o fim da trajetória de modernização da *Belle Époque* tenha causado um choque tão grande nas elites do Ocidente. Acostumados com o protagonismo europeu no mundo “civilizado”, esses mesmos homens tiveram grande dificuldade em entender a catástrofe iniciada em 1914, com o que rapidamente se

denominou de Primeira Guerra Mundial. Em apenas quatro anos, o ideal e as ferramentas do progresso foram convertidas em armas; as constantes trocas econômicas entre países interrompidas, cerceadas pelo conflito; e o concerto das nações, conquistado após a derrota de Napoleão, arruinado pela oposição entre Tríplice Entente (Reino Unido, França e Império Russo) e Tríplice Aliança (Império Alemão, Áustria-Hungria e Reino da Itália).

A contagem de mortos no conflito se aproxima dos vinte milhões – nove milhões de baixas militares (cinco milhões na Entente, quatro na Aliança), e dez milhões de civis (seis milhões de cidadãos de países da Entente, quatro da Aliança). As mentes curiosas do início do século XX se faziam a mesma pergunta que você provavelmente está se fazendo agora – como permitimos que algo tão terrível como a Primeira Guerra Mundial acontecesse? Como uma sociedade organizada em torno dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, um mundo que tinha o progresso das instituições econômicas e políticas como objetivo, foi capaz de produzir uma tragédia dessas proporções?

A resposta envolve pensar nesses determinantes não como opostos à carnificina ocorrida entre 1914 e 1918, mas como responsáveis por ela. A Primeira Guerra Mundial só pode ser plenamente compreendida se estudada como consequência dos desenvolvimentos da segunda metade do século XIX. Esse período concentra as principais transformações que conduziram as grandes nações europeias à disputa que mudaria o mundo e escancararia as portas do século XX.

Logo, dedicar-nos-emos ao estudo desses antecedentes nas páginas seguintes. Os desenvolvimentos da Primeira Guerra Mundial, o movimento das tropas, as conquistas, as derrotas, as novas tecnologias – todos esses elementos serão estudados posteriormente, quando você se debruçar sobre o século XX. Aqui, iremos nos ocupar do inevitável eclipse do século XIX e da aceleração das agressões entre um conjunto de potências que esquadrihavam, entre si, as fronteiras do restante do mundo.

Modernidade, progresso e concentração – a Segunda Revolução Industrial revisitada

Na seção anterior, exploramos algumas das inovações trazidas pela Segunda Revolução Industrial. Você deve se lembrar da forma como esse movimento se diferenciava da Revolução Industrial original, protagonizada pela Inglaterra. Na segunda etapa, o movimento de industrialização das economias europeias foi aprofundado e acelerado; agora, pautava-se pela mecanização generalizada da produção, pela elevada demanda de capital, pelo refinamento científico e tecnológico das fábricas, pela concentração de capitais e da gestão dos processos produtivos e pela participação frequente do Estado nos processos de industrialização, entendida agora como uma necessidade estratégica para a participação das economias europeias na ordem internacional.

Um elemento central desse movimento é a pressão sobre a contenção de custos como forma principal de redução nos preços e elevação das margens de lucro das grandes empresas, algo necessário à sua disputa por fatias do mercado consumidor. O montante de capitais investido nas novas indústrias e a sua importância para as economias nacionais fazia com que essa disputa por custos progressivamente menores se transformasse em uma questão de primeira ordem, para as grandes nações europeias. A economia melhor equipada a produzir aço a baixo custo, por exemplo, poderia equipar suas tropas de forma mais rápida e mais eficiente, melhor correspondendo às rápidas mudanças na indústria armamentícia. O controle de fontes dos minérios empregados na siderurgia ou na química, fundamentais para a longa cadeia de produção dos armamentos usados por essas forças militares, se revelava-se peça indispensável na disputa por riquezas e espaço. Paralelamente, tropas bem abastecidas e equipadas representavam ferramenta indispensável na conquista de novos territórios, assim como eram cruciais para que esses mesmos custos pudessem ser reduzidos. Assim, concentração de capitais, estratégias de redução de custos, busca de matérias-primas a baixo custo e a articulação entre militarismo e industrialismo promoviam uma espécie de círculo vicioso.

A pressão eleva-se com um conjunto de descobertas e invenções concentradas na segunda metade do século XIX. Se as ferrovias, a metalurgia e a química já motivavam as disputas de meados do

século, os avanços posteriores garantiriam seu agravamento a um ponto sem retorno.

O período entre 1870 e 1900 é marcado por desenvolvimentos notáveis em novas fontes de energia, marcadamente a **eletricidade** e o **petróleo**, que assumem papel importante na substituição dos motores a vapor por motores a combustão. Enquanto a eletricidade, na maior parte das economias europeias, encontrava-se diretamente relacionada à elevação da demanda por carvão, o petróleo atuava no sentido de propeler essas economias rumo à expansão territorial – seu grande potencial e a dificuldade de obtenção ressignificavam geopoliticamente várias regiões do globo; o potencial de rápida valorização da nova fonte de energia também instigava os capitalistas, que disputavam acirradamente os seus direitos de extração e refinamento.

Adicionalmente, uma inovação de (literalmente) pequenas proporções desempenha papel central nos desenvolvimentos posteriores – a adoção de **peças intercambiáveis padronizadas** leva a mecanização a outras esferas da vida. Antes das décadas de 1870 e 1880, muitas das indústrias ocidentais atuavam com padrões próprios de fabricação para equipamentos e componentes. Com a generalização da maquinofatura, porcas, parafusos, pregos, esquadrias, canos, engrenagens e correias passam a ser concebidas e produzidas com proporções fixas, definidas por órgãos científicos de padronização. Isso facilita o diálogo entre diferentes setores, acelerando o movimento de difusão da indústria, com uma consequência notável: a adoção de armas de fogo automáticas e semiautomáticas como o novo padrão, em tecnologia militar. Os primeiros rifles de repetição e metralhadoras datam desse período, revolucionando completamente a organização e execução da guerra.



Exemplificando

O impacto do armamento desenvolvido no fim do século XIX pode ser mensurado em uma série de acontecimentos peculiares. A Guerra Civil Americana (ou Guerra de Secessão, 1861-1865), entre os Estados Confederados, do Sul dos Estados Unidos, e a União, que representava o Norte, foi disputada já com esse novo tipo de armamento. A presença de peças avançadas de artilharia e de rifles de repetição (os famosos rifles Winchester) forçou generais de ambos os lados a repensarem suas

estratégias e se adequarem à nova realidade. O conflito é lido, por muitos, como a primeira “Guerra Total” da história, envolvendo o engajamento completo da estrutura militar e produtiva de ambos os lados.

Outro exemplo, com uma representação gráfica peculiar, é o uso de armamento semiautomático no enfrentamento aos setores descontentes da aristocracia japonesa durante a Restauração Meiji. Defensores das prerrogativas tradicionais dos samurais e de uma via de desenvolvimento alternativa à proposta pelo governo imperial, os rebeldes enfrentam o recém-formado exército japonês em campo de batalha. Uma versão romanceada dessa disputa é representada no filme *O Último Samurai*, com uma pungente cena final: a cavalaria samurai é recebida com saraivadas de uma *Gatling Gun* (metralhadora semiautomática do período, em que os diferentes canos – pelos quais a munição é propelida – são girados com auxílio de uma manivela). Exércitos tradicionais, formados no mundo da pré-indústria bélica, não estavam preparados para enfrentar essas novas ferramentas de destruição.

Como discutimos anteriormente, o **Império Britânico** assume a dianteira também nesse processo. Dada sua singular posição em termos políticos e econômicos, é o primeiro dos grandes impérios a se estabelecer como um poder global, mantendo-se, ao longo de todo o século XIX, como a principal força dentre as potências europeias nos continentes asiático e africano. Por outro lado, a singularidade do Império Britânico é justamente sua capacidade de manter ou fortalecer sua influência sobre economias periféricas e em desenvolvimento, em momentos em que sua política externa é lida como “liberal” ou retracionista. Isso se dá a partir de sua atuação como um **império do livre comércio**: os ingleses dispõem de influência econômica suficiente para dispensarem a intervenção direta sobre países que dependam de seus mercados consumidores ou de seus bens manufaturados. Adicionalmente, **a dominância financeira da libra** garante sua hegemonia entre as economias capitalistas centrais. Já exploramos esses temas na seção anterior, mas sua importância justifica uma breve revisão. Não é por acaso que esse período é conhecido como Era Vitoriana, nomeado a partir da Rainha da Inglaterra.

Manipulação financeira ou etapa final do capitalismo? Imperialismo: um nome, muitos conceitos

A articulação entre os traços militaristas e belicosos do nacionalismo e a disputa por matérias-primas e mercados consumidores rapidamente movem as potências europeias na direção de um novo ciclo de expansão territorial. Quais as diferenças entre esse movimento e a trajetória anterior de expansão dos mercados internacionais? O que faz do imperialismo um momento singular na história do capitalismo?

É necessário que façamos uma primeira distinção entre os termos da expansão territorial nessa fase e em momentos anteriores. Diferentemente dos impérios ultramarinos dos séculos XVI, XVII e XVIII, pautados pela articulação da produção de gêneros agrícolas e da extração de metais preciosos por meio dos mecanismos e circuitos de valorização do capital mercantil (como é discutido pela literatura consagrada sobre o tema, como Novais (1979) e Alencastro (1992)), o neocolonialismo se organiza já nos termos do capitalismo industrial. Sua preocupação principal não é a exploração das rotas de comércio de longa distância, ou de gêneros de difícil obtenção pela população europeia, mas a abertura de mercados consumidores em economias periféricas e a obtenção de matérias-primas para as indústrias da Segunda Revolução Industrial a preços reduzidos.

Logo, por mais que a arrancada imperialista da segunda metade do século XIX tome nomes e símbolos emprestados dos impérios da Antiguidade ou da Idade Moderna, sua lógica e seu modo de operação são radicalmente distintos das estruturas pretéritas. São formações eminentemente capitalistas, e essa é uma afirmação importante. Ainda que isso possa soar óbvio, depois do desenvolvimento dos capítulos anteriores não é exatamente o caso – muito menos para os primeiros intelectuais que se propuseram a tentar entender esse conturbado período da história humana.

As práticas imperialistas e a denominação comum de imperialismo à atuação das grandes potências motivaram extenso debate. A primeira posição fundamentada sobre o termo parte do liberal radical britânico John Atkinson Hobson (1858-1940). Hobson, autor do clássico *Imperialism: a study* (1902) define o imperialismo como um conjunto de práticas de política externa marcadas por exagerados belicismo e nacionalismo, resultantes da articulação de um conjunto

heterogêneo de forças sociais. O protagonismo, nesse fenômeno, caberia aos **financistas**, entendidos pelo autor como os grandes manipuladores por trás da articulação dos altos escalões da Marinha, do Exército, da Indústria, da imprensa e das Companhias Mercantis num grande acordo destinado à manipulação dos trabalhadores e da opinião pública. Hobson possui o mérito de desenvolver a análise do tema até o fim de sua vida, relacionando-o à concentração industrial (outra de suas especialidades) e à falência das democracias parlamentaristas no Ocidente. Ainda que reconhecido como o trabalho fundador do debate contemporâneo sobre imperialismo, o livro de Hobson é marcado por um argumento por vezes contraditório, estruturado em torno de um anseio dominador dos financistas; o excessivo personalismo da tese (que depende, em última instância, da inclinação manipuladora dos agentes financeiros) e a caracterização, por Hobson, do caráter patológico do imperialismo são reconhecidos como seus pontos mais frágeis.

Leituras posteriores se valeram da posição original de Hobson, problematizando a caracterização do imperialismo enquanto patologia e da personalização das finanças. Um primeiro desenvolvimento, nesse sentido, é a interpretação de Rudolf Hilferding (1877-1941) no seminal *O Capital Financeiro* (1910), um dos marcos do pensamento marxista no século XX. Hilferding é instrumental ao proporcionar aos leitores do imperialismo uma compreensão do capitalismo sob o **crédito** e as **finanças** que não se pautam por uma caracterização dos financistas enquanto elementos maquiavélicos e perversos, conduzidos por uma sede infundável por poder. Em suas teses, o capital financeiro assumiria papel de dominância sobre os demais capitais, articulando-os como resposta ao movimento de queda da taxa de lucro explorado por Marx. A organização desses capitais em capital monopolista e sua fusão com os interesses de Estado garantiriam o recrudescimento da política comercial e colonial das grandes potências.

A articulação dos argumentos de Hobson e Hilferding viria em 1917, com *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, de Vladimir Ilitch Lênin (1870-1924). Lançada meses antes da Revolução Russa de 1917, a tese de Lênin explora os desdobramentos da concepção de capital monopolista defendida por Hilferding, propondo que a disputa entre os grandes impérios do século XIX parte da disputa por lucros dos variados conglomerados capitalistas. Essa disputa moveria as potências europeias no sentido de uma agressiva partilha

dos mercados consumidores, das fontes de matérias-primas e dos mercados de trabalho de regiões periféricas do globo. Uma dificuldade adicional, nesse cenário, é a concorrência entre esses capitais, no cenário internacional, e a produção de outras nações: os capitais monopolistas defendidos pelos exércitos imperiais desfrutariam de condições privilegiadas de concorrência, efetivamente promovendo um agravamento dos conflitos militares e econômicos entre as nações. Lênin, como testemunha da Primeira Guerra Mundial, entendia que os principais prejudicados pelas disputas entre os capitais monopolistas e os imperialismos modernos eram os trabalhadores, recrutados compulsoriamente em exércitos que definitivamente não representavam seus interesses. Assim, uma consequência lógica dessa argumentação é a necessidade de enfrentamento direto ao imperialismo, além da propagação da Revolução Socialista para outros países; enquanto restasse uma potência imperialista, os trabalhadores não estariam a salvo.

Há ainda outros intérpretes notáveis, como Karl Kautsky (1854-1938), que lia na articulação internacional dos conglomerados capitalistas a formação de um ultraimperialismo; Rosa Luxemburgo (1871-1919), que descreve o movimento de acumulação territorial como recorrência da dinâmica de acumulação originária de capital descrita por Marx; e Joseph Schumpeter (1883-1950), que vê os imperialismos modernos como herdeiro de pulsões agressivas de estágios anteriores do desenvolvimento das sociedades, o resgate de uma forma atávica de violência estatal.

Em todo caso, a compreensão geral sobre o debate caminha no sentido de alguns termos comuns: (1) o imperialismo é um fenômeno essencialmente distinto de formas anteriores de expansão territorial, e guarda poucas similaridades com o colonialismo moderno; (2) esse fenômeno está intimamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo, marcadamente do capital financeiro e bancário; (3) é necessário compreendê-lo por uma perspectiva estrutural, enquadrando-o não como um episódio ou patologia do capitalismo, mas como um momento peculiar de seu desenvolvimento, articulado com o crescimento experimentado ao longo do século XIX; (4) o imperialismo pode ser delineado, em termos essenciais, como a articulação de uma acirrada dinâmica de concentração de capital ao militarismo estatal, cada qual ligado de forma instintiva ao outro.



Todas as teses mencionadas discutem de forma direta a problemática do imperialismo. Recomendamos principalmente os trabalhos de Hobson, *Imperialism: a study* (HOBSON, 1902), e Lênin – *O Imperialismo: fase superior do capitalismo* (LENIN, 1987).

Felizmente, também é possível encontrar vasta literatura secundária sobre as diferentes interpretações do Imperialismo. Duas recomendações que julgamos interessantes são *O imperialismo na Época da Globalização* (SILVA, 2003), de Lígia Osório Silva, que retrata as contribuições particulares de Hobson, Lenin e Schumpeter aos debates clássicos sobre Imperialismo; e império e imperialismo nas *Controvérsias Gallagher e Cain-Hopkins* (SIMIQUELI, 2011), de Roberto Simiqueli, dedicado à leitura da contemporânea controvérsia sobre o imperialismo do livre Comércio. Juntos, os dois artigos proporcionam uma abrangente leitura de dois momentos da reflexão sobre esse fenômeno.

A escalada imperialista pré e pós-1870

Os ingleses assumem a dianteira no movimento de anexação ou controle de territórios em outros continentes, e se estabelecem, a um só tempo, como a principal influência econômica sobre as economias latino-americanas e como Império formal em outras partes do globo. Dois momentos emblemáticos são a Guerra do Ópio, entre 1839 e 1842, em que oficiais da marinha inglesa e comerciantes dessa nacionalidade enfrentam o governo chinês pelo direito de controlar o comércio de Ópio na Ásia Central, e o tratado de Nanking, celebrado após o conflito, que abre a China para o comércio das potências ocidentais e cede território para os ingleses.

O ano de 1871 marca o fim dos conflitos entre grandes potências em solo europeu, com a vitória alemã sobre a França e a assinatura do armistício em Versalhes. Mas as disputas entre os impérios continuam fora do continente, em novas frentes e formatos.

Os ingleses já se encontravam ocupados com a supressão de revoltas coloniais na Índia no fim da década de 1840. As disputas se estendem até 1858, com a transferência da administração da Índia da Companhia das Índias Orientais para a coroa. Nas imediações dos domínios britânicos na Índia, a França estabelece províncias e protetorados no Vietnã (1862 e 1874) e no Camboja (1863).



Um trabalho interessante sobre a caracterização dos povos orientais sob a ótica dos europeus é *Orientalismo*, do intelectual palestino Edward Said (SAID, 2007). Nele, o autor explora a construção de uma “ficção” do Oriente pelos ocidentais; compreendidos pelos europeus como “exóticos”, “místicos” ou “bárbaros”, diferentes povos (em especial, os habitantes do Oriente Próximo) são inferiorizados pelo olhar ocidental.

Um dos grandes marcos do período é a chamada Partilha da África (1875-1900). No intervalo entre 1870 e 1914, o controle europeu sobre o continente salta de 10% para 90%, com vastas extensões territoriais sob domínio inglês, belga e francês. As principais possessões coloniais tomadas nessa época são o chamado Saara Francês, que ocupa a maior parte do Norte da África, o Congo Belga, no coração do continente, e duas longas faixas, pelos ingleses: uma no Nordeste do continente, que se estendia do Egito ao Quênia, e outra da África do Sul à Zâmbia, no extremo Sul. Alemães, portugueses e italianos também controlavam faixas expressivas de território, nos litorais.

O acirramento das disputas pelo continente africano levou à realização, em 1884, da Conferência de Berlim, organizada por Otto von Bismarck. Sobre a aparência de um esforço humanitário, pautado pela condenação do tráfico de escravos, a Conferência servia a um propósito objetivo: estabelecer os termos gerais de uma institucionalidade comum que guiaria a conquista de territórios africanos. As potências imperiais participantes do encontro –Áustria-Hungria, Bélgica, Dinamarca, França, Império Alemão, Itália, Holanda, Império Otomano, Portugal, Império Russo, Espanha, Suécia-Noruega, Reino Unido e Estados Unidos – comprometeram-se com a proibição da venda de bebidas alcoólicas e armas de fogo em algumas regiões, com o estabelecimento de uma zona neutra administrada pelo Reino da Bélgica nas margens do Rio Congo, e com a declaração, pelos participantes, de intenções de expansão territorial no continente. Adicionalmente, nenhum território poderia ser formalmente reivindicado sem que sua ocupação prévia pelas tropas da potência dominante fosse atestada.

A dominação europeia da África é marcada por uma série de agressões brutais aos nativos. Estima-se que metade da população do Congo tenha sido vitimada, entre 1885 e 1908. A articulação

entre companhias extratoras de recursos naturais e administração colonial resultava na condução desses países por uma elite imperial branca, europeia, que, vide regra, ou desconhecia ou desprezava as dificuldades das populações locais, tratando-as de forma profundamente desumana. Essa desumanização dos africanos, que se estende, em outros momentos, para populações nativas de outros continentes, como a Oceania e a Ásia, fazia parte do “projeto civilizatório” dos grandes impérios – habituados a entenderem a si mesmos como senhores da razão e do progresso, os europeus que desembarcavam nas colônias justificavam as barbaridades cometidas sob a bandeira do império a partir de uma pretensa “missão civilizatória”, entendida como um “fardo”, ou uma “responsabilidade” do homem branco: levar as luzes e a modernidade aos povos ditos “primitivos”. Além da violência física, direta, as populações nativas foram marcadas por décadas de violência simbólica.



Refleta

“Tomai o fardo do Homem Branco -

Envia teus melhores filhos

Vão, condenem seus filhos ao exílio

Para servirem aos seus cativos;

Para esperar, com arreios

Com agitadores e selváticos

Seus cativos, servos obstinados,

Metade demônio, metade criança.” (KIPLING, 1899, [s.p.]

Reproduzimos acima as primeiras linhas d’*O fardo do Homem Branco*, do poeta inglês Rudyard Kipling (1865-1936). O poema em questão e o vocabulário a ele associado foram empregados reiteradamente como justificativa para a dominação neocolonial de fins de século XIX. Muitos dos burocratas dos impérios contemporâneos e homens de negócio envolvidos nas empreitadas imperiais liam com dura literalidade as recomendações de Kipling. Adicionalmente, a caracterização dos

"cativos" (i.e., os ocupantes originais das regiões dominadas) como "metade demônio, metade criança" é fundamental na desumanização desses sujeitos, que ajuda a explicar e entender a violência a que as populações nativas nos extremos dos impérios modernos foram sujeitas. Se você quiser entender melhor essa história, leia o poema de Kipling (Disponível em: <https://pt.wikisource.org/wiki/O_fardo_do_Homem_Branco>. Acesso em: 5 ago. 2017) e reflita sobre suas recomendações no contexto que estudamos nessa unidade.

Essa ocupação obviamente não se dá de forma pacífica, ou sem resistência. Os ingleses, por exemplo, enfrentam o rei tribal Shaka Zulu em 1879, na Guerra Anglo-Zulu, e os dervixes mahdistas na Revolta Mahdista, no Sudão (1881). Disputas entre potências coloniais também eram comuns, como o caso da Primeira e Segunda Guerras dos Bôeres (1880-1881 e 1899-1902), em que colonos franceses e belgas, de um lado, e ingleses, de outro, disputavam as minas de carvão e diamantes do território sul-africano. Um terceiro tipo de enfrentamento envolvia o fomento a movimentos separatistas ou nacionalistas nos territórios coloniais por potências rivais. Um exemplo é a Crise do Marrocos, em que o Kaiser Wilhelm II da Alemanha favorece a independência do Marrocos, em 1905, desafiando a influência francesa na região e promovendo uma crise diplomática de grandes proporções.



Assimile

O imperialismo da segunda metade do século XIX é um fenômeno muito importante na explicação das décadas seguintes. A Primeira Guerra Mundial, a Crise de 1929, a Segunda Guerra Mundial – todos esses acontecimentos estão ligados pela mesma linha mestra, pelo mesmo denominador comum: sua origem no ciclo de acumulação e violência das décadas de 1870 a 1900. Logo, é importante justamente entender o imperialismo pelo que ele é. Não se trata de um fenômeno patológico, ou de uma forma desviante de desenvolvimento do capitalismo, mas de um movimento intimamente relacionado com os avanços da política e da economia nos séculos XVIII e XIX. O imperialismo é fruto da Revolução Industrial e da concentração de capitais, de um lado, e da ficção liberal de progresso e do nacionalismo agressivo, militarista, de outro.

Sem medo de errar

Nossa relação com a língua inglesa e com os centros difusores da produção cultural britânica e norte-americana são representativas do tipo de elo que ligava, e ainda liga, o Reino Unido ao resto do mundo. Por mais que as economias vizinhas do Brasil sejam importantes parceiros comerciais e dividam conosco uma série de traços históricos e políticos comuns, sempre consideramos sinal de erudição o conhecimento das línguas das potências europeias. No século XIX, brasileiros esclarecidos falavam francês fluentemente. Hoje, o inglês ocupa esse lugar, fundamentalmente pela importância política e econômica dos Estados Unidos da América.

Ainda que nunca tenhamos pertencido formalmente ao Império Britânico, o Brasil sempre esteve sob sua influência, desde a independência até a emergência de um novo poder (os EUA, que substituem os ingleses como hegemônias globais). No início do século XIX, estabelecemo-nos com exportadores de gêneros agrícolas para os ingleses, importando, em troca, capitais e bens manufaturados. Ainda que a Inglaterra seja o berço da Revolução Industrial, a história dos séculos XIX e XX demonstra como os ganhos materiais desse movimento foram limitados a parte do globo, enquanto outras regiões eram subjugadas na caminhada das potências ocidentais rumo à modernidade.

Assim, nossa formação histórica, política, social e econômica está diretamente ligada às formas pelas quais fomos integrados às cadeias internacionais de comércio e finanças, dominadas pelo Império Britânico, no século XIX. Ainda arcamos com as consequências de séculos de escravidão e especialização no setor primário, um legado de difícil superação.

Em uma nota mais positiva, os ingleses são responsáveis pela integração de diferentes partes do globo em cadeias políticas, econômicas e culturais globais. Ainda que suas consequências imediatas sejam vastamente negativas, há traços positivos a observar. A emergência de posições cosmopolitas e a defesa de uma cultura global comum representam, hoje, resultados do movimento de internacionalização protagonizado pelos ingleses no século XIX.

Faça valer a pena

1. Considere as afirmações abaixo sobre o imperialismo do século XIX:

A – o imperialismo é um conjunto de políticas empreendidas sob o comando de uma camada de financistas manipuladores e que articula os interesses da Marinha, do Exército, das Finanças e da Indústria, ludibriando os trabalhadores.

B – o imperialismo é uma etapa do desenvolvimento capitalista, consequência direta do acirramento da concorrência monopolista por mercados consumidores, mercados de trabalho e fontes de matérias-primas.

Leia atentamente as duas afirmações. Elas representam, respectivamente, o pensamento de:

- a) Adam Smith e Karl Marx.
- b) Karl Marx e Friedrich Engels.
- c) Vladimir Lenin e John Hobson.
- d) John Hobson e Vladimir Lenin.
- e) Karl Marx e Vladimir Lenin.

2. "Os traços mais gerais do colonialismo _____ foram: o liberalismo econômico (em substituição ao antigo sistema colonial baseado no monopólio); a abolição do tráfico de escravos (em 1807) e, mais tarde, da própria escravidão (1833); e considerável autonomia nas colônias em que predominava a população branca, como, por exemplo, o Canadá" (ARRUDA, 2003, p. 291).

Leia atentamente a passagem acima e escolha a alternativa que preenche de forma adequada a lacuna do texto:

- a) português
- b) francês
- c) inglês
- d) alemão
- e) belga

3. Diferentes potências europeias se ocuparam da partilha da África entre 1875 e 1900. Entre os territórios dominados por alguns dos grandes impérios do período, encontravam-se:

I. Marrocos e a região circundante, no deserto do Saara.

II. Egito, Sudão e África do Sul.

III. Congo.

Usando seus conhecimentos sobre o imperialismo do século XIX, escolha a alternativa que lista de forma correta a quais impérios as regiões acima pertenciam, no fim do século XIX:

a) I. Império Britânico; II. França; III. Reino da Bélgica.

b) I. Áustria-Hungria; II. Império Britânico; III. Império Alemão.

c) I. Império Alemão; II. Itália; III. Reino da Bélgica.

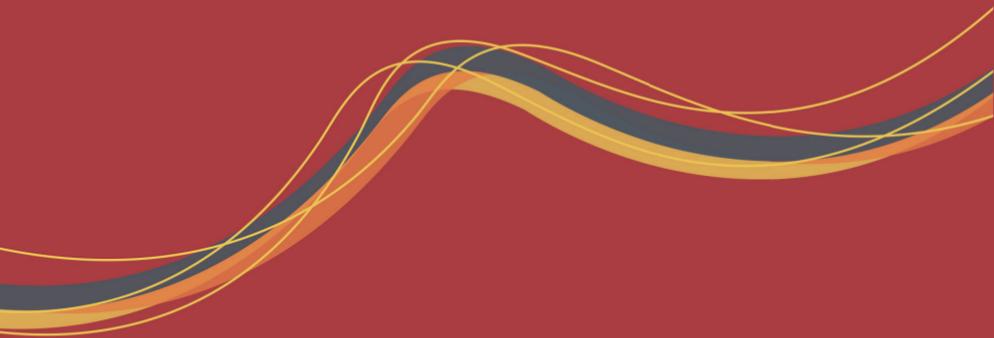
d) I. Império Russo; II. Espanha; III. Reino da Dinamarca.

e) I. França; II. Império Britânico; III. Reino da Bélgica.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe. O aprendizado da colonização. **Economia e Sociedade**. [S.l.], v. 1, n. 1, p. 135-162, out. 2016. ISSN 1982-3533. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643312>>. Acesso em: 01 dez. 2017.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX**. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.
- ARRUDA, J. J. **Nova História Moderna e Contemporânea**. Bauru: Edusc, 2003.
- EICHENGREEN, B. A **Globalização do capital**: uma história do sistema monetário internacional. São Paulo: 34. ed., 2002.
- _____. História e reforma do sistema monetário internacional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 4, p. 53-78, jun. 1995.
- FLORI, J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1999.
- HOBBSAWM, E. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- _____. **A Era das Revoluções. Europa 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, p. 464, 2004.
- _____. **A Era do Capital 1848-1875**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- _____. **A Era dos Impérios 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- HOBSON, J. A. **Imperialism: a Study**. 1902. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/YPDBooks/Hobson/hbsnImp.html>>. Acesso em: 30 ago. 2017.
- KIPLING, Rudyard. O fardo do homem branco. WikiSource. Disponível em: <https://pt.wikisource.org/wiki/O_fardo_do_Homem_Branco>. Acesso em: 22 nov. 2017.
- KEMP, T. **Industrialization in the Nineteenth-Century Europe**. London and New York: Longman, 1987.
- LANDES, D. **Prometeu desacorrentado**: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- _____. **A Riqueza e a Pobreza das Nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- LÊNIN, V.I. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, p. 127, 1991.
- MAZZUCHELLI, F. **Os Anos de Chumbo**: Economia e a Política Internacional no Entre-Guerras. São Paulo: Editora da UNESP; Campinas, SP: FACAMP, 2009.
- MOORE, Jr. B. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- OLIVEIRA, C. A. B. **O Processo de industrialização**: do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo: UNESP, 2003.
- SILVA, L. O. O Imperialismo na época da globalização. In: GALVÃO, A. (Org.). **Marxismo e Ciências Humanas**. São Paulo: Xamã, 2003.

SIMIQUELI, Roberto Resende. Imperialismo do Livre Comércio. Elites, Capitalismo Financeiro e Hegemonia Internacional nas Teses Gallagher-Robinson e Cain-Hopkins. **Revista de Geopolítica**. Natal-RN, v. 2, n. 2, p. 88-108, jul./dez. 2011.



ISBN 978-85-522-0261-5



9 788552 202615 >